

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Organizações do Partido em intensa actividade

No próximo domingo

- Assembleia da Organização Distrital de Évora, em Montemor-o-Novo, com Blanqui Teixeira
- Assembleia da Organização Concelhia de Torres Vedras, com Octávio Pato
- Encontro distrital sobre Poder Local e as próximas eleições, em Coimbra, com Carlos Costa e Jaime Serra
- Inauguração do novo Centro de Trabalho em Ponte de Lima, com Dias Lourenço

Campanha do Vitória

- Ultrapassados os 44 mil contos
- Numerosas organizações alcançaram já as suas metas e as iniciativas continuam

Trabalho de informação e propaganda

- Organização Regional de Lisboa promove 1.º plenário distrital no sábado, dia 19, no Vitória

Situação no distrito de Setúbal

- Um "retrato" de corpo inteiro feito pela recente reunião da Direcção Regional do Partido

Págs. centrais

NOVOS AUMENTOS DE PREÇOS

BASTA!

Editorial e nota da SIP do PCP na pág. 3



XII · MOCKBA · 1985

XII FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES

Um "guia" preparado pelo «Avante!»

Pág. 6



O camarada Álvaro Cunhal recebido pelo camarada Kim Il Sung, secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia

AMIZADE PCP-PTC

Uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal visitou a República Popular Democrática da Coreia

Pág. 2



LUTA NOS METALÚRGICOS

MESSA, J. F. SANTOS, GELMAR podem servir esta semana para marcar um percurso — o da destruição que este Governo e os seus patrões preferidos pretendem consumir. São três empresas da grande Lisboa. Na primeira foi prometida a reestruturação, mas não se cumpriu. Na segunda, os postos de trabalho diminuem em ritmo acelerado; prevê-se o encerramento. Na terceira, já encerrada, os trabalhadores continuam a exigir os salários em dívida. Resposta do Governo: promessas e repressão. Contra essa receita descem hoje à rua os metalúrgicos. Noutros ramos da indústria, a luta prossegue por todo o País. — Pág. 7

SEMANA

9 Quarta-feira

A Administração da Metalúrgica Duarte Ferreira pretende despedir 450 trabalhadores do complexo do Tramagal. Reunidos em plenário, os operários mostram-se dispostos a «tomar todas as medidas e formas de luta em defesa dos seus postos de trabalho». ■ No Porto, o frio faz a sua primeira vítima este ano. O director do Diário de Notícias denuncia pressões políticas por parte do Governo. ■ A URSS e os EUA concordaram em marcar no prazo de um mês o início das negociações globais sobre desarmamento. Esta decisão é tomada no final do encontro que reuniu Andrei Gromyko e George Shultz em Genebra. ■ O sul do Líbano é mais uma vez palco de bombardeamentos da aviação de Israel. O alvo hoje escolhido foram aldeias bases da resistência palestina no vale de Bekaa.

10 Quinta-feira

«O diário» comemora o seu décimo aniversário. ■ Os sindicatos representativos dos trabalhadores da CIFA apresentam queixa contra os Mellos junto da Alta Autoridade contra a corrupção. Estes trabalhadores não recebem há dois meses. Os Mellos continuam a receber subsídios. ■ Em reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, Abecassis afirma que não autoriza a edificação, em terrenos camarários, de um monumento ao 25 de Abril. ■ Os trabalhadores da Sorefame mantêm-se toda a noite concentrados nas instalações da empresa, apesar da demonstração de força da polícia de choque. A administração insiste em preconizar soluções que apontam para o despedimento colectivo e a falência de sectores da empresa. ■ Daniel Ortega é empossado como Presidente da Nicarágua. ■ O governo chinês ameaça o Vietname, na consequência das derrotas sofridas pelos terroristas no Kampuchea. ■ Israel decide voltar às negociações que têm por fim a retirada do exército de ocupação do sul do Líbano. Esta decisão é tomada poucos dias após a retirada sionista das negociações.

11 Sexta-feira

Pela quarta vez desde que tomou posse este governo, os combustíveis aumentam de preço. ■ Com Frank Carlucci por padrinho, é assinado em Lisboa um acordo para a criação de uma Fundação Lusó-Americana. ■ Em comunicado sobre o Ano Internacional da Juventude, a CGTP-IN afirma que a melhor maneira de o comemorar é lutar pela demissão do governo. ■ O Politburo do Partido Comunista da URSS considerou muito importante o «entendimento de Genebra». ■ Violando numerosas resoluções da ONU, o governo de Israel aprova um acordo para a instalação de mais seis colónias na Cisjordânia. ■ A repressão à greve geral contra os aumentos no Equador provoca seis mortos. As forças policiais fizeram centenas de prisões.

12 Sábado

Um dia após o aumento dos combustíveis, entra hoje em vigor o novo preço de numerosos bens e serviços de primeira necessidade, como sejam o pão, o leite ou os serviços postais. ■ Membros dos conselhos directivos das escolas do distrito de Setúbal afirmam que a fome é a principal razão do abandono escolar na região. ■ A União dos Sindicatos de Lisboa decide em plenário convocar uma manifestação de protesto contra os salários em atraso para dia 24, frente à RTP. ■ A comissão negociadora sindical da Função Pública rejeita a proposta governamental de aumentos de apenas 15,5 por cento. ■ Os mineiros britânicos entram hoje no 11.º mês de greve contra o plano de reconversão da indústria. ■ Forças policiais francesas assassinam um dirigente independentista da Nova Caledónia, decretando de seguida o Estado de Emergência nesta colónia francesa. ■ Em França o frio, directa ou indirectamente, já matou cerca de 100 pessoas nos últimos dias.

13 Domingo

Termina em Coimbra a Conferência do Ensino Superior organizada pela FENPROF. ■ Durante um controverso congresso, a ASDI decide autodissolver-se. ■ A Comissão Política do PS voltou a atacar o Presidente da República, mais uma vez a propósito da mensagem de Ano Novo deste último. ■ É anunciado em conferência de imprensa que cerca de mil empresas do Porto devem mais de um milhão e meio de contos aos seus cerca de 17 mil trabalhadores. ■ A maioria APU na Câmara de Loures acusa o PS, o PSD e o CDS de não votarem o Plano e o Orçamento deste ano para impedir o funcionamento normal desta autarquia. ■ Em entrevista à televisão soviética, Andrei Gromyko afirma que a continuação da instalação de mísseis norte-americanos na Europa põe em causa as negociações sobre desarmamento. ■ O Governo da Nicarágua denuncia que se prepara uma provocação de grande envergadura no seu país junto à fronteira com a Costa Rica. Esta provocação visa o rompimento de relações entre os dois países. ■ A Aviação iraquiana ataca mais dois navios no Golfo.

14 Segunda-feira

Os trabalhadores da MDF do Tramagal decidiram em plenário oporem-se aos despedimentos e manterem-se nos postos de trabalho. O Presidente da República decide convocar o Conselho de Estado para «analisar a situação política». ■ O Conselho de Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores, é considerado desnuclearizado pela sua Assembleia Municipal. ■ A CGTP-IN ao repudiar os novos aumentos de produtos e serviços de primeira necessidade, lembra que desde que este governo tomou posse o leite já aumentou 170 por cento. ■ Em Finheir, a APU denuncia as irregularidades do antigo presidente da Câmara, que recentemente perdeu o mandato por votação da maioria da vereação. ■ O auxílio encoberto da CIA aos terroristas que actuam em território algeirão ultrapassa já os 250 milhões de dólares. ■ Os Estados Unidos e as Honduras preparam manobras militares que envolverão tanques a apenas quinze quilómetros da fronteira com a Nicarágua. ■ A URSS adverte Reagan que negociar a partir de uma posição de força não contribuirá para o bom resultado das negociações sobre desarmamento.

15 Terça-feira

Prossegue a nova onda de aumentos: Correios e Telecomunicações mais caro, respectivamente, 20 e 27%, passes sociais mais 21% e os bilhetes avulso da Carris mais 25%. ■ Centenas de trabalhadores da MESSA marcham de Mem Martins a Lisboa para protestarem frente à Assembleia da República e à Presidência do Conselho de Ministros contra o atraso do pagamento de salários e a inviabilidade da empresa. ■ Por 480 votos contra 180, num colégio eleitoral de 686 membros e numa eleição indirecta, Tancredo Neves torna-se presidente do Brasil, o primeiro civil, desde há 20 anos. ■ O governo de Beirute recebe com desconfiança o anúncio da retirada unilateral das tropas sionistas ocupantes do Sul do Líbano. ■ O primeiro-ministro belga, Wilfried Martens, anuncia em Washington que o seu governo adiou a decisão sobre a instalação de mísseis «Cruise» norte-americanos em território da Bélgica.

Editorial

TODO O INVERNO TEM PRIMAVERA

Dizer-se que o País foi surpreendido no final da passada semana pelo anúncio de novos e brutais aumentos de preços de bens essenciais não corresponderá certamente à verdade. Após quase dois anos de governação Soares/Mota Pinto no seguimento integral de nove anos de política de direita, esta é a realidade que o Povo português mais constantemente conhece.

Começam a escassear no vocabulário nacional palavras para classificar esta política. No início de um ano que anunciara de melhoria das condições de vida, o Governo PS/PSD aumenta o pão, aumenta o leite, aumenta os transportes, aumenta os combustíveis, os telefones, os correios, a electricidade. É ainda difícil prever os resultados dramáticos que todas estas medidas virão a ter sobre as condições de vida dos portugueses. Os aumentos não só atingem directamente — e em violentíssimas proporções de 20% e mais — factores imediatamente importantes do orçamento familiar (alimentação, transportes, energia doméstica), como implicam efeitos de arrastamento que provocarão a breve prazo agravamentos praticamente de todos — mas rigorosamente todos — os produtos. É uma verdade elementar que a subida de preços de energia e combustíveis irá reflectir-se em cadeia nos custos de produção industrial e agrícola, no transporte de bens, na sua comercialização.

Será mais cara na fábrica a ração de gado porque a energia subiu; será mais caro o seu transporte até ao criador; será mais cara a rez vendida para abate; será mais caro o seu transporte até ao matadouro; será mais cara a actividade do matadouro; será mais caro o transporte da carne até ao talho; será mais caro o frigorífico do talho. Será em suma mais cara a carne que um português quiser comprar para pôr na sua mesa. E assim por aí fora com tudo o resto.

Não estamos perante um percalço, uma surpresa, uma excepção. Estamos perante o prosseguimento sistemático de uma política virada contra o povo, de uma agressão sistemática, de uma prática que a realidade das coisas e o sentir dos homens só pode, e o sentimento fundo da insuficiência das palavras, classificar de criminoso.

O Povo português interroga-se: quando é que isto, este bródio político abjecto e perverso, este sórdido tripudiar com a vida e os destinos de toda uma comunidade terá fim?

A verdade, porém, é que, nestes dias em que os rigores da Natureza e o servilismo e ganância dos governantes PS/PSD se aliarão para fazer deste Inverno um dos mais sombrios da vida portuguesa, a alternativa começa a desenhar-se.

A situação impõe-no. Mas a realidade é que se acentuam deslocções políticas e sociais que há

muito se anunciavam.

A base de apoio do Governo de Soares e Mota Pinto reduz-se dia a dia. A calamidade nacional imposta por uma política virada contra o povo e todo o País não afecta hoje apenas os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas: são sectores da sociedade no seu todo que sentem violentamente o degradar das condições de vida, a ausência completa de perspectivas de governação, a total subserviência ao imperialismo, a inépcia, a incompetência e a incuria. Classes e camadas sociais até há pouco iludidas com a demagogia e o terrorismo informativo de Soares e Mota Pinto constatarem a dura realidade do beco-sem-saída que representa a continuação deste Governo e desta política — e afastam-se, demarcam-se, reorganizam-se.

Se o enfraquecimento dos apoios do Governo PS/PSD de há muito que se vem registando, factores novos se vêm acentuando: reforça-se, ao nível da organização e da decisão, o campo dos que buscam uma alternativa. Não é só o Governo que está cada vez mais fraco: é o campo democrático que está cada vez mais forte.

Desenha-se e concretiza-se o realinhar de forças ao nível político que poderá dar expressão à vasta frente social de recusa da actual política e do actual Governo.

Não só o fim do Inverno de frio e chuva despenha.

É não é verdade que o Povo português, ao longo destes longos meses de privação e crescente miséria, mais não tenha feito que interrogar-se. O Povo português deu respostas. Deu-se nas ruas, nas fábricas, nos campos, nas escolas — na luta.

Se a alternativa começa a tomar forma, ela não caiu do céu, nem resultou do acaso. Foi forjada nas mesmas horas e nos mesmos dias em que nos gabinetes do Poder se pretendia destruir o Portugal de Abril, defendendo-o a par e passo em quantos locais vive o povo.

Esta luta quotidiana e de massas foi e é a argamassa que faz possível que possamos legitimamente encetar o futuro como possível.

Essa luta impediu que a ofensiva da direita fosse até onde pretendia ir — e com isso fê-la falhar e abortar. E porque falhou, dividiram-se os seus autores, dividiram-se os seus apoios, enfraqueceram as suas bases de sustentação.

Essa luta esclareceu sistematicamente os iludidos e indiferentes sobre o que era efectivamente o País real e a realidade da política que arrastava para o abismo.

Essa luta animou os hesitantes que descriam da possibilidade de no quadro do Portugal de Abril encontrar na democracia forças suficientes para pros-

seguir Abril.

E, acima de tudo, essa luta fornece a garantia objectiva e concreta de que a alternativa é possível. Quem quer e é capaz de lutar hoje, quer e é capaz de construir amanhã.

Não houve apenas interrogações. Houve, essencialmente, as massas em luta.

Essa luta tem nome politicamente. Foi disposta da vasta, poderosa e complexa máquina de um poder de Estado usado com brutalidade e sem escrúpulos que a ofensiva da direita consubstanciada hoje na política do Governo PS/PSD tomou forma e se desencadeou.

Os meios imensos do Estado, dos dinheiros às polícias, dos decretos à diplomacia foram jogados na mais brutal ofensiva contra a democracia que o País conheceu desde o fascismo. Escassos que se revelaram para vergar a vontade e resistência popular, pretendeu-se mesmo subverter inteiramente esse Estado e transformá-lo numa ditadura de polícias e mentira, ao serviço do capital e da exploração.

Não bastaria, para a vitoriosa resistência, o descontentamento inevitável real de quem trabalha, o protesto espontâneo e descoordenado, o desconhecimento do todo, a dificuldade de definir a realidade e os objectivos a cada momento.

Para a vitoriosa resistência impunha-se — e existiu — a organização de massas, o esclarecimento constante, a análise rigorosa, a perspectiva política. Nada nem ninguém pode ignorar que a pujança, pertinácia, consequência e lucidez da luta de massas que conduziu à derrota a política de direita e o Governo seu actual autor só é possível pela existência, pela acção, pelo trabalho de uma organização política forjada pela classe operária portuguesa, forjada e desenvolvida pelos trabalhadores, por uma organização política parte integrante e inalienável da liberdade e da democracia portuguesa em todas as etapas do seu nascimento e vida. Só é possível pela existência, pela acção, pelo trabalho do Partido Comunista Português.

A prova da vida está aí para demonstrar que, tal como não haveria resistência vitoriosa da democracia e da vida do povo sem o PCP, não poderá haver vida da democracia e reconstruir da vida do País sem o PCP.

Tal como decisivo para derrotar a destruição de Abril tem sido fortalecer o PCP, decisivo para continuar Abril continua a ser o fortalecimento do PCP.

Depois de todos os Invernos há sempre Primavera. Mas as flores da Primavera crescem nos troncos firmes e robustos que resistiram à intempérie e asseguraram a resistência da vida. São essas árvores, mais frondosas ainda, que darão a certeza do futuro.

Delegação do PCP visita a República Popular Democrática da Coreia

Uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e de que fazia parte o camarada Romeu do Rosário, membro suplente do CC, visitou a República Popular Democrática da Coreia nos dias 7 e 8 de Janeiro.

Camaradas falecidos

João Bernardino
Vítima de prolongada doença, faleceu no passado dia 4 de Janeiro o camarada João Bernardino, militante da célula dos Reformados de Benfca - Lisboa. Contava 71 anos de idade. Militante activo do movimento democrático, pertenceu ao MUD-Juvenil e participou nas eleições de 69 integrado na CDE. Era membro da URAP e da Associação dos Reformados de Benfca. Pela relação fraterna e activa vida social e política era bastante conhecido e considerado entre os democratas de Benfca. O seu funeral constituiu uma sentida manifestação de pesar, tendo reunido elevado número de pessoas.

Luis António Saavedra

Com a idade de 60 anos, faleceu no passado dia 11 de Dezembro o camarada Luis António Machado Saavedra. Militante na organização de Viana do Castelo do PCP desde Abril de 1974, o camarada Saavedra foi um cidadão muito estimado e um militante dedicado ao Partido.

Joaquim Amaro

Um acidente de trabalho, possivelmente originado por falta de condições de segurança, causou na Sevil, em Setúbal, morte imediata ao nosso camarada Joaquim Maria Amaro, de 37 anos, encarregado na empresa Tónus. Quando estava a proceder à limpeza dos transportadores de carvão que se encontram sempre em movimento, foi esmagado contra um dos tambores. Companheiro exemplar e trabalhador prestigiado na empresa, Joaquim Amaro chegou a desempenhar funções na CT e como delegado sindical. Deixou viúva e três filhos, de 12, 2 e 1 ano.

troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, bem como sobre a situação internacional, o movimento comunista e a luta contra o imperialismo e pela paz.

Amizade entre o PCP e a FDR/FMLN de El Salvador

No seu discurso, o camarada Kim Il Sung expressou o apreço pela luta dos comunistas portugueses e o apoio total e a firme solidariedade para com a luta do PCP na defesa e reforço das conquistas da Revolução de Abril de 1974.

As eleições no Brasil

Na passada terça-feira, a SIP do PCP tornou pública a seguinte nota:

1. Culminando um longo processo de combate à ditadura que nos últimos anos adquiriu uma extraordinária expressão de massas, a eleição de Tancredo Neves para presidente da República do Brasil representa um importante acontecimento, susceptível de abrir caminho para uma efectiva democratização da vida daquele país.

2. O PCP saúda nesta ocasião os comunistas e todos os democratas brasileiros que, ao longo de 20 anos, não se vergaram ante a repressão e os odiosos crimes da ditadura e formula votos de que, continuando a sua luta, os trabalhadores e os democratas do Brasil realizem as suas aspirações de liberdade, justiça, progresso social e independência nacional.

rodong sinmun

위대한 수령 김일성동지께서
조선로동당 중앙위원회
정치국 상임위원으로
추천되셨다는 소식을
듣고서 무척 기쁘게
있습니다.

조선로동당 중앙위원회
정치국 상임위원으로
추천되셨다는 소식을
듣고서 무척 기쁘게
있습니다.

위대한 수령 김일성동지께서
조선로동당 중앙위원회
정치국 상임위원으로
추천되셨다는 소식을
듣고서 무척 기쁘게
있습니다.

Alexandre Fadéiev
a Jovem Guarda
2ª edição

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX Tel. 769725-769722

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828-779825-769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 22561

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto Tel. 693908-699615

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terra da Enva. 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776376-776750
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

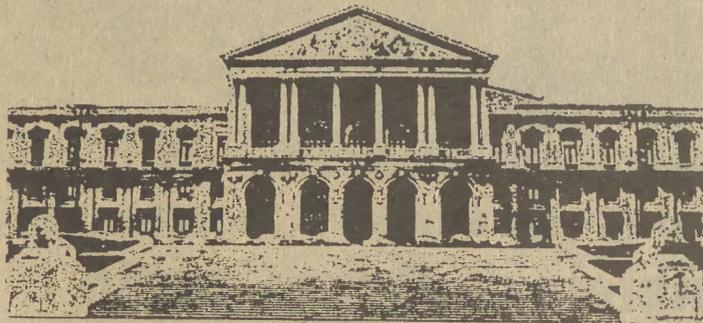
Depósito legal n.º 205/85

Tratagem mensal do mês de Dezembro: 39 625 ex.

Assembleia da República

Objector de Consciência Necessário estatuto equilibrado

Esta semana o mais importante que aconteceu na Assembleia da República não terá sido propriamente o mais visível. O Orçamento do Estado, que ainda não subiu a plenário e se discute sectorialmente em comissões, não sofreu ainda a crítica pública dos partidos representados no parlamento e o debate no hemiciclo só na próxima semana terá lugar, em simultâneo com as Grandes Opções do Plano. Os deputados debruçar-se-ão sobre um Orçamento que prevê um défice gigante — nada menos de 335,7 milhões de contos. Entretanto, depois de aprovados o Estatuto dos Deputados e a remuneração dos políticos, foi a discussão dos projectos e da proposta de lei sobre o Estatuto do Objector de Consciência que ocupou os trabalhos do plenário.



blemas que se colocam às Forças Armadas e aos cidadãos».

Um dever e um direito

Depois de anunciar que o PCP não regateará o melhor da sua contribuição para encontrar soluções idóneas e assentadas em princípios na matéria, o deputado comunista salientou o facto de a

Constituição prescrever no seu articulado o direito à objecção de consciência, cabendo à lei delimitar o âmbito e efectivar o exercício da sua substituição pelo serviço cívico. E, lembrando que a Constituição também acentua a obrigatoriedade do serviço militar, afirmou José Manuel Mendes:

Parece ressaltar do confronto destas disposições um conflito entre um dever, o da prestação do serviço militar obrigatório, e um direito, à objecção de consciência, quando o facto é que nos achamos perante dois valores que uma comunidade jurídica terá de acolher e conformar — o do carácter nacional de defesa do País, que cabe a cada homem, individualmente considerado, e o da liberdade de consciência. É da justa ponderação de todos os factores e interesses que se extrairá o regime legal idóneo. Para tanto, importa não empolar artificialmente o assunto: Portugal não é uma coudada de verdadeiros objectores, a juventude não dá quaisquer sinais de denúncia ao cumprimento das suas obrigações militares.

Aqui apontados, uma pergunta se coloca: os projectos de lei e a proposta do Executivo representam uma escaleta resposta às necessidades de equilíbrio e equanimidade entre os polos de tensão referidos? Contêm as normas precisas, técnica e substantivamente adequadas? A nosso ver, não.

O deputado do PCP, chamando a atenção para a necessidade de encontrar no trabalho colectivo, na comissão respectiva, uma maior clareza e normas mais precisas, contribuiu com algumas interrogações que foram outras tantas pistas de trabalho:

O serviço cívico que o objector realizar não deverá estar subordinado ou ligado a instituições militares ou militarizadas em tempo de paz. Mas poderá acontecer o contrário em tempo de guerra, como se depreende da pre-

tensão governamental? Acompanhamos neste domínio, as preocupações expressas no entendimento diverso constante dos articulados da ASDI e da UEDS. Os problemas que se levantam são, porém, mais vastos. Interrogamos, por exemplo: quem organiza o serviço cívico? Uma comissão interministerial, um colégio de especialistas, em vários sectores do conhecimento, eleito por esta Assembleia? E quais as regras de composição de um colectivo com a responsabilidade que sempre terá o que aqui se prevê? Afigura-se-nos que haverá que preencher a lacuna com normativos claros e amadurecidos pela reflexão.

De qualquer maneira, os órgãos organizadores não poderão deixar de ser plurais suscitando-se-nos dúvidas quanto à participação da Instituição Militar já que, em relação a ela, o que importa é salvaguardar o prestígio e a independência em todas as latitudes.

Pensamos, por outro lado, que é exigível, numa lei agora elaborada sobre a matéria, prevenir a não subversão do regime disciplinar aplicável através de práticas geradoras de arbítrio, por inadverência, inadequação ou erro.

Os domínios em que o serviço cívico se efectua carecem de ser alargados ao âmbito das tarefas culturais e de alfabetização, na esteira do elenco proposto pela UEDS, e determinados de forma inambigua, de modo a impedir a participação de objectores em actividades que lhes não respeitem. Exemplifiquemos: não pode o objector, em caso algum, substituir trabalhadores em greve. Isso decorre da actual lei da greve, dir-se-á. Não obstante, somos favoráveis a um máximo de rigor prescritivo em áreas onde a delicadeza o reclama. É elementar acautealar hoje o que, amanhã, por desvio do poder, por tergiversação de leitura, haverá quem pretenda adulterar.

Nacional

Novos aumentos Uma política ruinosa

Há pouco mais de um ano no Governo, o PS e o PSD já aumentaram o preço do leite em 169%, o do pão em 73%, o do gás da cidade em cerca de 100%, os dos transportes cerca de 90%, o do gasóleo em 65% e do açúcar em 50%.

- Os gravosos aumentos de preços agora anunciados pelo Governo PS-PSD para um vasto conjunto de produtos, bens e serviços essenciais colocam em evidência as ruinosas consequências do prosseguimento de uma política deliberadamente orientada para o agravamento das condições de vida da população, num quadro geral de descalabro económico e social.
- Perante um tal aumento de preços, que, a curto prazo, não deixará de se reflectir, de forma propositadamente descontrolada, sobre os preços de muitos outros produtos e bens de consumo corrente, os portugueses não podem corcoeder qualquer crédito às insistentes promessas do Governo no sentido de que estaria garantida para este ano uma séria contenção dos sacrificios impostos à população.
- A política de preços que o Governo PS-PSD se dispõe a prosseguir constitui, não apenas uma ostensiva manifestação de desprezo e insensibilidade pelas graves dificuldades que atingem a maioria das famílias portuguesas, com contornos dramáticos nas camadas mais desfavorecidas, mas também uma criminosa insistência numa política económica global que tem o arrojado de pretender apresentar a espoliação e a queda do poder de compra dos portugueses como indispensáveis à recuperação económica.
- Está, porém, suficientemente demonstrado que a chamada política de «liberalização de preços», conduzindo à subida desenfreada do custo de vida, além de agravar em termos intoleráveis a situação social, constitui ela própria

um factor de retração do mercado interno e consequentemente da actividade económica, com desastrosas consequências para o nível de emprego e para as próprias condições de actividade da grande maioria das empresas.

5. Em matéria de alta do custo de vida e aumentos de preços, o Governo Mário Soares/Mota Pinto, ao ser responsável por uma taxa de inflação de 30% em 1984, conseguiu bater o triste recorde anterior de uma taxa de inflação de 27% em 1977, por sinal obra de um governo igualmente liderado por Mário Soares; o 1.º governo PS dito sozinho, mas aliado de facto à direita. Para ilustrar a brutalidade desta política do Governo PS-PSD, basta referir que, na sua vigência (19 meses), por exemplo o leite já aumentou 169%, o pão 73% o gás da cidade cerca de 100%, os transportes cerca de 90%, o gasóleo 65%, o açúcar 50%.

6. A demissão do Governo PS-PSD, necessária e justificada por tantas outras razões nacionais, emerge como uma óbvia necessidade para se impedir a continuação de uma política de impiedoso agravamento das condições de vida do povo e para se abrir caminho para uma nova política e um novo governo que correspondam às aspirações populares.

Nesta situação, continua a assumir decisiva importância o desenvolvimento da acção do protesto e da luta do povo, em defesa dos seus interesses vitais constantemente agredidos pela política do Governo PS-PSD.

14/1/85

A SIP do PCP

Quatro projectos pelas liberdades

No período de antes da Ordem do Dia de antontem, o deputado José Magalhães, em curta intervenção, anunciou a entrega na Mesa da AR de quatro projectos de lei do PCP que, afirmou, «instituem novos mecanismos de defesa das liberdades dos cidadãos.»

Visando garantir a todos o acesso ao Direito e aos Tribunais, o primeiro projecto pretende, como sublinhou o deputado, «que as muitas e dispersas entidades com responsabilidades neste domínio funcionem articuladamente como um verdadeiro sistema nacional de acesso ao Direito. O projecto institui, pela primeira vez, a consulta jurídica para os que não têm meios de a ela aceder e substitui o caduco esquema de assistência judiciária em vigor desde 1970 e o débil dispositivo de defesa oficiosa em progresso penal, por um sistema de protecção moderno e eficaz.»

«É um projecto», afirmou o deputado, que combina a responsabilidade pública com a plena liberdade dos advogados e a justiça para os cidadãos que tanto carecem dela.»

Falando dos projectos seguintes, disse José Magalhães: «o segundo projecto visa conferir protecção às vítimas de crimes que a lei hoje abandona ao seu destino. Instituem-se formas de garantia pública das indemniza-

ções devidas e suprimem-se entraves a uma acção eficaz dos lesados junto dos tribunais.

O terceiro projecto garante aos cidadãos atingidos por qualquer forma de prisão ilegal a indemnização que a Constituição lhes reconhece, o que assume flagrante actualidade quando o Governo leva as forças policiais a um número crescente de acções ilegais.

O último dos projectos visa a instituição dos julgados de paz para julgar pequenos litígios à escala autárquica, descongestionando os tribunais que o Governo conduziu a uma situação de ruptura.

Num quadro em que a insegurança dos cidadãos tem servido de pretexto para intoxicantes campanhas governamentais e outras acções tendentes à edificação de um Estado policial e totalitário, os Projectos do PCP têm o importante significado de sublinhar que é nos caminhos da liberdade (e não nos da sua negação) que é possível garantir a paz e a tranquilidade dos cidadãos. E constituem também um alerta para a necessidade de medidas que garantam aos portugueses uma justiça acessível, célere, eficaz e equânime.



Aprovado Inquérito pedido pelo PCP aos estranhos segredos da Secretaria de Estado do Emprego

A maioria pesou os prós e os contras de uma negativa ao pedido de inquérito, por parte do PCP, à Secretaria de Estado do Emprego. Tudo bem pesado, decidiu aprová-lo. É que deve ter pensado que, apesar de tudo, os riscos do inquérito, para o prestígio da maioria apoiante do Governo seriam menores que os de uma recusa, que iria equivaler à ocultação de aspectos menos claros da administração PS/PSD. Assim, foi por unanimidade que o pedido de inquérito foi aprovado, tendo a respectiva Comissão sido constituída por cinco deputados do PS, quatro do PSD, três do PCP, dois do CDS, sendo as restantes forças políticas representadas por um deputado cada (MDP, UEDS, ASDI). A Comissão deverá apresentar os resultados do inquérito no prazo de trinta dias.

Trata-se, conforme afirmou a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, de um inquérito indubitavelmente importante, cuja apreciação foi sucessivamente apazada e em torno do qual existe considerável expectativa com perfeita justificação. Por um lado, esperam-se da Assembleia da República respostas claras para interrogações e dúvidas que aguardam há muitos meses o necessário esclarecimento. A acção da Secretaria de Estado do Emprego vem suscitando um vasto conjunto de protestos, críticas, suspeições, sem que sejam levadas ao conhecimento do país e dos órgãos de soberania competentes informações que clarifiquem por completo processos e deslinde todas as responsabilidades.

Lebrando que a expectativa que rodeia o inquérito fora reforçada pelo próprio secretário de Estado do Emprego que afirmou em entrevista à imprensa ser urgente «reduzir à margem de manobra de quem decide», a fim de evitar «decidir com uma grande dose de arbítrio», a deputada comunista referiu-se depois aos mais de 4 milhões de contos de subsídios concedidos por despacho já na vigência do actual Governo pela SEE, sem que se conheçam nem os fundamentos concretos dos subsídios, nem a que entidades foram concedidos, nem as regras a que obe-

A «grande dose de arbítrio»

deceram, nem a fiscalização a que foram sujeitos. Há que encontrar respostas para estas perguntas, salientou a deputada. E adiantou: Não as encontraremos, porém, no relatório oficial remetido a esta Assembleia em 4 de Dezembro de 1984 pela própria Secretaria de Estado do Emprego. Nele se revela apenas que em 31 de Dezembro de 1983 havia cerca de 2 mil processos na SEEFF, muitos dos quais com mais de um a dois anos de existência. Então o actual secretário de Estado decidiu novos critérios gerais não só de análise, mas também de acesso ao apoio. Na sequência foram indeferidos 1195 processos até 31 de Dezembro de 1983, ficando pendentes 493, acrescidos de 352 novos processos entrados nos primeiros nove meses de 84. Durante 1984 e até 30 de Setembro foram indeferidos mais 217 processos. Pelo actual secretário de Estado foram concedidos, até 30 de Setembro, 293 apoios financeiros a que deveriam corresponder 50 411 postos de trabalho, num valor global de cerca de 5,5 milhões de contos. Em relação a 26 processos a SEE considerou não terem sido satisfeitas as condições previstas pelo que não foram entregues cerca de 350 mil contos de subsídios concedidos. O que é verdadeiramente insólito é que se ignora como se processou toda esta actividade. Não se sabe

como foram aplicados os subsídios processados. Desconhece-se em que casos foram consultados outros departamentos governamentais e a própria banca e com que consequências e pareceres. Há sérias dúvidas de que os termos dos despachos tenham sido cumpridos nos próprios casos em que foram atribuídos subsídios.

«Fundamentos concretos»

Ilda Figueiredo, depois de estranhar o silêncio feito em torno das razões dos indeferimentos, sublinhou ignorarem-se os fundamentos concretos de cada um dos actos concretos de exclusão que recaíram sobre mais de 2 mil processos, dos mais de 2352 entrados na SEE. É inteiramente indispensável, disse, esclarecer as razões por que foram apenas contempladas 267 empresas das cerca de 2350 que solicitaram apoio e entregaram processos, por vezes gastando consideráveis somas para os instruir e completar.

E a situação é tanto mais estranha quando se sabe que a dotação orçamental para o corrente ano para efeitos de apoio financeiro a empresas era de 4,8 milhões de contos, tendo sido entretanto reforçada as verbas para a atribuição de subsídios por transferência do saldo disponível relativo a «compromissos do ano anterior», pelo que a dotação or-

çamental anual passou para seis milhões de contos.

Quer isto dizer que havia em 30 de Setembro de 1984 um saldo disponível de ainda cerca de 3 milhões e 200 mil contos (importando que se esclareça como foram utilizados até à presente data esses dinheiros).

De qualquer modo, das cerca de 270 empresas contempladas até 30 de Setembro, nunca a SEE forneceu dados que permitissem justificar a concessão e o processamento dos subsídios ou a sua negação a mais de 2 mil empresas. Estranhamente a situação manteve-se mesmo quando foram deduzidas suspensões e dúvidas muito concretas sobre certos casos, em diversos órgãos de comunicação social. Apesar de todas as insistências e esforços não houve até ao momento qualquer divulgação oficial da lista das empresas beneficiadas cuja elaboração e divulgação chegou a ser anunciada. Ficaram sem resposta requerimentos nesse sentido formulados e mesmo interrogações produzidas em Plenário da AR. Os relatórios do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego são guardados a sete chaves e protegidos como se fossem a fórmula secreta de um explosivo.

O inquérito foi aprovado. Vamos a ver se a respectiva Comissão tem acesso às sete chaves que fecham estes segredos e outros mais que a deputada abordou na sua intervenção.

A Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou na passada segunda-feira a seguinte nota:

- A proposta de Orçamento de Estado para 1985 apresentada pelo Governo PS/PSD à Assembleia da República apresenta um novo passo na política de asfixia financeira das autarquias, de arbítrio e discriminação na distribuição de verbas, de sujeição do Poder Local aos ditames governamentais.
- Ao contrário do que afirma hipocritamente a propaganda governamental, logo secundada pelo Conselho Directivo da chamada «Associação Nacional dos Municípios Portugueses» e por outros eleitos do PS e do PSD, as autarquias, a ser aceite a proposta de Orçamento, não receberão a verba mínima que reivindicaram para 1985 (mais 30% do que receberam em 1984, quer a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro, quer a título de verba para «novos encargos»).
- Na verdade, os 62 milhões de contos que as autarquias vão receber a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro, correspondem a um aumento nominal de apenas 20,4%, ou seja, a um corte de verbas em termos reais de 7,4%. Se se tiver em conta que a verba para transportes e acção social escolar, que as autarquias passaram a suportar a partir do quarto trimestre de 1984, não sofre qualquer aumento (isto é, corresponde apenas a 3 milhões de contos), assume ainda maior dimensão o corte que é imposto às autarquias.

Assim, por exemplo, as verbas para os municípios do Algarve aumentariam 31% em termos nominais entre 1984 e 1985 enquanto as verbas para os municípios do distrito de Setúbal teriam um aumento nominal médio de apenas 14,9% (7,9% para Alcochete, Moita, Montijo, Seixal e Sines) e para os municípios do distrito de Lisboa de 17,3% (9% para Amadora, 8,4% para Loures, 9,9% para Vila Franca de Xira). Mesmo entre os municípios algarvios, não é dada qualquer explicação para o facto de o município de Vila Real de Santo António receber mais 18,4%, enquanto Albufeira re-

ceberia mais 40,6%, Aljezur mais 48,1%, etc.

6. É significativo, por outro lado, que, ao mesmo tempo que outras verbas são cortadas, a verba para «sedes de novas freguesias», que o Governo distribui arbitrariamente, tenha duplicado e que tenha sido criado um novo «saco azul» de 300 mil contos, destinado a comparticipações a distribuir pelo Ministério da Administração Interna.

7. O PCP continuará a defender, nas autarquias e na Assembleia da República que, enquanto não for reposta em vigor a Lei de Finanças Locais, seja transferida do Orçamento de Estado para os municípios uma verba mínima de 73,8 milhões de contos, a distribuir com critérios objectivos, o que corresponde apenas a não agravar ainda mais a já péssima situação financeira a que as autarquias foram sujeitas por sucessivos governos de direita, com destaque para o Governo PS/PSD.

8. Apesar das dificuldades que lhe são criadas pela política governamental, os municípios de maioria APU continuarão a manifestar a superioridade da sua gestão, caracterizada pela honestidade, democraticidade e alto nível de realizações, ao serviço das populações.



Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções de grande actualidade edições Avante!

PCP

Ponte de Lima: um justo motivo de orgulho

Tal como havíamos salientado na nossa última edição, os comunistas de Ponte de Lima, no Minho, vão inaugurar no próximo domingo, dia 20, o novo Centro de Trabalho do Partido, justo motivo de orgulho e festa. Uma festa que vai começar às 11 horas da manhã com o momento de inauguração propriamente dito e a visita às instalações. Depois, às 13 horas haverá um almoço de confraternização. Um comício com a participação do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Partido e director do nosso jornal, encerrará a iniciativa que se aguarda com entusiasmo na bela vila minhota.

Encontro na Parede

Como reforçar o trabalho de massas?

Como reforçar o trabalho de massas e a influência do PCP e da APU na freguesia, onde a Aliança Povo Unido é a segunda força política?

É para tentar responder a esta questão que os comunistas da Parede, no concelho de Cascais, se vão reunir em encontro do Partido no próximo dia 26 (um sábado), a realizar sob o lema «continuar Abril

com o Poder Local democrático».

O encontro tem a seguinte ordem de trabalhos: balanço da actividade realizada; perspectivas para este ano de 1985.

A iniciativa dos comunistas da Parede está marcada para as 15 horas, na Comissão de Moradores do alto da Parede e B.º Alentejano.

Reformados de Setúbal

A organização dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Setúbal do PCP reúne-se em plenário este sábado, dia 19.

O plenário, o terceiro da organização, decorrerá no Barreiro, nas instalações da colectividade «Os Penicheiros».

«50 violas» é quanto basta...

Grande noite do fado em Alfama

Amanhã, sexta-feira, o bairro lisboeta de Alfama vai ter mais um espaço dedicado ao fado. Lá não faltará o bom caldo verde ou o chourico assado, muito menos o bacalhau, tudo para ajudar à festa. Estamos a falar da grande noite do fado que se realiza a partir das 22 horas no Centro de Trabalho de Alfama.

Esta grande noite do fado é uma iniciativa da organização local do Partido, à qual se associou o grupo «Fado de Abril»

e integra-se na campanha dos 60 mil. Além do serviço completo de bar a que já nos referimos, serão instaladas, especialmente para essa noite, mesas para que toda a gente possa saborear o fado como deve ser.

É de certeza que esta casa de fados será a mais barata das redondezas, uma vez que para se assistir e participar na «grande noite» 50 violas é quanto basta.

Sábado, em Lisboa Homenagem a Ary dos Santos



Na passagem do primeiro aniversário da sua morte, o poeta José Carlos Ary dos Santos vai ser homenageado em Lisboa no próximo sábado, dia 19, por iniciativa da organização do PCP da freguesia de Santiago.

Do programa da homenagem salienta-se em primeiro lugar o descerramento de uma lápide no prédio onde viveu o Ary dos Santos: na Rua da Saudade, n.º 23. Isto às 9 e 30. Depois, cerca das 11 horas haverá uma romagem à sua campa

no Alto de S. João, com concentração prévia junto à porta do cemitério. Da parte da tarde, na escola n.º 5, no Largo do Contador-Mor, o programa da homenagem continua, com uma exposição-venda de livros e discos da obra de Ary dos Santos. À noite, com início às 21 e 30, haverá uma sessão com depoimentos de Ruben de Carvalho e Carlos do Carmo, canções por Fernando Tordo e poesia dita pelo actor Moraes e Castro.

Encontro distrital defende sector público

Perito de duzentos quadros do PCP ligados às empresas do sector empresarial do Estado, reunidos num encontro distrital, com a participação do camarada Carlos Costa, membro do secretariado e da comissão política do Partido, analisaram pormenorizadamente a situação que se vive no sector. Na opinião dos quadros comunistas, que se reuniram no sábado em Lisboa, as soluções para o SEE terão de passar necessariamente pela substituição de gestores corruptos e incompetentes e designadamente pelo apoio ao equilíbrio financeiro das empresas. O pagamento das dívidas do Estado, através do Executivo, foi também assinalado como necessidade no encontro. Os militantes do PCP, membros de

secretariados de célula e de organismos de direcção, juntamente com membros de outras organizações representativas (ORTS) do SEE decidiram, em moção aprovada, «apelar à luta patriótica dos trabalhadores do sector público, nacionalizado e participado contra a ofensiva do Governo PS/PSD,

contra o esbanjamento, corrupção e ruína, contra as declarações «em situação económica difícil», os desmantelamentos e extinguições, pela viabilização e consolidação das suas empresas, para que elas desempenhem o papel insubstituível que lhes cabe para a recuperação económica e o pro-

gresso do País». A moção apoia a luta dos trabalhadores do SEE, dos trabalhadores em geral e «condena vivamente a decisão anti-económica e anti-nacional» de extinguir as companhias de transporte marítimo (CTM e CNN) que pertencem ao sector.



ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES



Domingo, no «Curvo Semedo», em Montemor I.ª Assembleia da Organização Distrital de Évora do PCP

A conhecida vila alentejana de Montemor-o-Novo acolhe no próximo domingo, dia 20, a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Évora do Partido Comunista Português.

Cerca de 550 delegados e 450 convidados estarão reunidos no Teatro Curvo Semedo, entre as 9 e as 20 e 30 horas, sob o lema «Fortalecer o Partido, defender a Reforma Agrária, novo Governo, nova política».

Iniciada em Novembro, a actividade preparatória desta Assembleia decorreu em todos os concelhos do distrito de Évora, tendo registado numerosas reuniões e plenários — locais, de freguesia, concelhios, de sector profissional, etc. — em que se procedeu ao debate em torno do projecto de resolução política e à eleição dos delegados que, agora, no próximo domingo representarão os organismos do Partido deste distrito alentejano constituído por 14 concelhos.

O projecto de documento da Assembleia, que suscitou um largo conjunto de alterações propostas individual e colectivamente pelos militantes, que assim o enriqueceram, está dividido nos seguintes capítulos temáticos: 1. importância e objectivos da 1.ª Assembleia da Organização Distrital; 2. ca-

uma alternativa democrática; 6. o reforço do Partido no distrito.

Da ordem de trabalhos da Assembleia constam apenas dois pontos — a discussão e votação do projecto de resolução política e a eleição da Comissão distrital do Partido.

A Assembleia decorrerá em cinco sessões de trabalho,

«... Para nós, comunistas, a tribuna desta Assembleia é a tribuna da Reforma Agrária, a tribuna do Poder Local democrático, a tribuna da luta sem tréguas do povo trabalhador e das forças democráticas do nosso distrito em defesa das conquistas históricas do 25 de Abril...»

(Projecto de Resolução Política da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Évora do PCP)

racterização sumária do distrito de Évora; 3. as conquistas alcançadas com o processo revolucionário e a luta de massas; 4. propostas para o desenvolvimento económico e social do distrito; 5. a batalha por

sendo as duas últimas, respectivamente, para eleição da C. Distrital (reservada a delegados) e a de encerramento, pública, onde serão apresentados os camaradas eleitos para aquele organismo e feito um

breve balanço à própria Assembleia.

Em contacto com a organização do Partido, subemos que o intenso debate previsto para a Assembleia reunirá mais de quatro dezenas de intervenções, que abordarão aspectos da vida orgânica do Partido e questões da situação económica, social e cultural do distrito, numa afirmação viva e dinâmica da ligação do PCP aos problemas e aspirações populares.

No castelo de Montemor, funcionará um serviço de refeições rápidas e económicas (200 escudos com tudo incluído) para os delegados e convidados da Assembleia.

Está prevista a participação nos trabalhos da 1.ª Assembleia da distrital de Évora do camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, bem como de outros camaradas da direcção do Partido.

Domingo Concelhia de T. Vedras

Comício com Octávio Pato

Para «reforçar o Partido, melhorar a ligação aos trabalhadores e à população» realiza-se este domingo (dia 20) a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Torres Vedras do PCP.

A reunião começa logo pela manhã, às 9 e 30, no CAC de Torres Vedras, e prolongar-se-á, só para os delegados, pela tarde fora.

Durante todo este dia, os delegados vão discutir e votar o Relatório de Actividades e eleger a nova constituição da Comissão Concelhia.

Depois, cerca das 17 horas, o novo organismo será apresentado no comício público de encerramento em que intervirá o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

Sábado Freguesia da Buraca

A organização da Freguesia da Buraca (Amadora) do PCP realiza este sábado, a sua terceira Assembleia. A reunião terá, a partir das 18 horas, uma sessão aberta ao público.

Esta terceira assembleia decorrerá a partir das 15 horas no salão da Junta de Freguesia local.

Na sessão de encerramento, o camarada Júlio Filipe, membro do Comité Central e do Executivo da DORL do PCP, fará uma intervenção sobre a situação política e social.

Freguesia de Queluz

A 3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Queluz do PCP, realizada recentemente, aprovou por unanimidade e aclamação o Relatório apresentado. Da mesma maneira foi votada a nova constituição da Comissão de Freguesia.

Os problemas relacionados com a organização e com o trabalho autárquico foram dos mais discutidos nesta Assembleia, que decorreu no Salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz.

No final da reunião realizou-se um comício onde interveio o camarada Jerónimo de Sousa, membro do Comité Central do PCP.



As Assembleias de Organização são momentos altos da actividade do Partido. É nelas que se espelham o peso e a importância de um Partido de massas como o PCP.

Freguesia da Costa da Caparica

Os militantes comunistas da freguesia da Costa da Caparica, no concelho de Almada, realizam no próximo sábado, dia 19, a sua 4.ª Assembleia da organização.

Prestar contas da acção desenvolvida desde a 3.ª Assembleia, discutir e definir as principais linhas orgânicas e políticas e eleger o organismo de direcção (a Comissão de Freguesia) contam-se entre os objectivos desta Assembleia, cujo início está marcado para as 14 e 30 horas, no Grupo «Amigos da Costa».

«Defender Abril, reforçar o Partido, vencer as batalhas futuras» é o lema da 4.ª Assembleia.

Freguesia do Samouco

A Organização da freguesia do Samouco do PCP (concelho de Alcochete) reúne-se em Assembleia no próximo dia 26, um sábado.

A reunião, que se realizará no salão da Junta de Freguesia de Alcochete, tem como lema «reforçar o PCP é reforçar Abril».

Convívio no Beato

No Centro de Trabalho da freguesia do Beato, em Lisboa, a organização local do Partido leva a efeito no próximo sábado uma tarde-convívio aberta à população e em que será exibido o filme «Esta doce palavra liberdade». O início do convívio está previsto para as 15 e 30.

O Poder Local e as eleições Encontro distrital em Coimbra no do

O Poder Local e as próximas eleições autárquicas serão temas em foco no encontro de âmbito distrital que decorrerá em Coimbra no próximo domingo, dia 20, culminando um trabalho preparatório que teve expressão nos vários concelhos.

O balanço da actividade nas autarquias do distrito, as perspectivas de trabalho até ao fim do mandato; a corrupção, o compadrio e as ilegalidades nas autarquias locais; os grandes problemas do distrito; e as próximas eleições autárquicas e o trabalho do Partido

(formação de listas, definição de prioridades e objectivos, tarefas imediatas) — este o conjunto de temas que o encontro irá debater e sobre os quais tomará certamente decisões fundamentais para a acção do Partido.

Como referiu ao «Avante!» a Comissão Distrital de Coimbra do PCP, este encontro está aberto à presença e intervenção não só dos actuais eleitos da Aliança Povo Unido, militantes do Partido ou não, mas também de todos os camaradas e amigos que em 1982 integraram listas

Lisboa

Plenário distrital discute informação e propaganda

Prevista a participação de 180 co

O Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, é este sábado palco de um plenário distrital de quadros da Organização Regional de Lisboa. A reunião, que decorrerá da parte da tarde, destina-se a discutir o trabalho de informação e propaganda para 1985, ano em que se realizam, pelo menos, duas campanhas eleitorais.

O plenário, em que estarão presentes os camaradas António Abreu e Martins Coelho,

membros do Comité Central e do executivo da DORL do PCP, e o camarada Vítor Neto, da SIP do Comité Central, tem como ponto único da ordem de trabalhos a discussão das tarefas de informação e propaganda e do reforço da organização em 1985.

A convocação desta reunião surge pela necessidade de se dar resposta a diversos problemas decisivos para o trabalho da organização, como seja a

O Vitória para

Assim vai a campanha Ultrapassados os 4

O último apuramento da campanha do Vitória, a 10 deste mês, registava já 44 421 844 \$70, assim conseguidos:

ORGANIZAÇÕES

Alenquer
Arruda Vinhos
Azambuja
Cadaval
Mafra
Lourinhã
Sobral
Torres Vedras
Amadora
Cascais
Carnaxide
Oeiras
Sintra
Queluz

ACUMULADO

141 590\$00
81 100\$00
98 072\$50
26 110\$00
151 400\$00
44 560\$00
119 650\$00
281 064\$00
1584 130\$50
1284 081\$00
1061 758\$50
351 415\$00
861 202\$50
1 081 574\$00

INFORMAÇÃO da CAMPANHA

N.º 4 • JANEIRO 1985

AO ENTRAR EM 85 vamos preparar o esforço final para a compra e obras do Vitória

Em geral a Campanha está a correr bem. Há um grande esforço de camaradas e amigos, tendo em conta o agravamento das condições de vida. Que mostra uma grande compreensão sobre a importância da compra do Vitória.

Entramos num novo ano e nos últimos meses da Campanha.

Vamos aproveitar o início do ano para cada organização, cada camarada planifique o quantitativo que vai entregar e em que prazo.

Temos que atingir os 60 mil contos e ultrapassá-los porque depois da compra, há um 2.º objectivo: as obras. O Partido conta com todos.

JÁ PENSAMOS

Talvez não para o fazeres. Há muitos militantes, e o Vitória com quem entregam do Pensa e contactos. Muito agradável.

FESTAS DE FIM DE ANO DO PARTIDO

Festa, Unidade, Convívio, Luta,

Contribuíram também para a Campanha

ORGANIZAÇÕES

REFORMA



«Medo», em Montemor Organização do PCP

uma alternativa democrática; 6. o reforço do Partido no distrito. Da ordem de trabalhos da Assembleia constam apenas dois pontos — a discussão e votação do projecto de resolução política e a eleição da Comissão distrital do Partido.

A Assembleia decorrerá em cinco sessões de trabalho.

a tribuna desta Assembleia Agrária, a tribuna do distrito, a tribuna da luta sem tré e das forças democráticas e das conquistas históricas.

Política da 1.ª Assembleia da Câmara Municipal de Évora do PCP

sendo as duas últimas, respectivamente, para eleição da Comissão Distrital (reservada a delegados) e a de encerramento, pública, onde serão apresentados os camaradas eleitos para aquele organismo e feito um

breve balanço à própria Assembleia.

Em contacto com a organização do Partido, soubemos que o intenso debate previsto para a Assembleia reunirá mais de quatro dezenas de intervenções, que abordarão aspectos da vida orgânica do Partido e questões da situação económica, social e cultural do distrito, numa afirmação viva e dinâmica da ligação do PCP aos problemas e aspirações populares.

No castelo de Montemor, funcionará um serviço de refeições rápidas e económicas (200 escudos com tudo incluído) para os delegados e convidados da Assembleia. Está prevista a participação nos trabalhos da 1.ª Assembleia da distrital de Évora do camarada Bláguil Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, bem como de outros camaradas da direcção do Partido.

Sábado Freguesia da Buraca

A organização da Freguesia da Buraca (Amadora) do PCP realiza este sábado, a sua terceira Assembleia. A reunião terá, a partir das 18 horas, uma sessão aberta ao público.

Esta terceira assembleia decorrerá a partir das 15 horas no salão da Freguesia local.

Na sessão de encerramento, o camarada Júlio Filipe, membro do Comité Central e do Executivo da DORL do PCP, fará uma intervenção sobre a situação política e social.

Freguesia de Queluz

A 3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Queluz do PCP, realizada recentemente, aprovou por unanimidade e aclamação o Relatório apresentado. Da mesma maneira foi votada a nova constituição da Comissão de Freguesia.

Os problemas relacionados com a organização e com o trabalho autárquico foram dos mais discutidos nesta Assembleia, que decorreu no Salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz.

No final da reunião realizou-se um comício onde interveio o camarada Jerónimo de Sousa, membro do Comité Central do PCP.



As Assembleias de Organização são momentos altos da actividade do Partido. E nelas que se espelham o peso e a importância de um Partido de massas como o PCP

Freguesia da Costa da Caparica

Os militantes comunistas da freguesia da Costa da Caparica, no concelho de Almada, realizam no próximo sábado, dia 19, a sua 4.ª Assembleia da organização.

Prestar contas da acção desenvolvida desde a 3.ª Assembleia, discutir e definir as principais linhas orgânicas e políticas e eleger o organismo de direcção (a Comissão de Freguesia) contam-se entre os objectivos desta Assembleia, cujo início está marcado para as 14 e 30 horas, no Grupo «Amigos da Costa».

«Defender Abril, reforçar o Partido, vencer as batalhas futuras» é o lema da 4.ª Assembleia.

Freguesia do Samouco

A Organização da freguesia do Samouco do PCP (concelho de Alcochete) reúne-se em Assembleia no próximo dia 26, um sábado.

A reunião, que se realizará no salão da Junta de Freguesia de Alcochete, tem como lema «reforçar o PCP é reforçar Abril».

Convívio no Beato

No Centro de Trabalho da freguesia do Beato, em Lisboa, a organização local do Partido leva a efeito no próximo sábado uma tarde-convívio aberta à população e em que será exibido o filme «Esta doce palavra liberdade». O início do convívio está previsto para as 15 e 30.

O Poder Local e as eleições

Encontro distrital em Coimbra no domingo

O Poder Local e as próximas eleições autárquicas serão temas em foco no encontro de âmbito distrital que decorrerá em Coimbra no próximo domingo, dia 20, culminando um trabalho preparatório que teve expressão nos vários concelhos.

O balanço da actividade nas autarquias do distrito, as perspectivas de trabalho até ao fim do mandato; a corrupção, o compadrio e as ilegalidades nas autarquias locais; os grandes problemas do distrito; e as próximas eleições autárquicas e o trabalho do Partido

(formação de listas, definição de prioridades e objectivos, tarefas imediatas) — este o conjunto de temas que o encontro irá debater e sobre os quais tomará certamente decisões fundamentais para a acção do Partido.

Como referiu ao «Avante!» a Comissão Distrital de Coimbra do PCP, este encontro está aberto à presença e intervenção não só dos actuais eleitos da Aliança Povo Unido, militantes do Partido ou não, mas também de todos os camaradas e amigos que em 1982 integraram listas

APU e dos que possam vir a integrá-las e a trabalhar nas eleições que se aproximam.

O encontro distrital decorrerá nas instalações do Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, em Coimbra, com as presenças dos camaradas da Comissão Política do PCP Carlos Costa, também membro do Secretariado do GC, e Jaime Serra.

O início dos trabalhos está marcado para as 9 e 30 e o seu encerramento para as 18 e 30 horas. Está assegurado almoço para os participantes na iniciativa.

Lisboa

Plenário distrital discute informação e propaganda

● Prevista a participação de 180 camaradas

O Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, é este sábado palco de um plenário distrital de quadros da Organização Regional de Lisboa. A reunião, que decorrerá da parte da tarde, destina-se a discutir o trabalho de informação e propaganda para 1985, ano em que se realizam, pelo menos, duas campanhas eleitorais.

O plenário, em que estarão presentes os camaradas António Abreu e Martins Coelho,

membros do Comité Central e do executivo da DORL do PCP, e o camarada Vítor Neto, da SIP do Comité Central, tem como ponto único da ordem de trabalhos a discussão das tarefas de informação e propaganda e do reforço da organização em 1985.

A convocação desta reunião surge pela necessidade de se dar resposta a diversos problemas decisivos para o trabalho da organização, como seja a

não existência de secções de informação e propaganda em diversas células e sectores, a necessidade de uma maior coordenação e planificação do trabalho e um maior acompanhamento desta frente de trabalho por parte dos organismos de direcção.

Os cerca de 180 camaradas participantes nesta reunião irão discutir, entre outras iniciativas, a realização de uma campanha de divulgação e venda do «Avante!».

Matosinhos e Porto

O ponto da situação

Reuniram no passado fim-de-semana os organismos de direcção das organizações de Matosinhos e Porto, que analisaram a actual situação política e social dos concelhos e definiram linhas de trabalho para 1985.

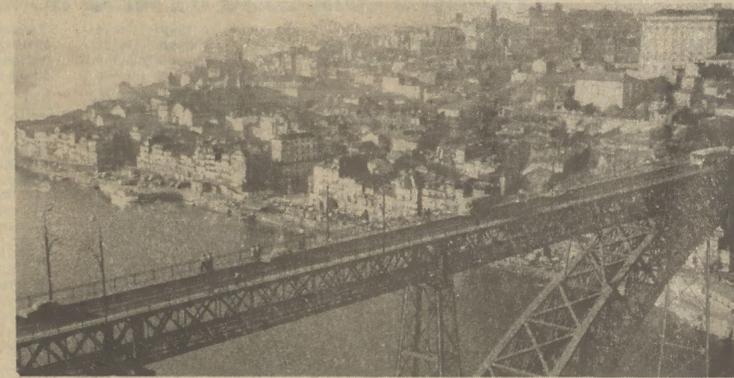
Assim, o plenário da Comissão Concelhia de Matosinhos, que reuniu no passado dia 12, concluiu que se agrava a situação económica de milhares de trabalhadores do concelho e que é preocupante a degradação das empresas do grupo conservador, bem como a intenção governamental de desmembramento e consequente desemprego na Equimetal. Dis-

dos efeitos dos aumentos das tarifas de energia eléctrica, já que a população de Matosinhos é a que hoje, no Grande Porto, mais paga, fruto da política de cedência e capitulação da Câmara de Narciso Miranda.

A Comissão Concelhia discutiu e aprovou o plano de actividades para o ano de 85, tendo em conta a necessidade

A criação da Faculdade de Direito, o Museu do Trabalho, a aquisição do teatro de S. João e a não entrega, há dois anos, dos subsídios necessários à actividade do TEPA.

O CLP do PCP debruçou-se atentamente sobre os principais problemas da cidade, apreciou muito positivamente o notável trabalho desenvolvido pelos eleitos comunistas e outros democratas integrados na APU, nos seus pelouros e no conjunto dos órgãos, e definiu as grandes linhas de orientação do trabalho para 85.



cutiu ainda o plano de actividades e orçamento da Câmara Municipal de Matosinhos, concluindo que este é o resultado de uma política que não procura resolver os problemas fundamentais da população na medida em que para eles as despesas foram apenas de 3% (habitação), 4% (saneamento básico), 3% (abastecimento de água) e 0% (ensino pré-primário).

O plenário da Comissão Concelhia de Matosinhos manifestou a sua indignação pelos novos aumentos de bens essenciais e referiu a particularidade, na região e no concelho,

urgente do desenvolvimento e convergência das lutas contra a política do Governo e pela sua demissão, as batalhas eleitorais que se aviznam e a necessidade do reforço e alargamento do Partido.

Por sua vez o Comité Local do Porto debruçou-se sobre a actual situação política e debateu a situação nas autarquias da cidade e as próximas eleições autárquicas. Condenou a crescente degradação das condições de vida dos trabalhadores e os recentes aumentos de bens essenciais, nomeadamente da tarifa nacional de energia eléctrica.

O CLP lembra que é a «luta incansável desenvolvida pelos comunistas da região do Porto contra os brutais aumentos das tarifas e pelo respeito pela situação específica existente na região que tem permitido que 50% da população da cidade do Porto pague a energia a 3550.»

O CLP condenou ainda a política do Governo contra o Poder Local democrático, afirmando que «a cidade do Porto vê muitas das suas principais carências agravarem-se como resultado desta política de asfixia e boicote governamental.»

O Governo PS/PSD não construiu nem promoveu a construção de qualquer habitação social, a população do Porto e dos concelhos limítrofes continua ameaçada de não ter água em qualidade e quantidade, pela irresponsável recusa do Governo em financiar a central elevatória e a conduta que garantiam o seu transporte; a via de cintura interna continua por arrancar; a vida cultural da cidade continua a não merecer interesse do governo; continuam por concretizar justas aspirações da cidade como sejam:

• A adopção das medidas orgânicas do Partido que permitam levar a cabo com êxito esta importante batalha política.

No último ponto do documento aprovado na sua reunião, o CLP saudou todos os jovens da cidade pela comemoração do Ano Internacional da Juventude.

O Vitória para o Partido!

Assim vai a campanha Ultrapassados os 44 mil contos!

O último apuramento da campanha do Vitória, a 10 deste mês, registava já 4421844\$70, assim conseguidos:

ORGANIZAÇÕES	ACUMULADO
Alenquer	141.590\$00
Arruda Vinhos	81.100\$00
Azambuja	98.072\$50
Cadaval	26.110\$00
Maifra	15.140\$00
Lourinhã	44.560\$00
Sobral	119.650\$00
Torres Vedras	281.064\$00
Amadora	158.419\$50
Cascais	128.091\$00
Carnaxide	106.175\$50
Oeiras	35.141\$00
Sintra	86.120\$50
Queluz	1.081.574\$00

LoURES-OCID.	1.885.266\$00
LOURES-ORI.	2.254.918\$50
VILA FRANÇA XIRA	2.574.177\$00
C.L.L.	12.863.986\$20
Bancários	1.900.410\$00
Seguros	568.203\$00
Sect. Público	1.062.683\$50
Transportes	2.972.527\$00
Função Pública	1.123.645\$00
Saúde	1.836.461\$00
Informação	398.190\$00
Intelectual	2.360.067\$00
Sect. Sindical	744.307\$00
SIP/DORL	317.327\$00
Livraria Vitória	23.697\$50
C.T. Vitória	160.805\$50
Diversos	72.840\$50
DORL	4.144.555\$00
Totais	44.218.444\$70

INFORMAÇÃO PARA O PARTIDO
da CAMPANHA
N.º 4 • JANEIRO 1985
AVANTE COM ABRIL

AO ENTRAR EM 85 vamos preparar o esforço final para a compra e obras do Vitória

Em geral a Campanha está a correr bem. Há um grande esforço de camaradas e amigos, tendo em conta o agravamento das condições de vida. Que mostra uma granagem de compreensão sobre a importância da compra do Vitória. Entramos num novo ano e nos últimos meses da Campanha.

Vamos aproveitar o início do ano para que cada organização, cada camarada planifique o quantitativo que vai entregar e em que prazo.

Temos que atingir os 60 mil contos e ultrapassá-los porque depois da compra, há um 2.º objectivo: as obras. O Partido conta com todos.



FESTAS DE FIM DE ANO DO PARTIDO
Festa, Unidade, Convívio, Luta,
Contribuíram também para a Campanha

JÁ FIZESTE O TEU CARTÃO-COMPROMISSO ?

Os Cartões-Compromisso são a principal fonte de receita depois das abordagens.

Ao preencher o Cartão comprometemo-nos a entregar uma certa quantia em várias prestações. É uma forma mais fácil de muitos de nós contribuírem à altura da importância deste acontecimento.

Se ainda o não fizeste, preenche agora o Cartão e contribui para a fase final da Campanha.

JÁ PENSASTE EM ABORDAR UM AMIGO ?

Talvez nunca o tenhas feito. E esta é uma boa altura para o fazeres pela primeira vez.

Há muitos amigos que por diversas razões não são militantes, e que estão dispostos a ajudar a comprar o Vitória com quantias superiores às que de vez em quando entregam ao Partido.

Pensa em alguns, fixa quantias a pedir, faz os contactos. Na maior parte dos casos terá uma surpresa agradável.



A campanha avança — já o dissemos. Transparente, como se pode ver na informação regularmente publicada, determinada, como também por lá se pode concluir. Mas sobretudo determinante: determinante pelos objectivos que persegue (e está em vias de alcançar) e pelo significado político que representa. Na verdade, conseguir 60 000 contos para a aquisição de um Centro de Trabalho é, nos tempos de crise que vivemos, um feito político significativo. E a significar coisas essenciais, como sejam a saúde e o prestígio de um Partido que, firmemente implantado nas massas trabalhadoras, delas recebe o apoio necessário no tempo próprio — mesmo que os tempos em que tudo isto se passa não sejam de molde a permitir liberalidades económicas. Por isso, este feito — politicamente significativo, como já dissemos — respira força e luta.

Dai que não seja de estranhar que numerosos organismos já hajam ultrapassado a meta a que cada um se propôs. Dai que seja legítimo anunciarmos o facto com satisfação e orgulho, como quem fala duma vitória merecida porque para ela se trabalhou e com ela se avançou em mais um caminho justo. Com honras para os recordistas e prestígio para toda a «prova». E já agora: as abordagens continuam igualmente a bom ritmo. O que deve servir de estímulo, como é de boa tática em qualquer recta final.

Vamos andar com isto, camaradas! Falta pouco para mais este muito que planeámos!

Conclusões do plenário de comerciantes e industriais comunistas de Lisboa

Reunidos no seu primeiro plenário do ano de 1985, no último domingo, os comerciantes e industriais comunistas do distrito de Lisboa analisaram a situação política e social e debruçaram-se especialmente sobre os principais problemas que atingem duramente a nossa economia e, em particular, a pequena e média indústria e comércio, cujo futuro se apresenta ainda mais negro no começo de 1985 com a recente subida dos preços dos combustíveis e os anunciados para breve (transportes, pão, leite, electricidade, correios, etc), e o aumento da carga fiscal proposto no Orçamento do Estado para 1985.

Desta última decisão foi salientada a inoportunidade de introdução do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), não só pelos encargos administrativos que acarreta para muitos empresários que não têm sistema de contabilidade suficiente para cumprir a legislação decretada como também pelas injustiças que cria (produtos isentos do I.T. passam agora a ser abrangidos pelo IVA como os livros e os remédios, enquanto produtos de luxo e consumo supérfluos importados na sua maioria, vêm as suas taxas substancialmente reduzidas) e pelas novas dificuldades

sobre as vendas que vai originar.

Os comerciantes e industriais do PCP da região de Lisboa salientaram ainda a alarmante expansão da corrupção, da anarquia económica, do contrabando, da impunidade dos grandes perante os organismos oficiais, enquanto sobre os pequenos se exerce a maior repressão e vigilância, a par da

Leiria Encontro de quadros

Está a decorrer em todo o distrito, o trabalho preparatório para o próximo dia 27 de debate da situação política, questões relacionadas com a necessidade do seu re-neste ano, de 1985, serão de quadros, a realizar na «Com o PCP, um distrito mais forte».

Matosinhos e Porto

O ponto da situação

Reuniram no passado fim-de-semana os organismos de direcção das organizações de Matosinhos e Porto, que analisaram a actual situação política e social dos concelhos e definiram linhas de trabalho para 1985.

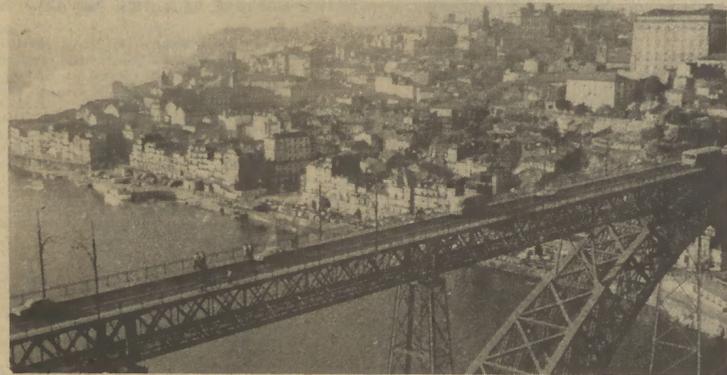
Assim, o plenário da Comissão Concelhia de Matosinhos, que reuniu no passado dia 12, concluiu que se agrava a situação económica de milhares de trabalhadores do concelho e que é preocupante a degradação das empresas do grupo conserveiro, bem como a intenção governamental de desmembramento e consequente desemprego na Equimetal. Dis-

tos efeitos dos aumentos das tarifas de energia eléctrica, já que a população de Matosinhos é a que hoje, no Grande Porto, mais paga, fruto da política de cedência e capitulação da Câmara de Narciso Miranda.

A Comissão Concelhia discutiu e aprovou o plano de actividades para o ano de 85, tendo em conta a necessidade

A criação da Faculdade de Direito, o Museu do Trabalho, a aquisição do teatro de S. João e a não entrega, há dois anos, dos subsídios necessários à actividade do TEP.

O CLP do PCP debruçou-se atentamente sobre os principais problemas da cidade, apreciou muito positivamente o notável trabalho desenvolvido pelos eleitos comunistas e outros democratas integrados na APU, nos seus pelouros e no conjunto dos órgãos, e definiu as grandes linhas de orientação do trabalho para 85.



cutiu ainda o plano de actividades e orçamento da Câmara Municipal de Matosinhos, concluindo que este é o resultado de uma política que não procura resolver os problemas fundamentais da população na medida em que para eles as despesas foram apenas de 3% (habitação), 4% (saneamento básico), 3% (abastecimento de água) e 0% (ensino pré-primário).

O plenário da Comissão Concelhia de Matosinhos manifestou a sua indignação pelos novos aumentos de bens essenciais e referiu a particularidade, na região e no concelho,

urgente do desenvolvimento e convergência das lutas contra a política do Governo e pela sua demissão, as batalhas eleitorais que se avizinham e a necessidade do reforço e alargamento do Partido.

Por sua vez o Comité Local do Porto debruçou-se sobre a actual situação política e debateu a situação nas autarquias da cidade e as próximas eleições autárquicas. Condenou a crescente degradação das condições de vida dos trabalhadores e os recentes aumentos de bens essenciais, nomeadamente da tarifa nacional de energia eléctrica.

O CLP lembra que é a «luta incansável desenvolvida pelos comunistas da região do Porto contra os brutais aumentos das tarifas e pelo respeito pela situação específica existente na região que tem permitido que 50% da população da cidade do Porto pague a energia a 3850.»

O CLP condenou ainda a política do Governo contra o Poder Local democrático, afirmando que «a cidade do Porto vê muitas das suas principais carências agravarem-se como resultado desta política de asfixia e boicote governamental.»

O Governo PS/PSD não construiu nem promoveu a construção de qualquer habitação social, a população do Porto e dos concelhos limítrofes continua ameaçada de não ter água em qualidade e quantidade, pela irresponsável recusa do Governo em financiar a central elevatória e a conduta que garantam o seu transporte; a via de cintura interna continua por arrancar; a vida cultural da cidade continua a não merecer interesse do governo; continuam por concretizar justas aspirações da cidade como sejam:

- A limpeza da cidade, os melhoramentos nos bairros camarários, a acção nos conselhos de administração dos SMGE e SMAS, a acção dos eleitos nas juntas, na A. Municipal e A. de Freguesia, foram amplamente discutidas, mostrando o seu balanço que a APU tem um trabalho superior na solução dos problemas — diz o documento aprovado na reunião.
- O CLP concluiu ainda que o PCP tem reforçado muito a sua influência política na cidade e que «transformar a crescente influência política do PCP e da APU num grande reforço da sua expressão eleitoral é uma perspectiva real e uma tarefa fundamental que desde já se coloca.»

Finalmente, O CLP, depois de ter analisado detalhadamente os problemas relacionados com as eleições autárquicas de 85 e as tarefas que desde já se colocam, destacou como tarefas essenciais:

- O reforço, alargamento e dinamização de todo o trabalho da APU;
- O desenvolvimento de um grande esforço de informação e esclarecimento da população sobre o imenso trabalho realizado pela APU nas autarquias e sobre a actuação e o papel das outras forças políticas;
- A intensificação da luta e do trabalho para resolver os problemas;
- A denúncia das medidas e iniciativas demagógicas e eleitoralistas e da acção profundamente lesiva para o povo e para a cidade do Porto do Governo PS/PSD;
- A adopção das medidas orgânicas do Partido que permitam levar a cabo com êxito esta importante batalha política.

No último ponto do documento aprovado na sua reunião, o CLP saudou todos os jovens da cidade pela comemoração do Ano Internacional da Juventude.



Reunião da DORS

PCP analisa situação no distrito de Setúbal

A actual situação económica, política e social existente no distrito, no quadro do prosseguimento da política de recuperação capitalista levada a cabo pelo Governo PS/PSD, foi objecto de análise na última reunião da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP. Neste âmbito foram constatadas duas tendências já verificadas nos últimos meses do ano transacto; por um lado, o agravamento das condições de vida no distrito, por outro, o «vigoroso ascenso da luta dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas», contra a política que está na origem dos problemas sentidos pela população.

Dentre estes problemas, a DORS destaca a subida «impressionante» do número de desempregados, os salários em atraso, os contratos a prazo e outras formas de trabalho precário que, no seu conjunto transformaram o distrito de Setúbal numa das zonas do País onde a fome é mais sentida. A tudo isto se junta a não abertura das aulas, os maus serviços de saúde e os problemas que o não cumprimento da Lei de Finanças Locais acarretam para as autarquias.

Tudo isto, conclui, são consequências da «ofensiva global e generalizada contra o regime democrático e particularmente contra o sector público e nacionalizado, a Reforma Agrária, os direitos e as liberdades», perpetrada por este Governo.

De facto, continua-se a assistir «à degradação económica de sectores e empresas, com o objectivo de justificar perante a opinião pública a sua posterior extinção antieconómica e entrega ao capital privado, como acontece nomeadamente na indústria naval, siderurgia, metalomecânica pesada, banca e seguros, petroquímica e química pesada.»

A par da ofensiva governamental, o encerramento de empresas e a redução de postos de trabalho em numerosas empresas e sectores, atiraram para o desemprego «um número impressionante» de trabalhadores, ao que ainda se tem que juntar a «escandalosa» dívida do patronato aos «sem salário».

A juntar a toda esta situação, «crescem a repressão e as discriminações, nomeadamente das mulheres, nas empresas e nos serviços públicos, onde o Governo, o patronato e os seus aliados divisionistas da UGT, procuram boicotar e impedir as lutas dos trabalhadores, particularmente a sua luta em defesa dos postos de trabalho e pela viabilização das empresas, pelas reivindicações internas e pela contratação colectiva».

De entre os milhares de trabalhadores já atingidos pelo desemprego no distrito, os jo-

vens ocupam a maior percentagem. Mas não se pense que este é o único problema desta camada etária; de facto, no ensino, «em finais de Dezembro, 1600 alunos ainda não tinham iniciado o seu ano escolar, e outros 1300 tiveram as suas aulas com reduções de currículos e de horas lectivas».

A fome

Todos estes problemas, o desemprego e os salários em atraso, a que se junta «os aumentos de preços dos combustíveis, do pão, do leite, do açúcar, dos transportes e os ou-

tros aumentos já anunciados, nomeadamente dos adubos, da electricidade e dos medicamentos e a degradação das condições de assistência nos serviços de saúde, irão agravar o já precário nível das condições de vida a limites insuportáveis e traduzir-se-ão em ainda maiores privações, fome e miséria, particularmente para milhares de crianças, de reformados, pensionistas e idosos, a que nem as propostas demagógicas e eleitoralistas de aumentos do salário mínimo e pensões de reforma vêm pôr coberto».

Esta é toda uma situação que tem vindo a ser denunciada por numerosos grupos de cidadãos (principalmente pelos trabalhadores) e por numerosas instituições, nomeadamente pela hierarquia da igreja do distrito.

A este propósito refira-se a desesperada campanha demagógica feita pelo Governo, pelo PS e pelo PSD: «tentando desviar as atenções da responsabilidade do Governo pela situação existente e traduzida nas condições de vida do povo do distrito, alguns dirigentes do PS, em claro desespero político, chegam ao extremo de se permitirem encerrar «meios antidemocráticos», para «derrotar o Partido Comunista» (Mata Cáceres, governador civil do distrito de Setúbal, 30-10-84) e ao insinuar explicitamente que nas famílias «do bispo e de alguns sacerdotes», ao não calarem a situação social no distrito, actuem em concertação e «a reboque de campanha desestabilizadora promovida pelo PC» (Américo Salteiro, coordenador distrital do PS, 29-12-84).

De entre os milhares de trabalhadores já atingidos pelo desemprego no distrito, os jo-

«sem salário» ultrapassa, no seu conjunto, os 50 mil trabalhadores em consequência da política de direita dos sucessivos governos; é significativo o trabalho desenvolvido pelas autarquias: «O distrito de Setúbal apresenta, quando comparado com o resto do País, os mais elevados índices de percentagem da população com acesso às redes de distribuição de água, electricidade, esgotos e recolha de lixo doméstico, respectivamente 88,5%, 95,2%, 82,0% e 93,6%, enquanto nos distritos de maioria PS, PSD e CDS alguns destes valores se situam entre os 10 e os 15 por cento.»

«Apesar dos cortes nas receitas dos municípios impostos pelos sucessivos governos, que nunca respeitaram a Lei de Finanças Locais, roubando às autarquias do distrito mais de 12 milhões de contos entre 1979 e 1984, a gestão democrática da APU nas autarquias de Setúbal alcançou resultados tão significativos que nenhuma campanha propagandística e desinformadora consegue ofuscar.»

Temos assim que estas têm tido um papel determinante na melhoria das condições de vida do povo, particularmente «no que se refere à satisfação das carências básicas das populações, que haviam sido totalmente desprezadas pelo regime fascista».

Tudo este «gigantesco trabalho» das autarquias APU tem sido alvo de um eleitorismo feroz, e nomeadamente «nas últimas semanas dirigentes do PS vieram a público com algumas posições contra o PCP e contra a gestão APU nas autarquias, pretendendo, por um lado escamotear o real descontentamento das populações e, por outro, tentar vencer as dificuldades internas da sua pretendida aliança local com o PSD».

No entanto, «não é por acaso que o distrito de Setúbal apresenta, quando comparado com o resto do País, os mais elevados índices de percentagem da população com acesso às redes de distribuição de água, electricidade, esgotos e recolha de lixo doméstico, respectivamente 88,5 por cento; 95,2 por cento; 82 por cento e 93,6 por cento, enquanto em distritos de maioria PS, PSD e CDS alguns destes valores se situam entre os 10 e os 50 por cento.»

Tudo este «gigantesco trabalho realizado pelas autarquias APU no distrito de Setúbal» só tem sido possível graças à «dedicação, ao trabalho, à competência e a uma criteriosa política posta ao serviço dos interesses das populações» pelos eleitos e autarquias que gerem. E o trabalho das autarquias não se limita somente às áreas da sua responsabilidade mas, «e apesar das carências de recursos provocados pela política do Governo, também em áreas de exclusiva responsabilidade do Poder Central, que este não cumpriu, como é o caso do ensino, da saúde e da Segurança Social, onde as autarquias do distrito investiram, só em 1981, 1982 e 1983, mais de meio milhão de contos».

O prestígio da gestão APU é reconhecido pelos próprios eleitos de outras forças que apoiam o seu trabalho e nele participam. «É expressivo que, entre vinte e um vereadores socialistas no distrito, apenas sete tenham votado contra os Planos de Actividade para 1985 e que, ao longo de 1984, mais de 90 por cento da totalidade das deliberações camarárias tenham sido aprovadas por unanimidade.»

É este quadro que leva a DORS do PCP, «ao mesmo tempo que repudia a actuação política dos actuais dirigentes distritais do PS, verdadeiros inimigos da unidade democrática, a saudar todos os socialistas do distrito que, em unidade com os comunistas e outros democratas, continuam participando activamente na resolução dos problemas concretos das populações na luta por um futuro melhor».

O Partido em análise

Na sua reunião de dia 12, a DORS também analisou a situação orgânica do Partido, tendo constatado que, «pelos seus princípios e objectivos, pela coerência e firmeza das suas posições, pela luta abnegada na defesa intransigente dos trabalhadores e do Portugal de Abril, pela força do seu exemplo, cresce o número dos que compreendem o papel insubstituível do PCP para a resolução dos grandes problemas nacionais».

Assim sendo, em 1984, mais dois mil novos militantes aderiram ao Partido, sendo no final do ano mais de 35 mil os homens, jovens e mulheres que militam nas fileiras da Organização Regional de Setúbal do PCP. Este dado «constitui um facto de grande importância e do mais alto significado político».

Por isso, a DORS «saúda fraternalmente todos estes novos militantes do Partido (particularmente os jovens e mulheres que constituem elevadas percentagens), na certeza de que não só engrandecem as fileiras do Partido da verdade, da esperança e do futuro, como darão ainda um mais forte contributo para a luta geral do nosso povo».

Mas o reforço do número de militantes foi acompanhado pelo reforço da organização, de onde se salienta a realização e as conclusões da 1.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal. Assim, no quadro da «Campanha do Reforço das Células de Empresa», foram criadas e reactivadas cerca de quarenta células, tendo-se realizado numerosas Assembleias, Plenários e reuniões que constituíram um factor demonstrativo da vitalidade do PCP. Foi também ultrapassada a meta de 1600 novos militantes integrada na campanha nacional de recrutamento.

Segundo a DORS, «o crescimento que se verifica testemunha a justiça da orientação política traçada, e confirma o alargamento do prestígio e da confiança de que o PCP goza numa região onde há muito está fortemente implantado, verdadeiro baluarte do Partido, da classe operária e de todos os trabalhadores».

Ainda no quadro da análise da situação orgânica, este organismo salientou a importância da Campanha Distrital de Fundos para a construção de um Centro de Trabalho próprio na cidade de Setúbal, afirmando nomeadamente o comunicado emitido no final da reunião que «com a participação e o entusiasmo de todas as organizações e militantes, com o indispensável apoio da generalidade dos democratas do distrito, será possível superar a actual carência de instalações adequadas e dar novos passos para alargar e reforçar o PCP».

A finalizar, a DORS salienta que «a actual crise em que a política de direita dos últimos anos fez mergulhar o País pode ser travada, tem que ser travada. A alternativa existe. Com os trabalhadores, com o PCP, os problemas têm solução».

mingo

APU e dos que possam vir a integrá-las e a trabalhar nas eleições que se aproximam.

O encontro distrital decorrerá nas instalações do Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, em Coimbra, com as presenças das camaradas da Comissão Política do PCP Carlos Costa, também membro do Secretariado do CC, e Jaime Serra.

O início dos trabalhos está marcado para as 9 e 30 e o seu encerramento para as 18 e 30 horas. Está assegurado almoço para os participantes na iniciativa.

ão

maradas

não existência de secções de informação e propaganda em diversas células e sectores, a necessidade de uma maior coordenação e planificação do trabalho e um maior acompanhamento desta frente de trabalho por parte dos organismos de direcção.

Os cerca de 180 camaradas participantes nesta reunião irão discutir, entre outras iniciativas, a realização de uma campanha de divulgação e venda do «Avante!».

Partido!

mil contos!

- LoURES-OCID. 1865266\$00
- LoURES-ORI. 2264918\$50
- VIA FRANCA XIRA. 2574177\$00
- C.L.L. 12863986\$20
- Bancários. 1900410\$00
- Seguros. 568203\$00
- Sect. Público. 1062683\$50
- Transportes. 2972527\$00
- Função Pública. 1123645\$00
- Saúde. 1836461\$00
- Informação. 398190\$00
- Intellectual. 2360067\$00
- Sect. Sindical. 744307\$00
- SIP/DORL. 317327\$00
- Livraria Vitória. 23697\$50
- C.T. Vitória. 160903\$50
- Diversos. 72840\$00
- DORL. 4144555\$50
- Totais. 44421844\$70

vitória!
PARA O PARTIDO
campanha dos MIL CONTOS
AVANTE COM ABRIL

O TEU COMPROMISSO?

Compromisso são a principal fonte de realidades. Cartão comprometemo-nos a entregar em várias prestações. É uma forma de nós contribuírem à altura da importância. Preenche agora o Cartão e final da Campanha.

ESTE É O SEU BORDAR UM AMIGO?

o tenhas feito. E esta é uma boa altura a primeira vez. amigos que por diversas razões não são estão dispostos a ajudar a comprar o as superiores às que de vez em quando.

alguns, fixa quantias a pedir, faz os maior parte dos casos terá uma surpresa



Conclusões do plenário de comerciantes e industriais comunistas de Lisboa

Reunidos no seu primeiro plenário do ano de 1985, os últimos do ano, os comerciantes e industriais comunistas do distrito de Lisboa analisaram a situação política e social e debruçaram-se especialmente sobre os principais problemas que atingem duramente a nossa economia e, em particular, a pequena e média indústria e comércio, cujo futuro se apresenta ainda mais negro no começo de 1985 com a recente subida dos preços dos combustíveis e os anunciados para breve (transportes, pão, leite, electricidade, correios, etc), e o aumento da carga fiscal proposta no Orçamento do Estado para 1985.

Desta última decisão foi salientada a inoportunidade de introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), não só pelos encargos administrativos que acarreta para muitos empresários que não têm sistema de contabilidade suficiente para cumprir a legislação decretada como também pelas injustiças que cria (produtos isentos do I.T. passam agora a ser abrangidos pelo IVA como os livros e os remédios, enquanto produtos de luxo e consumo supérfluos importados na sua maioria, vêm as suas taxas substancialmente reduzidas) e pelas novas dificuldades

sobre as vendas que vai originar.

Os comerciantes e industriais do PCP da região de Lisboa salientaram a alarmante expansão da corrupção, da anarquia económica, do contrabando, da impunidade dos grandes perante os organismos oficiais, enquanto sobre os pequenos se exerce a maior repressão e vigilância, a par da

Leiria Encontro regional de quadros: dia 27

Está a decorrer em todos os organismos do Partido, no distrito, o trabalho preparatório do encontro de quadros que a Direcção Regional de Leiria do PCP decidiu realizar no próximo dia 27 (um domingo) para análise e debate da situação política e social no distrito e de questões relacionadas com a vida orgânica do Partido e a necessidade do seu reforço. Também as eleições, neste ano, de 1985, serão tema em foco no encontro de quadros, a realizar na Marinha Grande, com o lema «Com o PCP, um distrito em progresso, em Abril mais forte».

A luta de massas

A contrapor a toda esta situação e com o objectivo de pôr coberto à ofensiva antidemocrática e antieconómica do Governo PS/PSD, a DORS do PCP «constatou e apreciou positivamente o vigoroso ascenso da luta de massas e o reforço e convergência de opiniões de sectores e personalidades democráticas do distrito».

Exemplo disso são as importantes vitórias alcançadas pelos trabalhadores, no que concerne à melhoria das suas condições de vida e à defesa dos postos de trabalho, alcançadas em numerosas empresas, ou ainda a tomada de posse da lista unitária vencedora das eleições para os corpos gerentes da Mútua dos Pescadores e para a qual «muito contribuiu

Juventude

Um guia para o Festival Mundial da Juventude



É notícia nos cinco continentes.

Lá mais para o Verão vai realizar-se em Moscovo o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, espaço de fraternidade e convívio sem fronteiras, manifestação viva de paz, amizade e solidariedade anti-imperialista.

E é sobre o Festival, que está a ser divulgado e preparado por esse Mundo fora, incluindo o nosso país, o seu significado e alcance no panorama internacional e também sobre alguns aspectos da história do movimento dos festivais que a Redacção do «Avante!» preparou um breve guia alfabético, ponto de partida para um trabalho de informação regular e diversificado que iremos desenvolver nos próximos meses.

A

Apele — são seis parágrafos datados de 7 de Julho de 1984. Quem os assina é o Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mundial. É um documento simples e directo, dirigido à juventude e aos estudantes do nosso país. Aqui fica o seu último parágrafo:

«O Comité Nacional Preparatório apela à juventude e aos estudantes portugueses, às estruturas, organizações e movimentos juvenis e estudantes para que dinamizem e participem activamente nas actividades preparatórias do XII Festival, integrando-se assim, na vasta mobilização da juventude democrática e progressista do mundo inteiro, em torno dos ideais do XII Festival, dando um importante contributo para a construção de um futuro melhor para a juventude portuguesa, para a defesa do 25 de Abril e para que a paz, a amizade e a solidariedade, a cooperação e o progresso social da Humanidade sejam uma realidade na vida da juventude e dos povos do Mundo inteiro.» Na última reunião do CNP foi decidido editar o Apele sob a forma de abaixo-assinado de modo a recolher a adesão aos princípios nele enunciados dos jovens que manifestem essa vontade.

B

Budapeste — foi na capital da Hungria que decorreu o segundo Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, no ano de 1949. Dois anos depois, o Festival marcou encontro em Berlim. Em 1953, e continuando por coincidência na letra «B», o Festival, então na sua quarta edição, levou a festa e a solidariedade a Bucareste, na Roménia.

C

Comissão Permanente do Festival — é o principal instrumento para a implementação das decisões do Comité Internacional Preparatório. Pela primeira vez na história do movimento dos festivais, Portugal estará representado na C. Permanente do Festival. Uma alegria e mais uma responsabilidade para o Comité Nacional Preparatório.

D

Desporto — será uma das actividades do XII Festival, de acordo com um programa que está a ser preparado com muito entusiasmo. Para já, a organização anfitriã assegura condições para a prática do futebol, do basquetebol e do voleibol, entre outras modalidades. Está ainda prevista a colaboração de nomes famosos do atletismo e da ginástica.

E

Encontros temáticos — está prevista a realização durante o Festival de encontros temáticos, nomeadamente sobre sobreviventes de bombardeios atómicos, representantes das Nações Unidas, veteranos do movimento dos festivais e especialistas em diferentes problemas e campos de actividade. A programação do XII Festival poderá incluir também a realização de reuniões de interesse profissional: sobre juventude trabalhadora, juventude dos meios rurais, estudantes de diferentes áreas, jovens parlamentares, juristas, etc. Ainda no âmbito do Festival haverá uma tribuna livre para estimular um intercâmbio informativo de opiniões sobre um conjunto muito diversificado de temas que interessam aos jovens e para exibir materiais sobre o trabalho das organizações representadas em Moscovo.

F

Fundo Internacional de Solidariedade — o alcance mundial do movimento dos festivais exige a solução de uma série de problemas financeiros e práticos para assegurar o seu carácter representativo e a sua ampla participação, com jovens oriundos de todo o Mundo. Para dar resposta a estes objectivos foi criado o Fundo Internacional de Solidariedade dos Festivais, tendo como base as contribuições voluntárias dos Comités Nacionais Preparatórios e das organizações juvenis e estudantes. Esse Fundo deve assegurar o crescimento do movimento dos festivais e ajudar a participar neles os jovens que, em condições difíceis, lutam pela concretização dos objectivos dos festivais. Neste sentido, o CNP de Portugal apela a todas as organizações juvenis e estudantes e a todas as pessoas que compartilhem dos ideais dos festivais a dar o seu apoio material, de acordo com as suas possibilidades. O CNP — coordenadora provisória — funciona no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio, em Lisboa, telefone 32 31 25.

G

Guerra nuclear — será tema num dos «painéis» de debate e na programação geral do XII Festival. Tal como foi decidido na 3.ª reunião do Comité Internacional Preparatório, realizada em Novembro na capital soviética, o conteúdo do Festival deve contemplar diferentes aspectos que habitualmente se encontram no centro das atenções da juventude e dos estudantes. Entre esses aspectos sobressai, nomeadamente, a questão da paz, da prevenção da guerra nuclear e do desarmamento, prevenindo-se um debate, uma informação, uma troca de ideias útil e uma reflexão colectiva aprofundada sobre os seguintes pontos temáticos: o desarmamento geral e completo, a proibição e liquidação das armas nucleares, a não proliferação de armas nucleares, zonas livres de armas nucleares, militarização do espaço, dissolução simultânea dos blocos militares, liquidação dos focos de tensão, ingerência estrangeira nos assuntos internos de Estados soberanos, conflitos militares locais, problemas e perspectivas do processo de desanuviamento, movimentos da paz, etc.

H

Havana — capital de Cuba, cidade que acolheu o último Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, o XI. Pela primeira vez em condições de liberdade, aí esteve presente uma delegação da juventude portuguesa, entre os 18 500 jovens oriundos de 145 países. Aconteceu em 1978.

I

Imprensa estudantil — será um dos temas específicos para debate no «centro estudantil» do Festival. Aí se realizarão iniciativas de carácter diverso para análise e reflexão dos principais problemas, direitos e aspirações dos estudantes, nestes últimos anos do século XX.

J

«Jovem do Mundo — Cuba é a tua casa» — além de ter mantido o lema do X Festival («Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade»), o Festival de Havana, realizado em 1978, acrescentou uma palavra de ordem que só por si diz do calor fraterno, da hospitalidade e do carinho com que o povo e a juventude da ilha da liberdade receberam as delegações estrangeiras: «Jovem do Mundo — Cuba é a tua casa».

L

Luta — tal como foi decidido na 3.ª reunião do Comité Internacional Preparatório, realizada no início de Novembro em Moscovo, a luta das jovens mulheres pela paz e a igualdade de direitos, contra todas as formas de discriminação (emancipação da mulher, seu significado e consequências, trabalho da mulher, acesso das jovens à educação, a mulher e a família, o Decénio das Nações Unidas para a Mulher, oportunidades iguais para homem e mulher, etc.) será um dos temas contemplados no vasto programa do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

M

Moscovo — é a cidade que vai acolher o XII Festival Mundial da Juventude e Estudantes, de 27 de Julho a 3 de Agosto deste ano, que até é o Ano Internacional da Juventude. O primeiro festival realizou-se em 1947 em Praga, capital da Checoslováquia.

N

Novembro — foi nesse mês, em 1983, que o Komsomol Leninista anunciou a sua proposta de acolher o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Depois, em Fevereiro de 84, na capital cubana, o Comité Internacional Preparatório, na sua 1.ª reunião, aprovou a proposta dos jovens soviéticos. Nessa reunião de Havana participou um jovem português: o nosso camarada Luís Cardoso.

O

ONU — o 40.º aniversário da fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) será naturalmente um dos temas em foco no vasto programa do XII Festival. Mas o ano de 1985 alberga outras datas e comemorações importantes, a que o Festival dará o seu destaque. É o 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e o fim da II Grande Guerra Mundial. É o 40.º aniversário do bombardeio atómi-

co de Hiroshima e Nagasaki. É o 40.º aniversário da Acta Final de Helsinquia. É ainda 1985 o Ano Internacional da Juventude, proclamado pela ONU e comemorado em todo o mundo.

P

Paz — esse bem precioso para a Humanidade será um dos principais temas em foco na programação geral do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. À excepção da abertura e do encerramento, cada dia do Festival será dedicado a um tema particular que sensibilize um amplo círculo de forças juvenis e estudantis variadas. Entre esses temas encontra-se a Paz, a prevenção da guerra nuclear e o desarmamento.

Q

Quarenta — não falta muito tempo para que o calendário das efemérides internacionais registre o 40.º ano de história do movimento dos festivais.

R

Reuniões — o Comité Nacional Preparatório do XII Festival já reuniu duas vezes. Na 1.ª foi criada a comissão coordenadora provisória, organismo que na 2.ª reunião, efectuada em 17 de Novembro, em Lisboa, apresentou um balanço sobre a actividade preparatória do Festival a nível internacional e nacional. Até aquela data haviam aderido ao Comité Nacional Preparatório 61 estruturas juvenis, tendo algumas delas desenhado já acções concretas de divulgação do Festival.

S

Solidariedade — como refere o «Apele» do Comité Nacional Preparatório dirigido à juventude e aos estudantes de Portugal, o XII Festival «será uma decidida manifestação de solidariedade anti-imperialista da juventude e dos estudantes para com a justa luta (...) pela causa da paz, da liberdade, da independência nacional e do progresso social».

T

Três — são as orientações que saíram da 2.ª reunião do Comité Nacional Preparatório quanto ao trabalho da sua comissão coordenadora. Assim, foi decidido manter a Coordenadora Provisória em funções até à próxima reunião do CNP, alargando a sua composição a todas as estruturas que manifestam interesse nesse sentido; avançar para a discussão, na Coordenadora Provisória e nas Comissões Distritais Preparatórias, acerca dos critérios para composição e tarefas da Comissão Coordenadora do CNP a criar em próxima reunião do Comité Nacional Preparatório; e mandar a Coordenadora Provisória para, no quadro das tarefas que hoje desempenha, continuar a solucionar todas as questões relativas à coordenação do trabalho preparatório e à representação do CNP sempre que tal se coloque como necessário.

U

Urbanização — o debate, a informação, a livre expressão das ideias, a troca de experiências, a reflexão colectiva em torno das questões que acompanham o dia-a-dia da juventude no Mundo serão espaços vivos do XII Festival. E um dos painéis de debate previstos fala de meio ambiente (e urbanização) — causas da crise ecológica, cooperação internacional na sua protecção, uso racional dos recursos naturais, corrida aos armamentos e meio ambiente, a urbanização, etc.

V

Viena — em 1959 não foi só capital da Áustria e da valsa à beira do Danúbio. Foi também a capital do VII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. O seguinte seria em Helsinquia.

X

Xadrez — uma modalidade que fascina jovens de todo o Mundo. Não faltará por certo na bela confraternização de Moscovo, no próximo Verão.

Z

Zés Pereiras — sem dúvida uma forma viva e alegre de divulgar entre nós, no âmbito das acções previstas para a região Norte, os objectivos e a realização do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (é apenas uma ideia aqui do «Avante!»).

Poder local

PS/PSD/CDS sempre na vanguarda ...contra Loures

Uma acção sistemática de boicote que desde já priva o município de 14 mil contos por mês...

Se há descaramento que sustente a ilegalidade, aí está ainda o que se passa em Loures!

Os vereadores do PS, do PSD e do CDS voltaram agora, numa atitude que dura há meses, a recusar votar o Orçamento e Plano de Actividades da Câmara. Desde o ausentarem-se das reuniões da Câmara até ao retirar-se provocando falta de quorum, tem valido de tudo. Mas desde há uma semana vão mais longe, pretendendo fazer da lei o das necessidades das populações dependentes da gestão autárquica algo que se parece com uma política de «pescadinha de rabo na boca»... Ou seja, declaram agora que não votam porque do Plano e Orçamento constam as receitas e despesas dos Serviços Municipalizados (conforme, lembra a presidência da Câmara, é determinado pelo n.º 2 do Artigo 8.º do Decreto-Lei 341/83) porque estes Serviços continuam sem Conselho de Administração. No entanto, impedem há dois anos que o Executivo proceda à desejava, necessária e legal nomeação...

A «última» das «últimas» tem a ver com mais uma recusa desses vereadores em acatarem uma outra determinação da mesma nova Lei de Finanças Locais, aliás congemina-

para agravar a situação das autarquias. Pretendem eles agora que as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia do concelho favoreçam uma delas — uma delas onde o PS detém a maioria e a presidência, «que tem consumido largas dezenas de milhares de contos sem qualquer trabalho seu que se veja» (e ouça-se a população...). E insistem eles na reivindicação, apesar de todos os presidentes de Juntas,

previamente consultados, terem concordado unanimemente com os critérios sobre a descentralização e a atribuição de verbas propostas pela vereação APU.

Com os 6 votos a mais que têm, na totalidade PS/PSD/CDS, pretendem estes vereadores, além de cuidar de eventuais (e nalguns casos prováveis) «negócios» próprios e de amigos, oferecer ao sr. ministro

da Administração Interna o pretexto para intervir arbitrariamente e ilegalmente no Município, afastando os eleitos da APU, que «não aprovaram em tempo o Plano e Orçamento».

Mas o que eles estão desde já a fazer — e isso, que o criam, não vai a população esquecer... — é a privar o Município de cerca de 14 mil contos por mês, reduzido que assim ainda está aos duodécimos correspondentes a 1984!

Encontro concelhio da APU no Cartaxo

No passado dia 6 de Janeiro realizou-se na Escola Secundária do Cartaxo o 1.º Encontro Concelhio da APU.

Teve este encontro como objectivo fazer o balanço da actividade dos eleitos nas autarquias do concelho, analisar o trabalho que produziram e a situação geral em cada órgão. Pretendia-se ainda apontar as perspectivas para este ano de 1985, que como se sabe vai ser ano de eleições autárquicas, e eleger a comissão coordenadora eleitoral do concelho.

Estiveram presentes e, na maior parte, intervieram cerca de duas centenas de eleitos e activistas. No Encontro, cujos trabalhos foram coordenados

por José Domingos Horta, membro da Comissão Concelhio do Cartaxo, participaram ainda Délio Modesto Pereira, também membro da C. Concelhio do PCP e ali responsável pelo trabalho autárquico, Armando Pinhão, presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, e Fernando Oliveira, membro do CC do PCP.

Definindo objectivos eleitorais que constam de documento aprovado e adoptando medidas orgânicas para a concretizar, o Encontro pôde concluir que esta foi desde as últimas eleições autárquicas a realização mais positiva — pela participação activa dos eleitos e de outros activistas, desde a orga-

nização do Encontro aos resultados obtidos pela discussão, e passando mesmo pelo almoço que a todos reuniu no intervalo, este também «obra» da comissão organizadora.

Além das intervenções registadas de membros de todos os órgãos autárquicos do concelho, foi ainda aprovada uma moção sobre a situação social no Cartaxo — sobre a situação existente nas empresas e nos diversos sectores mais importantes — esta exigindo a demissão urgente do Governo PS/PSD e o funcionamento das instituições democráticas, nomeadamente o Poder Local, ali mais uma vez considerada «uma das mais ricas e decisivas conquistas de Abril».

Autarquias contra armas nucleares

Não às armas nucleares: expressão das aspirações de Paz e pela desnuclearização da Europa tem sido a tomada de posição de numerosas autarquias portuguesas. É mais uma forma de luta contra a política deste Governo e a política de apoio incondicional ao imperialismo que serve. Expressão com uma particular característica — a de uma unidade que chega a englobar os eleitos de todos os partidos políticos com assento nos órgãos autárquicos.

Significativa esta semana a moção maioritariamente adop-

tada pela Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, que apela aos governos acreditados em Lisboa, através das respectivas embaixadas, para que «desenvolvam todos os esforços tendentes a cessar a produção e a destruir todas as armas susceptíveis de provocar uma catástrofe».

Noutro caminho, mas com o mesmo sentido, tomaram posição as Assembleias de Freguesia de Santa Isabel e de Santa Condestável, em Lisboa: que seja a Câmara Municipal a declarar a sua área geográfica desnuclearizada.

Particularmente significativa é, no entanto, a posição definida por maioria na Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, nos Açores, onde (e não falando já da base da Lajes, que torna toda a Região Autónoma alvo de certo modo fatal, caso os americanos desencadeiem um ataque nuclear) existe uma base francesa, dita de Telemédias, mas que na prática é, pelo menos, uma base para rastreo de mísseis e onde escalam, nomeadamente, aeronaves e o navio «Henri Poincaré», que se supõe transporta armas nu-

cleares.

Por tudo isto decidiu a AM de Santa Cruz das Flores declarar o concelho militarmente desnuclearizado, e dar conhecimento da decisão à Câmara, órgãos de comunicação social, ao Governo Regional e ao Governo Central, à Presidência da República.

À moção, que fora proposta pela APU em 14 de Dezembro, «parou», porém, no presidente da AM e no Município, ambos do PSD — pelo que é também agora da APU, um mês passado, a iniciativa de a publicitar.

Nacional

III Encontro do MDM de Lisboa

A Comissão Concelhio de Lisboa do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) realiza no próximo dia 27 o seu III Encontro a nível da Cidade de Lisboa. E refere o comunicado da Comissão Concelhio que anuncia esta realização: «Consciente dos graves problemas que atingem os que vivem e trabalham nesta cidade, em particular as mulheres, entende esta comissão dever ser seu objectivo prioritário no início de mais um ano chamar a atenção e sensibilizar a opinião pública, através de um amplo debate, da necessidade urgente de encontrar soluções para eles e das acções a desenvolver».

Entre os vários temas que irão ser debatidos neste III Encontro, são de destacar, em termos genéricos, os seguintes:

Juventude: Situação dos jovens face aos seus problemas específicos a nível do Ensino,

Cinema soviético

A Associação Portugal-URSS prossegue o seu programa de divulgação da cultura soviética. Desta feita, será mais uma mostra do cinema. Esta iniciativa repete-se entre Janeiro e Fevereiro, todas as sextas-feiras, na sede nacional da Associação.

Assim, já no próximo dia 25 será exibida a película «Ninguém Querá Morrer», de Viatautas Zalackjavius. Rodado em 1965, este filme conta-nos a história da luta de uma família camponesa da Lituânia contra os contra-revolucionários depois da Segunda Guerra Mundial.

Depois, no 1.º dia de Fevereiro será exibido o filme «O Comunista», da autoria de Iuri Raizman, que nos situa nos acontecimentos revolucionários de 1918, nomeadamente na batalha pela electrificação da URSS. Esta película foi rodada em 1958.

Para todos os interessados nesta iniciativa, aqui ficam algumas informações úteis: a sede nacional da Associação Portugal-URSS situa-se na R. de São Caetano à Lapa, em Lisboa e é servida pelos autocarros das carreiras número, 20, 22, 38, e pela carreira número 20 dos eléctricos da Carris.

da Droga, da Prostituição e Sexualidade.

Trabalho: Situação da mulher trabalhadora face à legislação laboral, aos postos de trabalho, à discriminação no acesso ao emprego, à hierarquia e à formação profissional.

Saúde: Planeamento Familiar, Contracepção e Aborto, Assistência da Natalidade e à Infância.

Transformação das Mentalidades: Caminhos já percorridos na tentativa de encontrar uma nova forma de estar na vida e acções a desenvolver futuramente pelo Movimento.

MDM de Santarém protesta

A direcção distrital de Santarém do MDM, «face aos aumentos de preços decretados pelo governo neste início de ano de 1985, enegrecendo ainda mais o panorama de tantas e tantas famílias carentes de bens essenciais, atingidas pelo desemprego (mais de 25 000 desempregados no distrito — 70 por cento são mulheres) ou não recebimento de salários há longos meses (mais de 8 000 trabalhadores do distrito), pro-

testa vigorosamente, em comunicado, contra tais medidas «que mais não visam do que o agravamento das condições em que se vive no nosso País».

Após perguntar como irão as mulheres governar a casa com tão brutais aumentos (22%, no leite, 20% no pão, 9% no açúcar, 20% nos transportes, 10% no gás, 18% na luz, 22% na água, etc.), o comunicado anuncia o lançamento «no distrito de Santarém de uma campanha de protesto e repúdio contra mais este agravamento das condições de vida».

CDL a distribuição

Quais as vantagens e desvantagens da entrada para o Mercado Comum?

SECTOR POR SECTOR ESTA COLEÇÃO DÁ A RESPOSTA

Agricultura • Pescas • Comércio • Transportes • Turismo • Indústria

— Alguns dos temas tratados nesta colecção

Trabalhadores

Convocada para hoje

Grande jornada dos metalúrgicos

Concentrações anunciadas para Lisboa, Porto, Braga e Aveiro

Incluída nas acções que movimentam muitos milhares de trabalhadores do sector empresarial do Estado, a jornada nacional de luta convocada para hoje pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) deriva de situações insustentáveis em empresas com mais de mil trabalhadores, e algumas com mais de 5 mil (caso da Siderurgia Nacional e da Lisnave) onde se sentem fortemente os salários em atraso e o risco iminente de despedimentos colectivos.

Está prevista para as 16 e 30 uma concentração — ponto de encontro dos metalúrgicos em luta junto à residência oficial do Primeiro-Ministro em São Bento.

As zonas industriais de Lisboa-Setúbal, Porto, Braga e Aveiro, incluindo empresas como a Metalúrgica Duarte Ferreira, entregre ao sector privado com resultados desastrosos, recorrem novamente à luta contra a degradação sistemática prosseguida pelos Governos desde 1976.

Os trabalhadores da MDF, reunidos em plenário da empresa na segunda-feira passada, recordavam que a Metalúrgica foi desintervencionada pelo Estado em 1979 e «devolvida aos seus titulares», mediante o compromisso de estes a desenvolverem, mantendo «todos os postos de trabalho».

Aos patrões da MDF foram entretanto atribuídos «vários empréstimos» pela Secretaria de Estado competente.

Da «ordem dos 396 mil contos», salienta o plenário da MDF, essas verbas destinavam-se à «manutenção de todos os postos de trabalho».

Por outro lado, acrescenta o plenário, «além da sua participação válida na produção, tam-

bém os trabalhadores não se têm poupado a pesados sacrifícios, que nos últimos anos alteraram drasticamente o seu modo de viver, em consequência dos nove meses de salários em atraso».

A «falta de pagamento de vários milhares de contos levou a fome e a miséria aos lares de muitas famílias».

Suspender? — Leia-se despedir

A situação na MDF (instalações no Tramagal, Porto e Lisboa) é hoje uma das piores em todo o sector da metalurgia e metalomecânica. A ordem de serviço n.º 1.85, que a administração tornou pública logo no princípio deste ano, manda «suspender» 493 trabalhadores. A antecedência das suas decisões, o plenário afirma que onde se lê «suspender» deve ler-se «despedir».

Os trabalhadores que subscrevem o comunicado, aprovado no plenário de segunda-feira com uma abstenção, salientam que «sempre deram o seu melhor esforço e capacidade técnica para se conseguirem resultados positivos na vida da empresa».

Assim, no seguimento das formas de luta já adoptadas este mês e entre as decisões aprovadas pelo plenário de segunda-feira, conta-se uma

Luta na Sorefame

Da defesa dos postos de trabalho também se trata na So-



Metalúrgica Duarte Ferreira (Foto: durante uma sessão na empresa, em Março de 1978)

paralisação de trabalho «durante o resto do dia» e exige-se «aos órgãos do poder medidas urgentes que ponham termo às ilegalidades cometidas». Outras formas de luta estão previstas, caso não sejam satisfeitas as reivindicações do plenário, designadamente a «revogação imediata» da ordem de serviço da administração que manda suspender, isto é, despedir 493 trabalhadores.

refame. Plenários dos mais concorridos de sempre, quinta-feira passada nos locais de trabalho (Amora e Amadora) decidiram recorrer a todas as formas de luta ao alcance dos trabalhadores, do seu movimento sindical e restantes órgãos representativos na empresa. Logo nesse dia houve concentrações, uma delas durante a noite na Amadora.

A ameaça vem do «reordenamento» que a administração

e o Instituto de Participações do Estado (IPE) utilizam contra o direito ao trabalho e às respectivas remunerações.

Trata-se também de defender um aumento razoável da massa salarial. Os representantes dos trabalhadores propõem 33 por cento de aumentos globais; a administração e o Governo pretendem ficar pelos 20, acrescentando que retirariam mesmo esse aumento

convocada para hoje é alterar — para melhor naturalmente — a situação que se vive no subsector da montagem automóvel. A Ima, de Setúbal, é uma das empresas pertencentes a esse subsector onde a situação é mais grave. Trata-se de lutar contra o encerramento puro e simples dessa unidade fabril e de reforçar a unidade dos trabalhadores do ramo, designadamente da Renault, Entrepósito e Movauto.

Na passada segunda-feira, face a ameaça tão grave como o encerramento e a falta continuada dos salários, um destile da Ima para as outras fábricas de montagem do coelho de Setúbal reuniu um número muito próximo dos 500 trabalhadores. Efectuaram-se concentrações e um plenário junto à portaria da Movauto, dirigindo-se depois os trabalhadores da Ima para a Renault.

A Ima, que emprega uns 270 trabalhadores, pertence ao Grupo Emlco. Um dos principais accionistas é o conde de Caria.

A luta na Ima vem nos seguintes de acções levadas a cabo em dias anteriores.

Luta na Agriauto

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém (nota à Imprensa na última sexta-feira) «os trabalhadores da firma Agriauto, com sede em Almeirim, estão em luta desde o dia 28 de Dezembro pelo pagamento dos salários e subsídios em atraso, cujo montante ronda os 2500 contos».

Como a Ima, a empresa pertence também ao subsector da montagem automóvel. «Os trabalhadores dizem que a produção sai e o dinheiro entra, mas não chega às suas mãos». Em sua opinião, referi-



Metalúrgicos: em jogo milhares de postos de trabalho de hoje e de amanhã

do pelo Sindicato, «se a firma continuar a ser gerida como até aqui não tem futuro; mas tem viabilidade com outro tipo de gerência».

Ainda segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Santarém, «no início da luta a gerência procurou retirar das instalações da empresa carros que estavam em reparação para os acabar noutra local». Os trabalhadores não permitiram essa saída. «Formaram piquetes de greve que estão de vigília durante o dia e a noite — ao frio, já que as instalações são encerradas às 18 horas».

Durante a luta, os trabalhadores têm recebido vários apoios, em especial da população — salienta o Sindicato ao informar que a greve é por tempo indeterminado, até a situação se normalizar, sendo-

lhes pago pelo menos 50 por cento da dívida salarial. Outras reivindicações remetem para a elaboração de um calendário (pagamento do restante) e para «a garantia de, futuramente, os salários e subsídios serem pagos a tempo e horas».

As organizações representativas dos trabalhadores, quer sindicais quer políticas, principalmente em regiões onde as empresas em mau estado afectam populações inteiras, acentuam a necessidade de fazer convergir a luta em unidade, tendo como objecto a resolução dos problemas concretos e imediatos, mas não perdendo de vista a urgência de atacar o mal pela raiz — exigir nova política e novo governo, de acordo com as necessidades mais urgentes do Povo português.

Lutas sindicais no Norte

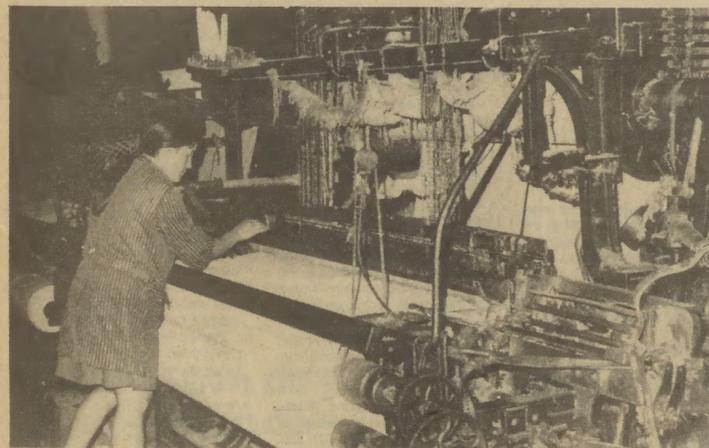
Para evitar que sejam ainda mais graves e mais miseráveis as condições de vida, trabalhadores de empresas do norte do País têm continuado a recorrer à luta com algum êxito pelo pagamento dos salários em atraso, pela negociação das convenções colectivas e pela manutenção dos postos de trabalho.

Na CIFA, de Sobrado, em Valongo, o secretariado da Federação do sector têxtil e os principais sindicatos com filiação na empresa, parada há 18 meses por vontade dos Mellos — o conhecido grupo da alta finança ligado ao grande capital estrangeiro — afirmam que

Atlântico — perto de «50 mil contos para matérias-primas no início de 1983 e cerca de 69 mil contos no âmbito do contrato de viabilização» —, aquelas organizações representativas acabam de apresentar uma queixa contra os Mellos, patrões da empresa, junto

Greve na Portucel de Viana

A tentativa de impor um pagamento do trabalho extraordinário nos feriados mais desfavorável por parte da gerência (CG) da Portucel de Viana do



Têxteis: promessas «tecnológicas» em vez de garantia de emprego

«no ano de 1983 a CIFA procedeu a vendas do seu stock (artigos em armazém) no valor de mais de um milhão de contos e continua a não pagar salários».

Assim, e atendendo aos apoios que os Mellos receberam do Banco Português do

da Alta Autoridade contra a Corrupção.

Além disso, os representantes sindicais dos trabalhadores da CIFA afirmam que, ainda no mesmo ano de 1983, as vendas da empresa atingiram 1 milhão e 56 mil contos; que a Secretaria de Estado do Em-

Castelo, «numa altura em que a empresa revela resultados de produção francamente positivos» levou os trabalhadores por turnos daquele centro fabril de celulose a marcarem, oom início no dia 14, uma greve de três dias que deve terminar hoje, se entretanto não for re-

solvido o conflito em condições aceitáveis para os que trabalham naquelas condições.

As organizações representativas (ORTs) acrescentavam, quatro dias antes do início da greve, que o CG da Portucel, além dos resultados positivos, «pode alardear compreensível optimismo quanto ao futuro, graças ao empenhamento dos trabalhadores».

Desse modo «é inexplicável e inadmissível a atitude do conselho de gerência», acentuam os representantes dos trabalhadores que consideram aquela atitude do CG «uma manobra desestabilizadora» no sentido de atacar os direitos laborais.

Impedida na Pachancho a saída de material

Na Pachancho, de Braga, que utiliza, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, «toda a sua capacidade de produção», possuindo «uma óptima carteira de encomendas» e empregando 300 trabalhadores, quinta-feira passada ainda não tinham sido pagos os salários de Dezembro. Uma saída de material das instalações da empresa, foi, assim, impedida na quarta-feira da semana passada, pois a falta de pagamento dos salários pontualmente se encarou como mais uma tentativa de «vergar os trabalhadores pela fome», principalmente activistas e delegados sindicais que «não abdicam do desempenho das suas funções».

O Sindicato dos Metalúrgicos de Braga, ao referir o facto de a PSP ter sido chamada pela direcção da Pachancho sem necessidade de intervir,

como veio a acontecer, sublinha que a empresa pretende despedir 70 trabalhadores, apenas como medida repressiva das actividades sindicais, pelo que os dirigentes dos Metalúrgicos bracarense e outros representantes dos trabalhadores da Pachancho se reuniram sexta-feira passada com os representantes do Executivo no Governo Civil.

Sundlete paga salários de Dezembro

Na Sundlete, empresa do Porto, uma paralisação dos trabalhadores obrigava, entretanto, a administração a pagar os salários de Dezembro. Na Alves e Caetano da mesma cidade, o patrão pagou todas as remunerações em atraso, depois de os trabalhadores terem convocado uma greve. Na Cif, a falta dos salários provocou uma greve. Na Electro-Iris — do Porto como as restantes — além da paralisação de trabalho foi decidido reter o material produzido (cilindros eléctricos) e vendê-lo para garantir o pagamento dos salários. A instauração de processos disciplinares não afectou a disposição de luta.

Após reuniões em três concelhos — Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia — a coordenadora distrital das comissões de trabalhadores do distrito do Porto anunciava, por seu turno, que a dívida dos salários em atraso atinge números muito próximos do milhão e meio de contos devidos a 17 mil trabalhadores ao nível do distrito portuense.

A situação considerada «dramática» pela coordenadora das CTs do Porto, no que respeita aos desempregados (em

1983 só oito por cento receberam um subsídio «extremamente baixo») agrava-se com «os salários em atraso, as empresas encerradas ou em vias disso, a proliferação dos contratos a prazo, a exploração desenfreada, os baixos salários, a repressão».

No Porto: reivindicações contratuais

Ainda no distrito do Porto, trabalhadores dos mais diversos sectores e empresas empenham-se actualmente numa luta firme e decidida pela satisfação de reivindicações contratuais que de alguma forma

possam repor o poder de compra, mantendo e melhorando regalias sociais e condições de trabalho que o patronato e o Governo roubam aos trabalhadores.

Estão nesses casos os metalúrgicos, material eléctrico, indústria química, construção civil e madeiras, bem como os seguros (greve recente com forte adesão).

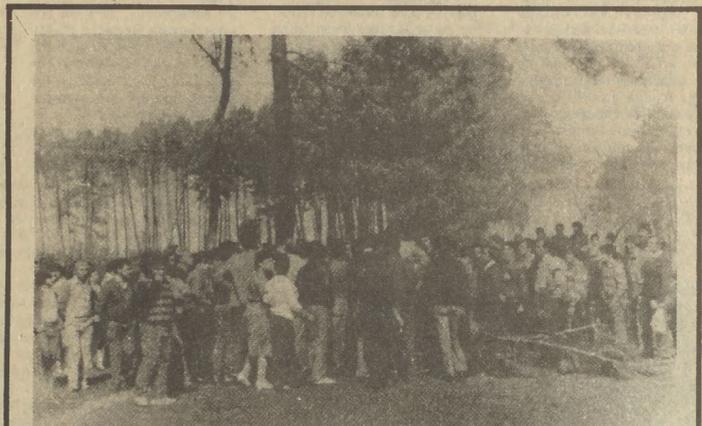
Por cadernos reivindicativos e acordos de empresa há a destacar as lutas sindicais na Efacec, Preh, EDP, Eurofer e Rotor.

Prossegue entretanto a luta na CIFA. Depois de várias acções durante o período de Natal e Ano Novo — vigília, sensibilização dos órgãos de

soberania — e de um plenário onde decidiram continuar a luta, analisam-se várias formas de acção para os próximos meses.

As organizações representativas, designadamente os sindicatos, o movimento sindical unitário, as representações democráticas dos trabalhadores em empresas e sectores, reafirmam que «lutar vale a pena».

A prova é que, através de muitas acções e lutas que continuam a desenvolver-se, foi possível recuperar parte dos salários em atraso, conquistar alguns aumentos salariais e regalias sociais, evitando que sejam ainda piores as condições de vida dos trabalhadores.



O protocolo para a cristalaria resultou de prolongadas lutas (Na foto: pormenor de uma acção pública, numa das vias de acesso à Marinha Grande)

O 18 de Janeiro Foi há 50 anos

Passa amanhã mais um aniversário do 18 de Janeiro. Há 50 anos incidia, sobretudo, no sector vidreiro, e mais exactamente na Marinha Grande, uma das grandes acções de luta contra o fascismo e as forças económicas que apoiavam a sua política.

Presentemente, é nessa mesma região que os trabalhadores vidreiros, designadamente da cristalaria, obtêm, ao contrário do que sucedeu há meio século, uma vitória significativa na sua luta que, embora por

outras formas, nunca deixou de ganhar corpo e afirmar-se nestes últimos dez anos após o 25 de Abril.

Marco histórico na luta pela unidade dos trabalhadores contra a ditadura fascista, o 18 de Janeiro pode servir para recordar hoje aos trabalhadores vidreiros a necessidade premente de manter a vigilância, a fim de assegurar que o protocolo recentemente assinado para a salvaguarda das empresas onde trabalham, dos seus postos de trabalho e dos seus salários não sirva

— e não servirá — ao Governo que o subscreve para retirar direitos e regalias constitucionais.

Como afirmavam recentemente representantes sindicais dos vidreiros da Marinha Grande «o protocolo há pouco firmado não é uma benesse do Governo actual». Constitui antes o epílogo de uma luta de 15 anos que seguramente continuará em defesa dos interesses comuns e solidários de todos os trabalhadores e do seu Movimento Sindical.



Na CIFA sem salários, contra a corrupção



Internacional

Conversações de Genebra

O futuro também depende de cada um de nós

Pela sua própria realização, o encontro de Genebra é um facto positivo. Não simplesmente por se tratar de um encontro entre dois países cujas relações mútuas — porque de certa forma representam os dois sistemas sociais opostos, coexistentes na actual etapa histórica — em grande medida determinam o próprio clima internacional. O que já seria muito. Mas também porque a sua realização — como noutras alturas sublinhámos — reflecte o peso de uma realidade internacional que se afirma, impondo, como única alternativa, a lógica de uma nova forma de encarar as relações internacionais, contrária à óptica, às pretensões e à prática do imperialismo. A nova mentalidade imprescindível na era nuclear, de que já Einstein falava.

E ainda porque, para além da cortina demagógica das palavras, constitui um reconhecimento de facto da impossibilidade de atingir o objectivo visado com a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa: a obtenção da superioridade militar sobre a União Soviética e o conjunto da comunidade socialista.

O encontro de Genebra tem também uma outra faceta importante. Não se trata do reatar de negociações falhadas, porque os seus objectivos foram sabotados com o início da implantação dos novos mísseis na Europa. Trata-se de negociações novas, com um novo conteúdo, e sobretudo uma justa inter-relação entre os diversos tipos de armamento: de alcance intermédio (que, pela sua posição geográfica, adquirem um carácter estratégico em relação ao território soviético); estratégico e ainda cósmico.

Armas no Cosmos

E aqui vale a pena determinarmos um pouco sobre esta componente do armamento — as armas no Espaço: não só representam a cobertura para o desencadear do primeiro golpe nuclear e de uma guerra nuclear, com preterida garantia de vitória e invulnerabilidade para o agressor, como, ao tornar obsoleto o actual e já de si terrível armamento existente (e assim o próprio conceito de equilíbrio de hoje, tão dificilmente obtido), gerariam uma

nova espiral na corrida aos armamentos, com características qualitativamente novas e consequências impossíveis de prever.

A sua discussão imediata impõe-se, pela monstruosa ameaça que representam. Mas não só. Também porque a sua não inclusão em qualquer discussão sobre um acordo de redução de armas nucleares lhe retira completamente o sentido. Basta pensarmos que se, até agora, o equilíbrio era obtido pela paridade aproximada de vectores de destruição nuclear, com a introdução de sistemas anti-satélite e de defesa anti-míssil, os armamentos nucleares estratégicos e de médio alcance ficam dependentes, na sua eficácia, da maior ou menor operacionalidade destes sistemas. A única forma de lhes fazer frente é por sua vez montar um sistema que defenda os satélites de observação e comunicação, que assumem o carácter de peças-chave, na medida em que deles depende tanto o sistema antimíssil como a garantia de reatização.

Conversações globais

Os factos referidos tornam

claro o porquê e a importância do carácter global das conversações. Que sentido teria, por exemplo, uma relativa limitação do armamento nuclear se, ao mesmo tempo, a Casa Branca e o Pentágono ficassem com as mãos livres para desenvolver sistemas espaciais que, criando-lhe o adequado escudo protector, lhe permitissem desencadear na mesma uma guerra nuclear?

Não é por acaso que o jornal soviético «Pravda» afirma que «sem acordos que impeçam a militarização do espaço são impossíveis os acordos de desarmamento na Terra».

Aliás esta inter-relação foi no fundo reconhecida no próprio encontro de Genebra. Conforme vem expresso no comunicado que culminou as conversações (e divulgado em Genebra e em Moscovo), a União Soviética e os Estados Unidos

concordaram em marcar no prazo de um mês o início de negociações globais sobre desarmamento. Nos termos do comunicado, o núcleo das negociações «é constituído por um conjunto complexo de questões relativas às armas espaciais e nucleares — tanto estratégicas como de alcance médio», e o objectivo das futuras negociações é a obtenção de «acordos eficazes destinados a prevenir uma corrida aos armamentos no espaço e a sua cessação na Terra, bem como a limitar e a reduzir as armas nucleares e a reforçar a capacidade estratégica».

Depois disto, que significado pode ter a declaração de Shultz de que a aceitação da discussão sobre armas espaciais não significa a negociação do programa norte-americano de militarização do espa-

ço e muito menos a suspensão ou abandono das investigações em curso? Ou ainda as afirmações do secretário norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger, quando diz considerar que a relação entre a questão das armas espaciais e o desarmamento nuclear não está contemplado pelo que foi acordado em Genebra?

É óbvio que não se trata de diferentes leituras de um mesmo texto. Trata-se sim de duas opções políticas diametralmente opostas.

Prosseguir com todos os programas de armamento

Nem só a militarização do Cosmos está em causa. Na verdade Washington intenta prosseguir com todos os programas de escalada na corrida



Manifestação pacifista nos Estados Unidos: a pressão de massas fez a administração Reagan sentar-se à mesa das conversações

armamentista. Outra coisa não se pode concluir das pretensões do Pentágono, relativamente ao orçamento para 1986: 313,7 mil milhões de dólares, uma soma completamente inédita, mesmo no quadro da política militarista dos Estados Unidos. Ou da oposição a uma moratória na instalação de novos mísseis de médio alcance, na Europa, da NATO. A recusa dos governos de Londres e Paris (de facto, a recusa da NATO), em considerar a existência bem real de armamento nuclear francês e britânico nas fronteiras da comunidade socialista. As insistências de Weinberger para que o Congresso dos Estados Unidos aprove o programa de construção do míssil intercontinental «MX».

Estas pretensões, ligadas ao mito da conquista da superioridade militar ou às tentativas, repetidas, de utilizar a mesa de conversações como cobertura ao prosseguimento da corrida armamentista — são o miolo da lógica da política imperialista. Tentam e tentarão afirmar-se como lógica dominante nas relações internacionais. Mas constituem apenas uma parte da realidade que estamos a viver. A parte ligada a um passado que quer continuar no presente, que pretende afirmar-se ainda, ao arripio da História e,

se lhe fosse possível, da própria vida.

Se só vímos esta parcela da realidade, nada entenderemos do que se está a passar. Mais vale deixarmos então cair os braços na absurda e resignada perspectiva da devastação nuclear final.

A lógica da vida

Mas a lógica da vida é de certo modo como a lógica das conversações de Genebra. A interdependência entre as várias componentes da realidade determina a própria realidade.

E assim temos factos múltiplos que importa ver no seu conjunto.

• O imperialismo prossegue o objectivo impossível de alcançar a superioridade militar. Mas a recente tentativa de violar o equilíbrio militar, com a instalação dos novos mísseis nucleares na Europa, é já, e antes da sua total consumação (a concretizar-se, ou não), uma tentativa falhada.

• São evidentes as pretensões de prosseguir com todos os programas de armamento. Mas Genebra já foi possível. O seu comunicado final reflecte mesmo uma justa posição de interdependência dos debates, como tem vindo a ser defendido pela União Soviética. Não é difícil de imaginar quantas contradições (também com países

européus da NATO), quantas batalhas, quanto peso do movimento da paz e influência da consequente política dos países socialistas, está por detrás dos factos que são em si contraditórios.

Iniciámos um ano pontuado de datas marcantes na história da luta pela paz, a batalha entre os povos e a política agressiva do imperialismo.

Foi há 40 anos a vitória sobre o fascismo hitleriano, e com ela o fim da segunda e última guerra mundial, a abertura do caminho para a constituição de uma comunidade socialista.

Também há 40 anos, Hiroshima e Nagasaki foram o terrível alvo nuclear do imperialismo.

Há 40 anos entrou em vigor a Carta da ONU.

Há 10 anos a Acta Final de Helsínquia foi possível.

De então para cá o mundo deu um salto. Pela afirmação da comunidade socialista. Pelo ascenso da acção dos povos pela sua independência não só política, mas socioeconómica. Pela realidade de um imparável movimento da paz, que também se alimenta no contributo e da luta das massas trabalhadoras contra a política do capital.

Razões de sobre de confiança e de estímulo a uma luta que é decisiva.



Manifestação pacifista no Japão: uma cadeia humana de seis mil pessoas cercou a base americana de Yokota, como forma de protesto contra a crescente utilização do seu país como plataforma de lançamento e armazém de armas nucleares dos EUA

Fundação luso-americana «Contrapartidas» para quem?

Nos primeiros dias deste ano de 85 — como que a marcar de forma inequívoca o real sentido da actual política externa do Governo português — o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, e o embaixador norte-americano em Lisboa, Allen Holmes, assinaram um acordo para a criação de uma Fundação Luso-Americana. «Contrapartida» prevista no Acordo das Lajes e também ligada à instalação no sul de Portugal de uma estação de rastreio de satélites (o que insere Portugal no sistema de espionagem militar dos Estados Unidos).

Não nos deteremos neste momento no próprio conceito

de «contrapartidas», só por si reflexo de uma certa política externa ofensiva da independência e da dignidade nacional. É que neste caso concreto vale a pena ver também a quem serve a própria «contrapartida».

Três notas apenas.

- Tratando-se teoricamente de doações destinadas a «pagar» os bons ofícios do Governo português na concessão de facilidades militares aos Estados Unidos, o dinheiro da Fundação seria, teoricamente ao menos, português. Entretanto, os organismos dirigentes da Fundação, tanto o Conselho Directivo, que terá a cargo a definição da sua política geral, como

o Conselho Executivo, encarregado da gestão, terão uma componente norte-americana, respectivamente o actual embaixador norte-americano em Lisboa e o ex-embaixador e dirigente da CIA, Frank Carlucci.

- A «Assistência a colónias africanas ou outras actividades não permitidas ao abrigo da legislação americana de ajuda ao estrangeiro», será um dos objectivos da Fundação (FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento), de acordo com os documentos americanos apresentados durante as negociações.
- Na assinatura do acordo, o embaixador norte-americano Allen Holmes salientou que os

objectivos da Fundação são o financiamento de projectos, realçando que o sector privado deverá desempenhar na economia portuguesa «um papel de liderança».

Em síntese: como «contrapartida» a cedências do território nacional para objectivos militares dos Estados Unidos, temos ainda ingerências de ordem política e a utilização, ao serviço da política de Washington, das «doações» norte-americanas entre agentes económicos, sociais e culturais» de que Jaime Gama fala. Tão longe se chegou no caminho da perda total do próprio conceito de dignidade nacional.

De sublinhar que as sete organizações empresariais que apoiam estas reivindicações, entre as quais se contam a Câmara das Minas Sul-Africanas e o Instituto de Comércio Africânder, empregam cerca de 80 por cento dos trabalhadores sul-africanos.

Não é certamente por acaso que grupos tão diversos enfrentam directamente o Partido Nacional no poder. O gigantesco movimento de massas contra o apartheid que se vem desenvolvendo desde o ano passado preocupa seriamente as entidades patronais. A greve geral realizada recentemente no Transvaal deixou claro que a consciencialização dos trabalhadores negros constitui um perigo que pode ser mortal para os interesses capitalistas. Ao defender posições que são também as da população negra, gigantesca maioria marginalizada na África do Sul, os empresários estão a defender a sua própria sobrevivência.

Apelo à defesa da paz

Por ocasião da passagem do 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo, que este ano se comemora, o Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), o Governo e a Frente Nacional da RDA divulgaram um apelo conjunto para a defesa da paz e a luta contra uma catástrofe nuclear.

O documento, que considera serem favoráveis as hipóteses para uma comunidade de responsabilidade comum, que reúna as pessoas de todas as classes e camadas sociais, independentemente da cor da pele, da visão do mundo ou da crença religiosa, sublinha que a ordem de paz na Europa exige o reconhecimento, a segurança e a inviolabilidade das fronteiras de todos os Estados do continente europeu.

O apelo saúda ainda o mais recente acordo entre a URSS e os EUA de encetar novas negociações sobre todo o conjunto de questões das armas nucleares e espaciais, bem como a disposição da URSS em adoptar soluções mais radicais se, com isso, puder ser detido o engrandecimento armamentista

Desemprego na RFA

Segundo dados oficiais, cerca de 2,3 milhões de habitantes da RFA, ou seja mais de oito por cento da população activa, estavam desempregados em 1984. Trata-se do mais alto nível de desemprego registado nos 35 anos de história do país, apesar de naquele número não estarem incluídos pelos menos

NOVA CALEDÓNIA
Colonialistas franceses impedem diálogo

Os violentos confrontos registados no final da semana passada na Nova Caledónia, na sequência da morte do filho de um dirigente dos sectores coloniais mais reaccionários em circunstâncias ainda obscuras e do assassinato, pelas tropas coloniais francesas, de dois elementos da Frente de Libertação Nacional Kanaka Socialista (FLNKS), provocaram uma radicalização de posições entre colonialistas e independentistas e agravaram ainda mais as tensões existentes naquela colónia francesa.

A morte do filho do dirigente fascista, ocorrida na sexta-feira, foi seguida de manifestações racistas e actos de van-

dalismo por parte dos colonos franceses, agravadas pela intervenção das forças coloniais que, numa acção de pura reta-

liação, mataram o dirigente Kanaka Eloi Machoro e um outro militante da FLNKS. O estado de emergência entretanto decretado pelo alto comissário francês, Edgar Pisani, serviu de pretexto a Paris para o reforço das forças repressivas, o que permite o aumento substancial da militarização da Nova Caledónia.

Com o recolher obrigatório, a proibição de manifestações e reuniões de mais de cinco pessoas, as revistas domiciliárias sem mandato e a proibição de uso e transporte de armas (que na prática se aplica apenas à comunidade kanaka), as condições para o diálogo necessário visando a independência deterioraram-se significativamente.

Jean-Marie Tjibau, presidente do governo provisório do território independente de Kanaky, decretado unilateralmente pela FLNKS, reclamou a restituição pura e simples da soberania kanaka, sublinhando que o assassinato de Machoro põe termo a todas as propostas de Pisani e levanta de volta ao ponto de partida.

Recorda-se que o representante da França, Edgar Pisani, havia apresentado no início da semana passada uma proposta de referendo sobre a Nova Caledónia, através do qual os habitantes do território se pronunciarão entre a manutenção do actual estatuto de colónia ou a formação de um Estado independente associado da França.

A proposta, declaradamente neo-colonialista, pretendia ser uma solução de compromisso entre as aspirações dos kanakas e as exigências dos caldoches (habitantes de origem francesa).

Apesar da proposta prever a participação no referendo de todos os cidadãos que provêm residir na Nova Caledónia há mais de três anos (o que permitiria aos franceses em missão de serviço pronunciarem-se sobre o futuro de uma terra que não é a sua), bem como a manutenção por parte da França da plena responsabilidade

da defesa do novo Estado e da segurança pública no território (o que na prática retirava aos kanakas a autoridade na sua própria pátria), a direita colonialista reagiu violentamente contra ela.

É de resto na sequência da apresentação da proposta de referendo que surgem os violentos confrontos entre colonialistas e independentistas, o que torna plausível a possibilidade de a morte do filho do dirigente colonialista ter sido fruto de uma provocação das forças reaccionárias, dispostas a lutar pela manutenção dos seus privilégios na Nova Caledónia.

As posições tomadas no parlamento francês pelos deputados da direita reforçam a possibilidade; enquanto Jacques Lafleur, por exemplo, afirmava que os planos de independência são «uma imbecilidade monstruosa», outros deputados do partido de Jacques Chirac deixavam antever a sua disposição de tentar impedir a resolução do problema da Nova Caledónia até às eleições legislativas francesas de 1986, altura em que a direita pensa conseguir voltar ao poder.

Neste contexto, as reacções do governo de Mitterrand aos acontecimentos na Nova Caledónia estão longe de ser apaziguadoras: o primeiro-ministro, Laurent Fabius, anunciou no sábado a decisão de enviar para a colónia do Pacífico Sul cerca de um milhão de efectivos de tropas especiais, bem como a manutenção do estado de emergência durante mais alguns dias. Não menos preocupantes são as notícias de que os colonialistas continuam a armar-se, sem que as autoridades intercedam.

Como afirmou o dirigente kanaka, Tjibau, a partir de agora compete ao governo francês resolver o problema dos seus cidadãos. A FLNKS exige a restituição pura e simples da soberania do povo kanaka na sua terra. O recurso à força não será certamente a melhor forma de resolver o conflito.



Um dos países onde os trabalhadores desenvolvem uma mais intensa luta contra o apartheid na África do Sul são os Estados Unidos, cujo governo é, precisamente, o principal suporte internacional do regime racista de Pretória. Na foto, Angela Davis, dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos, discursando recentemente em S. Francisco num comício contra o apartheid

Empresários contra o apartheid

O isolamento do regime racista e do apartheid da África do Sul, inclusive a nível interno, está a atingir proporções até agora desconhecidas. Pela primeira vez na história do país, representantes das sete mais importantes organizações empresariais sul-africanas vieram a público a semana passada exigindo reformas que a serem levadas à prática representariam um golpe mortal para o apartheid.

Entre outras coisas, os empresários advogaram uma significativa participação política dos negros; o fim da segregação no mercado do trabalho; o direito dos negros a serem proprietários e a desenvolverem actividades comerciais em qualquer ponto do país; a cidadania universal para todos os sul-africanos, com a liquidação dos bantostões; a existência de sindicatos livres e independentes; a redução do poder da polícia de deter pessoas sem acusações e o fim do afastamento forçado de pessoas.

Suplemento

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 577
17 de Janeiro de 1985
Suplemento n.º 141
Não pode ser vendido
separadamente

APU acusa Câmara de Cascais

RIOS DE DINHEIRO NÃO LAVAM MISÉRIAS



Págs. 8/9

A TERRA É O ALVO DA «GUERRA DAS ESTRELAS»



Págs. 12/13

RN RODOVIA
NACIONAL, E.P.

Ferida em carne viva pronta a resistir



Págs. 4/5

EL SALVADOR Intensificar a luta para garantir o diálogo

Págs. 10/11

a Talhe de FOICE

Os sãobentólogos e o ano da mudança

Experts que são em conversas de bastidores, os colunistas sãobentólogos confidentes dos paladinos do «relançamento económico» passaram todo um ano alardeando que o que viria teria o sinal da mudança... que Portugal seria recordista de coisas mais, que não só dos dez mil metros.

E foi depois com um esgar ao canto da boca que viram, ainda o primeiro mês desse tão almejado ano não vai a metade, a sua profecia realizada.

Que agora sim, agora é que era, como muito bem tinham dito, e que muito obrigado, muito obrigado, que isto de ser sãobentólogo tem o seu quê, não é qualquer um que o pode ser, é preciso uma visão ampla do futuro, que não era necessário ser-se astrónomo para se saber do futuro, gastrónomo e amigo dos americanos é que era bom para o adivinhar, que os resultados estavam à vista e que todos os portugueses se deviam congratular por terem colunáveis colunistas tão eficientes...

E por aí fora, numa roda viva de abraços... Chegando ao bairro foram imediatamente ter com os vizinhos para contar a boa nova: que não tinha sido só o ano que mudou, que também muita coisa tinha subido de nível, «exactamente como lhe tínhamos dito», afiançaram.

E os vizinhos disseram que sim senhores doutores, e lá foram fazendo contas à vida.

Pelo caminho, passaram na mercearia e compraram menos 20 por cento de pão, 22 por cento de leite, 9 por cento de açúcar. Chegados a casa (fizeram o percurso a pé porque isto de andar de carro só para os srs. drs. sãobentólogos, com o litro de super a mais de 100 escudos), olharam para os filhos e com ar grave chamaram-nos para o colo:

— «A partir de hoje deixamos de mandar telegramas para o tio que está em França e fazemos menos 25 por cento de telefonemas a pedir emprestado. Desde já vos digo que têm que estudar mais 18 por cento à luz das velas e que, a partir de hoje, menos 22 por cento da família toma banho... e isto por agora, que daqui a muito pouco vão menos 20 por cento de vezes à escola, ou então vão a pé».

E pela noite fora continuou o estendal de recomendações, explicando à família que desde o começo do ano o Governo e a sua maior maioria tinham iniciado o seu programa de mudança. Veja-se por exemplo o caso dos salários, disseram-lhes os sãobentólogos: o governo, frisaram, está, também neste campo, apostado na mudança.

Veja-se, salientaram, o primeiro aumento verificado este ano. Cientes do quanto custa mandar, dos sacrifícios exigidos à «classe política», a primeira das suas decisões foi aumentar os membros do Governo e os parlamentares (palavra que não é forçosamente sinónimo de deputados).

Prenda-se só por um instante a atenção nas despesas de um cargo como o de primeiro-ministro ou de qualquer membro do Governo: com o número de viagens que são obrigados a fazer ao estrangeiro e com o preço a que está o dólar, menos de 200 contos para o primeiro e de 163 contos para os outros (fora o que escorre por fora) é obrigá-los a morrer de fome...

Ou então atente-se no caso dos secretários de Estado, sempre numa roda viva por esse país fora adjudicando e averbando; ou no dos parlamentares da maior maioria que volta não volta têm que ir a São Bento dizer que sim e que muito bem, exactamente como os senhores doutores disseram...

Menos de 145 contos para os primeiros e de 93 para os segundos era o mesmo que condená-los a morrer de fome... E os governantes não querem ver fome em Portugal.

Foi o que disseram os sãobentólogos a seus vizinhos... Estes olharam para eles e foram até à fábrica, com a esperança de já terem o seu ordenado a pagamento ou de ainda a encontrar em laboração.

Outros dirigiram-se a São Bento, na esperança de não serem presos desta vez.

E iam dizendo uns para os outros, pelo caminho, que sim senhor, que este era de facto o ano da mudança. De política e de governo. Com a sua luta. Por muito que os sãobentólogos dissessem que não era essa a mudança que preconizavam.

■ J. M.

A Torralta, ... e as piruetas

O estado
da economia



Fernando Ulrich

O Estado e a Torralta

HÁ 2 semanas defendi nesta coluna que o Governo devia divulgar o esquema de viabilização acordado para a Torralta a que o primeiro-ministro se havia referido na sua recente comunicação ao país. Reivindicação desnecessária, visto que poucos dias depois era publicado no Diário da República (5 de Junho de 1984) a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/84.

O caso Torralta é extremamente rico e pode ser encarado sob vários prismas. Para já importa analisar a actuação do Governo, dado que estão em causa dinheiros públicos e estamos perante uma intervenção do Estado na economia, que, pelo seu alcance, não pode ser ignorada. Tanto mais que poderá constituir um precedente de consequências difíceis de avaliar.

Vejam alguns dos aspectos mais marcantes da referida Resolução:

1 — O Governo começa por recordar que a intervenção do Estado na gestão da Torralta foi decidida em 10 Dezembro de 1974 para «evitar uma situação de ruptura». Naquele ano, a facturação atingiu 324 mil contos e os prejuízos ascenderam a 1,5 milhões de contos.

O Governo pretende assim dar a entender que as dificuldades da empresa são anteriores à intervenção do Estado. Esta ideia é corroborada mais adiante quando se afirma que no último ano (1977) da intervenção estatal, «as vendas atingiram 548 mil contos (mais 69% que em 1974) e os prejuízos ascenderam a cerca de metade dos registados no ano em que se verificou a intervenção».

Apetece perguntar porque é que não se intervencionou a empresa outra vez...

2 — Ao longo do texto da Resolução o Governo desmerece ainda outras ferradas à gestão da empresa. Dois exemplos:

«Apesar dos benefícios de carácter financeiro e fiscal obtidos com o contrato de viabilização, a empresa não conseguiu alcançar minimamente a viabilização pretendida, nem cumpriu os compromissos assumidos para com os seus credores, tendo pelo contrário, agravado a sua situação. As razões para tal foram várias, podendo apontar-se, entre outras: atrasos no relançamento da actividade imobiliário-turística (...), estrutura inadequada da empresa».

— «A empresa deverá ajustar o quadro de pessoal às efectivas necessidades de funcionamento da empresa» (o Governo que produziu esta exigência será o mesmo que hesita com a revisão da legislação laboral e proibiu o despedimento colectivo previsto pela Metalúrgica Duarte Ferreira?)

— «A estrutura, organização e forma de gestão da Torralta deverá ser adaptada a moldes mais adequados com a sua dimensão, problemas e perspectivas».

3 — Apesar de tudo isto, o Governo considerou indispensável a efectiva viabilização da Torralta e não hesitou em recorrer a medidas de carácter excepcional. A medida mais espectacular consistiu na obrigatoriedade de as instituições de crédito do sector público aceitarem terrenos em pagamento das suas dívidas, por um valor fixado pelo Governo (11,9 milhões de contos). Até hoje ainda ninguém percebeu a razão de ser deste acto de força. Os bancos e a empresa não conseguiam resolver o problema sozinhos? Porquê?

A partir de agora todas as empresas em dificuldade procuram aumentar o seu endividamento bancário a fim de atingirem o limiar mínimo (desconhecido do público) que lhes proporcione o acesso a uma «comissão arbitral».

4 — A avaliação dos terrenos mereceu ao Governo comentários espantosos:

«Os resultados da avaliação efectuada pela comissão apontam para valores da ordem dos 8,7 e 16,8 milhões de contos, consoante se opte pela perspectiva de promoção, respectivamente.»

Para que os cidadãos desprevenidos não ficassem a pensar que «na perspectiva de promoção» a doca-gigante da Lisnave, o «steam-cracker» da CNP, e o Kowa-Seiko da Quimigal, valem mais do que o passivo das respectivas empresas, o Governo aprofundou a questão:

«(...) a comissão arbitral (...) apresentou 2 valores para cada um dos terrenos (...) consoante o destino que lhe estivesse reservado: a sua comercialização a curto prazo, efectuada por um mediador imobiliário, num processo de liquidação do património da empresa, ou a sua promoção ou desenvolvimento, no âmbito do objecto de uma empresa turístico-imobiliária.»

O Governo definiu desta forma uma nova teoria do valor dos terrenos, que irá certamente aplicar às expropriações por utilidade pública, à reforma agrária, etc.

A regra é simples: o Estado passa a pagar o valor de «compra e venda» mais 40% da diferença entre este e o valor de «promoção».

(Ao menos o rei Salomão não teve a pretensão de enriquecer a teoria do valor da terra...)

Simultaneamente, o Governo deu-nos uma explicação, que ratificou, para o alto custo da habitação em Portugal. Afinal, os terrenos não valem o que custam mas sim o que resultam da sua «promoção». Parece que no Ministério das Finanças há já quem defenda a aplicação deste critério «promocional» na definição da matéria colectável para os efeitos de sisa e de contribuição predial...

5 — Enquanto se ocupam a «promover» este património os bancos nacionalizados deverão «analisar pedidos de financiamento (apresentados pela empresa no âmbito do programa de recuperação) dando conhecimento ao Ministério das Finanças, no prazo de 30 dias após a recepção do pedido, da decisão sobre os mesmos devidamente fundamentada». Poupar-se a tempo e dinheiro se estes financiamentos forem concedidos directamente pelo Estado, sem necessidade de violação do sigilo bancário, e evitar-se-á ao Ministro das Finanças ouvir «fundamentações» que não lhe vão agradar. Ou talvez não.

Consta que na próxima 2.ª feira será feriado bancário para que os gestores possam comprar as suas fardas...

Muito haveria ainda para dizer, nomeadamente no que toca à regularização das responsabilidades da empresa perante o resto do sector público (Fundo de Desemprego, Fundo de Turismo, Previdência, etc). Mas não vale a pena. Resta-nos felicitar a Torralta pelos resultados obtidos e preparar o pagamento do imposto complementar com courelas de terreno avaliados na perspectiva da promoção. Claro.

a roubalheira, o inquérito do «Expresso»

O estado da economia



Fernando Ulrich

O inquérito

A ASSEMBLEIA da república aprovou por unanimidade a proposta do PC relativa à criação de uma comissão de inquérito para apuramento de eventuais responsabilidades na aquisição de terrenos à Torralta por instituições de crédito.

Após a empresa ter proposto à banca a entrega de propriedades em pagamento de dívidas e, dado que as duas partes não chegaram a acordo quanto ao valor a atribuir às referidas propriedades, o Governo entendeu arbitrar a questão, e fixou, por resolução do Conselho de Ministros, os valores em disputa.

Entende o PC que o valor real das referidas propriedades é largamente inferior ao fixado pelo Governo e, nestas condições, considera necessário «clarificar os escandalosos benefícios concedidos à Torralta» e «inquirir sobre os critérios que presidiram à atitude discriminatória do Governo e outras entidades públicas».

Em devido tempo chamei a atenção nesta coluna para o gravíssimo precedente que me parecia estar a ser criado pela aludida resolução governamental.

Apesar das várias e significativas manifestações de concordância que recebi — designadamente no sector bancário — não aconteceu nada. Por comodidade, interesse, ignorância ou medo, ofereceu-se mais uma vez de mão beijada ao PC a possibilidade de se arvorar no defensor da transparência de processos na governação, no campeão da independência entre o poder político e o poder económico. É pena que a passividade dos sectores democráticos continue a permitir estes brilhantes ao PC.

No entanto, neste caso não está tudo perdido. Para tanto, é indispensável que a Comissão de Inquérito Parlamentar, onde os comunistas estarão em minoria, se debruce sobre as questões de fundo do «caso» Torralta. Se assim for, o PC terá dado um tiro nos pés, visto que, como principal autor e inspirador do sistema económico que permite «casos» deste tipo deve ser réu e não juiz.

Em primeiro lugar, é fundamental que a Comissão de Inquérito não se deixe cair na armadilha do valor dos terrenos. Tanto faz que eles valham 3 milhões de contos ou 20 milhões de contos. Não é essa a questão essencial. Esta reside na possibilidade que a nacionalização da banca veio dar aos Governos de darem ordens aos «seus» bancos. Se o Estado não fosse o dono dos bancos credores da Torralta, a resolução n.º 34/84 nunca poderia ter existido. Enquanto não houver consciência desta realidade continuaremos todos a desconfiar uns dos outros e a pensar que vivemos na Flickolândia...

Em segundo lugar, a Comissão de Inquérito tem a obrigação de investigar a situação que conduziu ao «caso» Torralta. Por outras palavras, importa averiguar como é que foi possível que o crédito da banca nacionalizada à empresa tenha atingido montantes tão elevados sem ter sido acompanhado de qualquer esforço de reestruturação. Mais uma vez, penso que se os bancos estivessem sujeitos a regras de racionalidade económica em vez de serem permeáveis a orientações políticas, a situação não po-

deria ter chegado onde chegou sem que nada tivesse acontecido. Como dizem os economistas, «os ajustamentos reais não poderiam ter sido adiados durante tanto tempo».

Em terceiro lugar, a Comissão de Inquérito não poderá ignorar que a empresa esteve intervencionada durante o PREC, o que não pode ter deixado de a afectar profundamente.

Se fizer um trabalho rigoroso, a Comissão de Inquérito vai, através do «caso» Torralta, examinar o funcionamento do sistema do 11 de Março. Não é isso que pretende o PC mas é para aí que tem de ser conduzida a actividade da Comissão, sob pena de se perder em investigações de tipo policial que, como é hábito, não conduzirão a lado nenhum.

Em 1973/74 já havia pessoas que consideravam demasiado arriscada a estratégia da Torralta baseada numa aposta no crescimento económico do país e da empresa. Já nessa altura se previa que uma quebra nas vendas de apartamentos e títulos de férias provocaria graves dificuldades financeiras à empresa, visto que as receitas da exploração turística não seriam suficientes para fazer face aos compromissos assumidos com os investidores.

A recessão provocada pela crise do petróleo iria ter estas consequências e a empresa seria obrigada a rever a sua estratégia. Seria certamente impossível continuar na mesma via.

O sistema do 11 de Março permitiu adiar «os ajustamentos reais» durante 10 anos (até ao momento...) e a magnitude do problema é de tal ordem que já ameaça o equilíbrio financeiro de um ou outro banco nacionalizado.

Infelizmente não acredito que a Comissão de Inquérito se pronuncie sobre as questões aqui identificadas. O mais provável é, ao fim de várias prorrogações do prazo de 30 dias que lhe foi atribuído, concluir o respectivo relatório nos seguintes termos:

«A empresa em causa proporcionou um importante contributo para a balança cambial, assegura a manutenção de elevado número de postos de trabalho, tem tido um peso significativo na formação bruta de capital fixo no sector turístico, para além de toda uma série de efeitos positivos a montante, a júsante, a nível regional, no valor acrescentado nacional e nas receitas fiscais, pelo que tinha de ser viabilizada. Nestas condições, a decisão do Governo foi perfeitamente justificada, embora a redacção da resolução não permitisse aquilatar de todas as suas virtualidades. A Comissão entendeu recomendar ao Governo que da próxima vez procure acautelar a imagem de independência dos gestores da banca nacionalizada, o que não deixará de acontecer devido à actuação dos secretariados entretanto criados.

«Os deputados do PC apresentaram uma declaração de voto acusando o PS e os seus aliados de direita de terem boicotado os trabalhos da Comissão para esconderem a escandalosa utilização da banca nacionalizada em benefício de uma empresa privada e as negociações de alguns senhores ligados aos partidos da maioria. Só um Governo de unidade nacional presidido pelo general Eanes será capaz de elaborar o Plano Democrático que solucionará todos estes problemas.»

Não conseguimos resistir. A ideia inicial para este artigo fora sugerida pela leitura da crónica do último sábado do economista Fernando Ulrich, habitual plúmbeo para motes económicos nas colunas do «Expresso» e que, lá para os tempos da «AD», foi chefe de gabinete do ministro PSD João Salgueiro. Assunto: o inquérito parlamentar à Torralta.

Trata-se de um texto exemplar quanto à forma de pensar (permita-se-nos o termo) da direita desta terra instalada no poder: com todo o despudor, aí está a exposição de que o facto de um problema grave da vida nacional ser levantado — como habitualmente, pelo PCP — é para ela razão suficiente para que os interesses do País e a gravidade das questões passe para segundo plano. Mais ainda, o sr. Ulrich avança a forma de operar uma pirueta («nem tudo está perdido», clama o homem!) para mascarar a fraude e tentar encontrar no «tenebroso gonçalvismo» os «responsáveis» por uma burla cometida... em 1984!

Mas, como o escrevedor dizia na sua prosa de sábado que há tempos se debruçara já sobre o assunto Torralta, resolveu-se ir observar o que preopinara ele — há seis meses atrás.

E aí, como se disse, não resistimos.

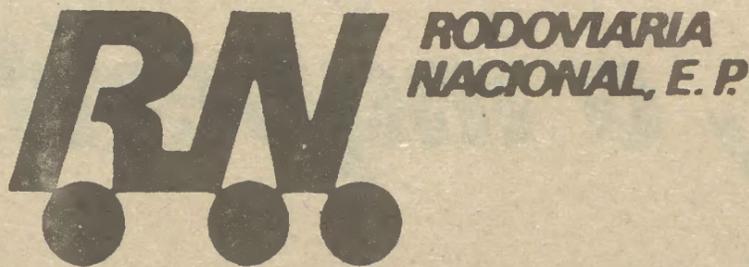
É que, manifestamente, nada mais há a acrescentar. Há seis meses, o sr. Ulrich bramava contra uma medida do governo PS/PSD sobre a qual fazia recair as mais agrestes críticas e verinosos comentários, à qual denunciava o carácter escandaloso, fraudulento, inadmissível. Seis meses depois, o mesmo sr. Ulrich, confrontado com uma decisão parlamentar proposta pelo PCP, clama pela necessidade de alterações do regime, pelas «responsabilidades do PCP no sistema», pela urgência de não deixar que se revele aquilo que ele próprio antes denunciara.

São inúmeras as ilações a retirar deste exemplo de uma prática afinal quotidiana. A de que, por exemplo, a direita sempre ultrapassa os seus desaguizados e clientelismos quando confrontada com a denúncia e o ataque dos democratas. A de que nada mais lhe resta senão negar os factos que ela própria cria e ela própria admite e recorrer à manobra de diversão, à mentira, à calúnia. A de que os interesses nacionais são realidade para ela inexistente. A de que a corrupção, a burla, a fraude, o roubo, a desonestidade são parte integrante da sua política, só criticável quando descoberta.

Que tudo isso seja novidade, não é o caso. Mas nunca é demais ir-se sabendo com pormenores. ■

16/6/84

12/1/85



Cortes de carreiras, supressão de horários — mesmo na periferia de Lisboa —, pequenos planos de reconversão mal conduzidos, ameaças de um quadro de trabalhadores «excedentários», atribuição discricionária de indemnizações compensatórias, pagas com atrasos inconcebíveis e sem regularidade, desmembramento e regionalizações dentro de um processo acelerado de reprivatização — eis como vai a RN e vai mal contra a vontade dos seus 12 795 trabalhadores.

A intensa propaganda dos órgãos do Governo contra o sector empresarial do Estado pretende criar um sentimento generalizado na população utente de que o serviço ou serviços prestados, aqui no caso da RN, EP, é mau e poderia ser muito diferente se o grande financeiro e muito privado pudesse ter acesso aos grandes lucros que as empresas nacionalizadas sob gestão da confiança dos governos não conseguem dar.

A imagem é falsa, mas o sentimento pode existir em muitas pessoas que utilizam a Rodoviária Nacional.

Escusado seria adiantar, para os bem informados pelo menos, que esse sentimento (chamemos-lhe assim à falta de melhor) sobre a **coisa pública** é o que mais convém aos que realmente estando lá para administrar, gerir, controlar, não fazem nada de parecido; procedem até exactamente ao contrário e sempre no sentido do pior. Assim é essa uma das razões, talvez a mais percuciente no momento, para opor esse sentimento à experiência dos que sentem e vivem a Rodoviária por dentro e sabem onde lhes dói — a eles e a todos os utentes passageiros que não podem dispensar a Rodoviária e a culpam afinal até das dores de cabeça, das más digestões a que se sujeita qualquer mortal que, fartando-se de trabalhar, vivendo cada vez pior, está predisposto a atribuir ao primeiro contratempo público todas as causas das suas arrelias tão pessoais e intransmissíveis como o comprimento do respectivo nariz, próprio de cada um.

E como ser senhor do seu nariz é nesta terra um símbolo de superior e inalienável qualidade, toca de tratar a **Rodoviária** com os pés porque logo haverá quem, privadamente a horas certas, faça muito melhor, mais barato — o que nunca é de desprezar, sobretudo quando se trata de quatro rodas a rodar. Rima porque é verdade, e quem disser o contrário é que ainda não andou na RN — mas vai andar e culpar, denegrir, expectorar contra as nacionalizações, o 25, o diabo a quatro atrasado. Realmente as quatro rodas da RN, que já foram um símbolo de Abril, podem servir agora muito bem como válvula de escape — atitude inofensiva se nela não estivesse estampada a campanha conduzida pelo Governo actual contra tudo o que cheire a Abril e defenda os interesses dos trabalhadores.

Ferida em carne viva pronta a resistir

Este trabalho aqui no «Avante!» e contra essa atitude — contra o sentimento, não contra a experiência vivida e exacta de quem espera de um serviço público, como a RN, uma das contrapartidas aceitáveis, por exemplo, da carga de impostos que se farta de pagar, todos os anos cada vez mais.

A Rodoviária Nacional pode cumprir perfeitamente as funções para que foi criada em 1976, desde que deixe de ser sabotada por dentro e por fora, como praticamente tem sucedido desde que nasceu.

Esta asserção é fácil de provar. Mas como os responsáveis pela Rodoviária (Ministério da tutela e Governo, gerência nomeadamente) nunca o admitiriam, em público pelo menos, vemo-nos na contingência de recorrer novamente à voz responsável dos representantes dos trabalhadores da RN que aqui estiveram na última sexta-feira, dia 11, para falarem connosco da empresa que lhes interessa naturalmente defender como bem público indispensável ao bom andamento do sector.

Passamos assim à entrevista que nos concederam três elementos do

secretariado da célula do PCP na Rodoviária. No quadro do que se publicou nas duas semanas anteriores, ouvimos desta vez Abeilard Henriques Vilela, João Ribeiro Pinheiro e Luís Filipe Serrão da Silva. O quadro é o da preparação da 3.ª Assembleia do Sector de Transportes da ORL do PCP, marcada para 9 de Fevereiro próximo em Lisboa.

Larga vantagem sobre as privadas

Pode a RN concorrer com as privadas, nos seus sectores e subsectores específicos, incluindo o transporte de mercadorias?

Não só pode como tem larga vantagem sobre elas. As empresas privadas, ou assim chamadas, cobrem apenas aquela mancha de Viseu e Trás-os-Montes, sobretudo Vila Real.

Temos na mão...

Esperem aí. E o Minho?

Pois. Pode-se dizer que para lá do Marão «manda o Cabanelas».

Quer dizer que a RN é uma empresa «regional» também, com implantação principalmente no sul e no centro.

Nada disso. Vamos lá a ver: a empresa cobre praticamente todo o País. Tem na mão o melhor de 3 mil viaturas. Se a Constituição fosse cumprida, se parasse o desmembramento...

Já lá vamos.

Mas é aí que a porca torce o rabo; aí e na chamada «regionalização» dos transportes públicos, com que este Governo pretende avançar sem ter em conta as dificuldades das autarquias, e outras dificuldades gerais criadas à RN, aos seus trabalhadores, aos utentes.

É muita coisa. Vamos por ordem, se não se importam.

Podemos assentar para já num ponto. A Rodoviária é incontestavelmente a maior empresa e a mais preparada no sector de transportes de passageiros e de mercadorias.

Capaz de concorrer, mesmo no terreno do lucro capitalista?

Sem dúvida nenhuma, mesmo e principalmente aí.

Quer dizer...

Quer dizer que a RN tem tido mesmo uma excelente gestão capitalista.

Desde 1976?

Praticamente, sim. Os gestores têm cumprido integralmente, no que lhes toca, claro, o plano de recuperação capitalista que começou precisamente nesse ano.

Mas o conselho de gerência já não é o mesmo.

Não, totalmente, mas o programa é,

TRANSPORTES



e tem mesmo melhorado do ponto de vista deles; consideramos até o conselho de gerência e sobretudo o seu presidente um tremendo adversário das nacionalizações.

Mas apesar disso, não parece lá muito seguro no lugar.

Pois, os bons lugares são disputados.

Quanto ganham os conselheiros de gerência?

Vendo bem, para cima de 200 contos por mês.

Como é possível?

Temos aqui cópias dos recibos. Enquanto os trabalhadores, qualquer assalariado seja de que categoria for, recebe 14 meses de salários por ano, incluindo nesses 14 meses o subsídio de férias e de Natal, que não são correspondentes aos salários mensais como se sabe, os membros do conselho de gerência recebem 17 meses.

Dezassete? Isso precisa de confirmação.

Não, não precisa. Estão aqui três fotocópias de recibos provisórios dos srs. Emídio António da Assunção Feio Borges, José Francisco Alces Aleluia e José Luis Fagundes Barreto.

Mas certamente respeitantes a Dezembro, ao subsídio de férias e ao do Natal.

Não senhor.

Então como é?

O camarada acredita que há salários ou subsídios em atraso entre membros de conselhos de gerência?

?

Os membros do conselho de gerência recebem mesmo 17 meses por ano. Veja aí: o presidente do CG recebeu 439 704\$00 líquidos por «três meses de vencimento» e «três meses



RODOVIÁRIA NACIONAL		RECEBÓ-PROVISÓRIO		DIRECÇÃO DE PESSOAL	
Nome: EMÍDIO ANTÔNIO ASSUNÇÃO FEIO BORGES					
N.º 465 Direcção: CONSELHO GERÊNCIA Categoria: PRESID. CONSELHO GERÊNCIA					
Motivos elaboração do recibo provisório: 28/12/84		Data da previsão da regularização deste recibo-provisório: 31/01/85			
		Data da efectivação da regularização deste recibo-provisório: / /			
DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS ILÍQUIDAS					
3 meses de vencimento		510.000 \$00			
3 meses despesas representação		102.000 \$00			
		\$			
		\$			
		\$			
		\$			
		\$			
Total ilíquido		612.000 \$00			
		Líquido a Receber: 439.704 \$00			
DESCONTOS		Ordem Pagamento Confere Pague-se			
Caixa de Previdência	40.800 \$00				
Fundo de Desemprego	17.850 \$00				
Imposto Profissional	112.200 \$00				
Imposto de Selo	1.446 \$00				
Qualificação Sindical	\$				
Outros Descontos	\$				
Total descontos	172.296 \$00	Assinatura: <i>[Assinatura]</i>			
		21 12 85			

Mod. 1/NGPe

Como se prova pelo documento acima, o ano tem 17 (dezassete) meses para o conselho de gerência da Rodoviária Nacional. O facto de ter 12, para os trabalhadores, e mais dois correspondentes aos subsídios de férias e de Natal, não parece incomodar por aí fora quem das «luvas» de antigamente faz hoje direitos adquiridos, que rendem como se vê, no caso do presidente do conselho de gerência da RN, a meiga quantia de quase 440 contos, com as «despesas de representação» isentas de imposto profissional. Por estas e por outras é que da RN, ep, como empresa pública, há alguns a querer que só reste o nome

de despesas de representação», tudo pago em 31 de Dezembro de 1984.

12 795 trabalhadores

Quantos trabalhadores tem a Rodoviária?

Segundo o CG, eram 12 795 no fim do ano passado.

E vão manter-se os postos de trabalho a esse nível?

Sim; é de prever que sim, se o Centro de Mercadorias continuar na empresa.

De outro modo, haverá «baixas»?

Com a entrega desse Centro à privada o total dos postos de trabalho baixaria, segundo o conselho de gerência, para 11 100 no final de 1985.

Mas vocês acabaram de dizer que o conselho de gerência actua como bom gestor em termos capitalistas.

Naturalmente. Por isso não quer dispensar o recurso às «demissões selectivas» e, se necessário, ao despedimento colectivo.

Esperemos que não.

Não só «esperemos». Vamos fazer tudo para que isso não suceda.

Como?

Primeiro, contando com a unidade dos trabalhadores dentro da empresa e reforçando essa unidade; depois recorrendo à luta, se necessário como já sucedeu por mais de uma vez e com bons resultados.

Mas expliquem melhor a vossa posição quanto à gestão da empresa.

Os números são públicos. Estão aqui. O camarada pode publicá-los. Quando dizemos que os gestores são bons gestores capitalistas não queremos significar com isso que a empresa prospere sob as suas orientações, que são as do ex-governo «AD» que os nomeou e são também as do Governo actual. Não queremos «agentes políticos», queremos é «gestores técnicos», queremos que a direcção da empresa seja entregue a homens que se definam pela sua competência e independência.

O que não é o caso, actualmente?

Nem por sombras.

Marante
assessora

Os actuais cinco gestores da área da ex-«AD» (PSD/CDS/PPM em 3 governos anteriores a este) são responsáveis, com o aval dos governantes pela quebra de investimentos (1982: 1915 mil contos; 1983: 798 mil contos) pelo aumento da taxa de endividamento (1982: 125,1 por cento; 1983: 176,3 por cento), pelo aumento

das despesas financeiras, pela diminuição significativa das indemnizações compensatórias.

Como parece suceder em todas as empresas dos transportes pertencentes ao sector público.

Pelo menos na Rodoviária baixaram, e de que maneira. Através do Governo, o Estado deve à empresa qualquer coisa como 9 milhões de contos. Os juros bancários subiram 1 milhão de contos num ano (da ordem dos 2 milhões em 1983 passaram para 3 milhões em 1984). E naturalmente que o Governo vai buscar dinheiro também a esses juros.

Dinheiro que parece chegar para tudo.

A propósito, convém referir que uma entrevistadora conhecida da TV, a dr. Margarida Marante, acaba de ser nomeada assessora da Rodoviária.

A senhora percebe de transportes?

Não sabemos. O que sabemos é que este é mais um entre vários casos de admissões de pessoas para altos cargos na empresa sem que exista sequer um quadro de pessoal técnico.

Quanto vai ganhar a sr. dr.?

Também não se sabe. Terá uma avença, certamente, como jurista ou coisa assim.

Consultora?

Talvez.

E que têm feito as organizações representativas dos trabalhadores na empresa? Limitam-se a revelar publicamente alguns actos de má gestão?

Não. No ano passado foi endereçado à tutela (ao Ministério) um «dossier» sobre casos de corrupção detectados, pedindo esclarecimento. A tutela não respondeu. As ORTs têm denunciado, sempre que aparecem, os casos de corte de carreiras e de horários, o mau serviço prestado, que tem vindo a piorar. Têm apresentado publicamente os maus resultados evidentes nas contas da empresa, por exemplo nas de 1983, as últimas disponíveis.

E quanto a salários, segurança de emprego, etc.

Quanto a isso, o caso RN não é dos piores. As despesas com o pessoal subiram apenas 18,2 por cento em 1984 relativamente ao ano anterior e os trabalhadores não estão satisfeitos com os salários fixados pelo acordo de empresa. A média dos aumentos globais nos salários e regalias contratuais, exceptuando os gestores, foi de 21,5 por cento no ano passado.

Porquê exceptuando os gestores?

Porque os gestores não constam do acordo de empresa. Os seus vencimentos são fixados por eles e pela gente que os lá mantém. Por exemplo, o presidente do conselho de gerência ganhou, até 31 de Agosto de 1983, 128 700\$00 mensais, na totalidade. Um mês depois, passava a ganhar 204 contos: um aumento de 60 por cento, mais viatura adstrita, respectiva gasolina, almoços de representação e outras «miudezas».

Tudo isso aparte?

Exactamente.

O Ministério do Equipamento Social, a Secretaria de Estado dos Transportes Terrestres e todo o Go-

Das contas apresentadas pelo conselho de gerência relativas ao ano de 1983, as organizações representativas dos trabalhadores - ORTs - destacam o seguinte:

1. Prejuízo do exercício: em 1982: 748 mil contos; em 1983: 1143 mil contos.

2. Despesas financeiras (juros bancários, principalmente): em 1982: 1380 mil contos; em 1983: 1984 mil contos.

3. Indemnizações compensatórias: em 1982: 700 mil contos; em 1983: 482 mil contos.

4. Impostos: em 1982: 541 mil contos; em 1983: 744 mil contos.

5. Gasóleo: Em 1982: 1981 mil contos; em 1983: 2773 mil contos.

6. Enquanto estas variações contra a empresa são em média superiores a 40 por cento, as despesas com os trabalhadores sobem apenas 18,2 por cento: sete pontos abaixo da inflação em 1982/83.

7. Quebra na procura: 1,7 por cento.

8. Redução do número de trabalhadores: 725.

9. Viaturas adquiridas: 1982: 141; 1983: 27.

10. Média de idades da frota/anos: 1982: 8,2; 1983: 9,6.

11. Taxa de endividamento: 1982: 125,1 por cento; 1983: 176,3 por cento

12. Investimentos: 1982: 1915 mil contos; 1983: 798 mil contos. ■

verno sabem disso e concordam certamente.

Pois sabem e sabem dos 17 meses, de que já falámos. Pedimos esclarecimento ao CG e à tutela. Estamos à espera de resposta.

Há pontos que ainda não focámos o suficiente sobretudo o desmantelamento, a chamada regionalização e outros.

Quanto a isso haveria muito que dizer. Recorde-se para já o que tem sucedido no Hotel Eva, de Faro. Pertencia à RN, como se sabe. Acabou por ser entregue à privada, mas a gestão só tem piorado, de tal modo que os trabalhadores se viram forçados a ir para a greve no fim do ano, para garantirem salários e postos de trabalho. Quanto à regionalização, as implicações são demasiadas para caberem num resumo necessariamente apressado. Acrescentemos apenas e por ora a ameaça da «holding» para o sector, os interesses e cumplicidades do grande capital que se movem para apanharem as fatias mais rentáveis do que provavelmente será uma grande jogada envolvendo dinheiros que nada tem a ver, antes pelo contrário, com o serviço público para o qual a RN está vocacionada.

E temos que acabar, por hoje, mesmo com a consciência de que muito ficou por dizer.

Mas também não estamos aqui para fazer a história completa da RN. Queremos é que mude o rumo que tem sido seguido. E para isso temos algumas exigências. Como trabalha-

dores da Rodoviária, interessados na sua defesa como empresa pública para o interesse nacional, exigimos:

Um Plano Nacional de Transportes; O aproveitamento de um eixo rodoviário-ferroviário;

Que os aumentos tarifários não preteram ainda mais os serviços sociais;

A extensão dos passes à generalidade das povoações servidas, pois até agora só vigoram nos grandes centros;

Melhor qualidade do serviço público e social prestado pela RN;

Saneamento financeiro da empresa; Uma política de combustíveis e de impostos;

Regulamentar as indemnizações compensatórias;

Uma política de pessoal que garanta técnicos e uma tecnologia competentes, salários justos e os postos de trabalho.

Um programa mínimo?

Se se quiser; porque no processo de desmantelamento da RN como empresa pública muito já foi retirado ilegalmente e deveria regressar ao sector empresarial do Estado.

No entanto, não queremos terminar sem dizer muito claramente que a situação actual dos trabalhadores da RN e da generalidade do sector não é comparável à que existia no fascismo e contra a qual se lutava. Foram alcançados e mantêm-se, graças à luta e à unidade, conquistas que todos nós queremos que continuem irreversíveis como irreversíveis são, segundo a Lei, as nacionalizações. ■



Uma força política atenta às realidades⁽³⁾

A degradação da situação social na cidade do Porto, com os seus reflexos, por exemplo, ao nível do desemprego; a situação económica na Região Autónoma da Madeira, destacando os «contrastes» entre o turismo e o atraso que persiste na agricultura e noutros sectores fundamentais; um brevíssimo apontamento sobre o sector das pescas no concelho de Lagos, no Algarve; um «retrato» da freguesia alentejana de Fortios, no concelho de Portalegre; e finalmente um caso (entre tantos outros) de exploração do trabalho infantil para alargar os bolsos de uns tantos «investidores» — o sector do calçado no concelho portuense de Felgueiras, uma indústria em que, como poderemos ver, existem naturalmente outros problemas. Ora, amigo leitor, este é o «painél» que a Redacção do «Avante!», na continuação de um trabalho já iniciado, seleccionou e preparou para esta semana, partindo da vasta documentação produzida por Assembleias das organizações do Partido realizadas no ano de 84 em todo o País. Momentos destacados da vida democrática do Partido, bases fundamentais para o seu reforço e para o melhoramento do trabalho político dos militantes e dos organismos, as Assembleias revelam também a profunda ligação dos comunistas ao real da vida, aos problemas, anseios e aspirações das massas populares, dos trabalhadores e das comunidades locais. Não são frases feitas. É a realidade. Qualquer um o pode comprovar.

Privilegiando os exemplos concretos, as páginas do «Avante!» darão sempre que possível o devido destaque às múltiplas afirmações de empenhamento das organizações do PCP no estudo aprofundado dos problemas, na sua análise e discussão, na busca de propostas adequadas e realistas para a solução desses problemas — seja numa aldeia do Nordeste transmontano, numa vila piscatória do Oeste ou do Algarve, num distrito ou numa região, numa fábrica ou numa empresa de serviços.

Porto: assim se vai degradando a situação social na grande cidade

A degradação da situação social na cidade do Porto tem-se vindo a agravar com a política capitalista e latifundista dos sucessivos governos de direita, mas mais acentuadamente após a tomada de posse do Governo PS e PSD.

O aumento do desemprego, dos salários em atraso, a repressão, a chantagem sobre os trabalhadores, o não cumprimento da contratação colectiva, o aumento desmedido dos contratos a prazo, são bem a imagem da política deste Governo contra quem trabalha, em defesa do patronato parasitário e reaccionário.

O desemprego atinge hoje na cidade do Porto largos milhares de trabalhadores contribuindo com 25% aproximadamente dos 80 000 desempregados do distrito do Porto.

São dezenas de empresas que têm vindo a encerrar e algumas delas com grande número de trabalhadores como a «Corfames» com 600, a «Co-

lombo» com 200, a «Raiontex» com 180, a «Francor» com 200, a «Somárida» com 80, etc., etc.

A maior parte destas empresas fecham porque ao longo dos anos o patronato só as descapitalizou, não investindo nem para a sua manutenção, levando-as a situações de verdadeira ruína. Noutros casos é a venda dos edifícios e terrenos da própria empresa para a especulação imobiliária, como aconteceu com a «Francor» e como se tenta fazer na «Fibra Lusitana». Assiste-se, e não são raros os casos em que o patronato encerra as empresas mas aparece logo ligado a outros grandes empreendimentos com o capital que arrecadou das vendas das empresas encerradas.

A par desta situação, os salários em atraso, essa chaga social e nacional, aumenta constantemente sendo o Porto o grande contribuinte para a situação que se vive no distrito. Em 101 empresas abrange 18 000 traba-

lhadores, no montante de 1 milhão e 500 mil contos de débitos, que numa cidade com uma população activa de 140 000 tem reflexos sociais bastante graves.

Os contratados a prazo são cada vez em maior número abrangendo no



1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO LOCAL DO PORTO DO PCP



Porto aproximadamente 15 000 trabalhadores, contribuindo também para a degradação social desta população.

Hoje, nenhum patrão emprega ninguém que não seja a prazo criando grande instabilidade e insegurança na vida dos trabalhadores, podendo desta forma exercer pressão no sentido da não sindicalização, da não participação na luta tentando dividir e amorteecer a sua capacidade reivindicativa.

A repressão nas empresas da cidade também se faz sentir, violando de uma maneira frontal, a própria legislação laboral, e os direitos dos trabalhadores como aconteceu, entre outros na «Fibra Lusitana» com despedimento de 13 trabalhadores, entre eles delegados sindicais, por reivindicarem os salários; na Jacinto suspendem um dirigente e um delegado sindical no decorrer de uma paralisação pelo pagamento dos débitos da administração para com os seus trabalhadores (Alfredo Figueiredo, operário, membro do Comité Local do Porto, intervenção sobre a situação social, na 1.ª Assembleia da Organização Local, 4 de Novembro 84).

• **Que ninguém duvide: os comunistas conhecem os problemas, apontam soluções, vivem intensamente as aspirações populares, tanto no plano nacional como nas localidades e regiões**





Madeira: a situação económica

A economia da Região Autónoma da Madeira continua a ter características profundamente distorcidas.

Na verdade, enquanto o sector terciário, ou seja o turismo e demais serviços, se apresenta empolado pois gera mais de metade do Produto Regional Bruto, os sectores primário e secundário, ou seja a agricultura, a pesca e a indústria, nos quais trabalha muito mais de metade da população, mostram-se atrofiados, contribuindo com menos de metade para a formação desse Produto Bruto.

O fascismo, para colocar a economia ao serviço dos grandes capitalistas, apostou no turismo como única mola impulsora de todo o desenvolvimento económico regional. Daí que as actividades não directamente ligadas ao turismo, tais como a agricultura, a pesca e a indústria, tenham sido praticamente deixadas à estagnação e ao abandono, pese muito embora serem estes os sectores de que vive a maior parte das pessoas.

E começam a tornar-se perigosas e insuportáveis, quer para a economia,

quer para o nível de vida da esmagadora maioria do povo madeirense, as consequências desta desastrosa política do PPD e do seu Governo Regional.

Os sectores fundamentais da economia regional, como a **agricultura**, o **turismo** e as **indústrias artesanais** encontram-se estagnados. As outras indústrias têm na economia um peso muito pequeno. Assim, o relativo desenvolvimento dos últimos anos ficou a dever-se a capitais gerados principalmente fora da economia madeirense, isto é, às remessas dos emigrantes e ao investimento público até agora financiado sobretudo pelos Governos Centrais.

A baixa estrondosa das divisas dos emigrantes, devido à limitação à saída de capitais imposta pela crise da Venezuela, donde provinham 70% das remessas, afecta sobretudo o sector da construção civil, onde o desemprego começa a ser uma questão preocupante.

Indiferente às críticas e às consequências da sua orientação política, o

Governo Regional do PPD e o seu presidente Alberto João Jardim continuam a negar a realidade e recusam-se a aceitarem os próprios números e dados que constavam da proposta de Plano e Orçamento, recentemente discutida.

O agravamento da situação económica e financeira na Região está a gerar o aumento do custo de vida, o aumento das dificuldades da habitação, os salários em atraso e as perspectivas de despedimento e desemprego em largos sectores de trabalhadores.

Face ao descontentamento que alastra entre a população e ao inevitável agravamento da situação social na Região, o presidente do governo procura fugir às responsabilidades, «explicando» as dificuldades actuais pela crise internacional e nacional, procurando reacender e fomentar por várias formas, na população madeirense, sentimentos contra o Continente, contra (e são palavras dele) «**as loucuras da revolução**», «**as amplas liberdades do "rectângulo"**», contra «**o socialismo**»...

Sentindo fugir-lhe o terreno debaixo dos pés, João Jardim insiste na tese reaccionária e subversiva da necessidade de modificar radicalmente o sistema político constitucional, o mesmo é dizer rasgar a Constituição, destruir por completo as conquistas alcançadas com o 25 de Abril, acabar com o regime democrático.

Devemos estar confiantes em que a reacção não conseguirá destruir o regime democrático, mas ao contrário, o regime democrático sobreviverá e acabará, mais tarde ou mais cedo, por deitar abaixo João Jardim, o seu governo e as suas teses reaccionárias (da intervenção do organismo da direcção do Funchal na 1.ª Assembleia da Organização Concelhia, 17 de Junho 84).



Lagos: o sector das pescas

O sector das pescas ocupa no nosso concelho um lugar importante, não só pelo número de trabalhadores como pela riqueza produzida.

Em 1979, este sector abrangia um total de 2348 trabalhadores, existindo 250 embarcações de pesca, incluindo 5 traineiras, sendo o volume de pescado de 1903 toneladas.

A maioria dos pescadores existentes no nosso concelho dedicam-se à pesca artesanal, assumindo esta uma grande importância.

Um dos problemas do sector é a invasão da costa por arrastões que destroem toda a fauna e causa graves prejuízos nas artes dos pescadores.

Outros problemas relacionam-se com a renovação da frota, métodos e aparelhos de pesca.

Este sector, como tantos outros, é vítima da política de ruína deste Governo, não aproveitando as ca-

pacidades da nossa gente, do saber acumulado, das riquezas e recursos naturais, e não desenvolvendo uma política que no campo das pescas sirva os interesses do País.

(da intervenção do organismo dos Pescadores, na 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Lagos, 3 de Junho de 84)



Freguesia de Fortios

(Concelho de Portalegre):

O passado e o presente

Fortios, com 1943 habitantes — 950 homens e 993 mulheres — 825 edifícios e 1509 eleitores, é a 5.ª freguesia do nosso concelho, em termos populacionais.

Distando 8 quilómetros da sede do concelho, tornou-se numa área de dormitório de gente que trabalha na cidade e, por força de tal, é uma freguesia que tem conhecido uma certa estabilização.

Freguesia essencialmente agrícola, vivendo a sua gente quase exclusivamente de tal actividade, conta, no entanto, com um número significativo de trabalhadores que se deslocam diariamente para o seu trabalho na cidade de Portalegre.

Os quase 2000 habitantes estão espalhados por 5 lugares com mais de 100 habitantes, 9 com mais de 50 e 5 com mais de 20. Ao todo, são 19 os lugares que fazem parte da freguesia.

Antes do 25 de Abril, os trabalhadores eram vítimas da exploração desenfreada por parte dos agrários, sendo poucos os trabalhadores que conseguiam obter trabalho durante todo o ano.

Com o 25 de Abril abriram-se novas esperanças para a agricultura e para aqueles que trabalham e vivem dos frutos da terra.

Em Dezembro de 1975 formou-se uma Cooperativa agrícola — a «19 de Dezembro» — com cerca de 6 mil hectares; empregava cerca de 200 trabalhadores, que viam assim os seus postos de trabalho assegurados (importa referir que, no tempo dos agrários, nestes 6 mil hectares de terra apenas trabalhavam cerca de 30 trabalhadores).

Nos primeiros meses, a Cooperativa aumentou os postos de trabalho, o número de cabeças de gado, máquinas e alfaias. Caminhava-se para um futuro diferente na nossa freguesia.

Tais esperanças, cedo foram ficando pelo caminho. Os ataques dos governos reaccionários, à política ruinosa para o sector agrícola que tais governos têm praticados, a falta de experiência de gestão, a carência de quadros com capacidade para tal gestão, os erros cometidos, e o divisionismo foram inimigos declarados desta bela conquista de Abril.

Assim, logo em 1976 deu-se a 1.ª desanexação; depois foram os ataques dos Governos. O avolumar de erros e o aumento do divisionismo acabaram por asfixiar a vida da Cooperativa. Hoje, apenas 30 pessoas trabalham na Cooperativa. Existe desemprego. Já temos que sair da nossa terra para garantir o sustento da nossa família, e a maioria das terras da nossa freguesia voltou ao abandono e os postos de trabalho diminuíram.

(da intervenção da Comissão de Freguesia de Fortios, do PCP, na 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Portalegre, 17 Junho 84).

Felgueiras: a exploração do trabalho infantil no sector do calçado

No nosso concelho, no sector de calçado cresce a repressão patronal, aumentam os despedimentos e os contratos a prazo, cresce o número de empresas que encerram a sua actividade por meios indiscutivelmente fraudulentos, desenvolve-se a ritmos acelerados a exploração de mão-de-obra barata e infantil.

Em qualquer dos casos, os despedimentos por encerramento das empresas resulta da política ruinosa que tem sido seguida e que está a ser agravada pelo actual Governo PS/PSD, de verdadeiro asfixiamento das empresas. Isto leva a que muitas empresas encerrem, declarando falência, e outras encerram pura e simplesmente...

Nas fábricas de calçado «Killas», na «Mundial», na «Regilde», na «Pra-

tik», na «Sozê» e em muitas outras é verdadeiramente escandalosa a situação de muitos trabalhadores, alguns dos quais com 12 ou 13 anos recebendo retribuições inferiores a 5000\$00 e sem verem a sua situação segura e regularizada.

Nas freguesias de Lagares, Torrados e Idães, abundam as situações de crianças que da parte da manhã vão para a escola e de tarde já vão trabalhar.

A Inspeccção de Trabalho, quando solicitada para actuar tendo em conta estes ou outros casos, limita-se a constatar que «não» existem as situações referidas ou outras irregularidades...

Quer nos encerramentos das empresas, quer na exploração da mão-de-obra barata, há um traço comum.

O patronato procura «soluções» fraudulentas para os seus passivos financeiros, de forma a ficarem com milhares de contos no seu bolso, em total prejuízo dos trabalhadores e da economia nacional.

A juntar ao encerramento de empresas e falências de carácter fraudulento, devemos juntar os incêndios de origem pelo menos duvidosa nas firmas «Rogério Ferreira Lopes» e «Eugénio Ferreira Lopes, Lda.», e outras: foi o desemprego de centenas de trabalhadores, enquanto esses senhores continuam a ter uma vida inegavelmente luxuosa, sem que o Governo e os administradores de falências assumam as suas responsabilidades.

(Intervenção do camarada Félix na 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Felgueiras, 28 de Julho de 84).

APU acusa Câmara de Cascais

■ Henrique Custódio

Comentando para o «Diário de Lisboa» as acusações feitas na semana passada pela APU em Cascais à gestão do município a que preside, Helena Roseta diria que a Aliança Povo Unido «está em campanha pré-eleitoral» e escusar-se-ia a responder, ponto por ponto, às muitas e graves acusações apresentadas pela APU em conferência de Imprensa, argumentando achar «desnecessário» fazê-lo. Tais respostas exageram na pobreza e no laconismo e não se adequam ao fogoso verbalismo «prafrentex» que a presidente da Câmara Municipal de Cascais tem cuidadosamente cultivado na, para si, bastante disponível Comunicação Social.

A falta de argumentos de Roseta, patente na sua recusa em responder às



O bairro da Guia é assim: barracas a abrigar, há anos, 800 famílias, crianças a brincar junto a regeiras de esgotos, enquanto um contrato de desenvolvimento com a Misericórdia (que se propõe construir mil fogos para realojamento destas famílias), assinado já em 1981, continua à espera que a «dinâmica» Câmara de Helena Roseta lhe dê andamento

RIOS DE DINHEIRO NÃO LAVAM MISÉRIAS

acusações feitas pela segunda força eleitoral do Concelho a que preside, só encontra paralelo na grosseira inabilidade política com que pretende exibir sobranças face a essa força e constitui, por si, a admissão encurralada de tudo o que foi dito.

Mas compreende-se a atrapalhada da presidente da Câmara Municipal de Cascais: no fim de contas como explicar (e só como exemplos) a aplicação de 150 000 contos num autódromo particular enquanto milhares de municípios continuam sem acessos e saneamento básico às suas casas, ou o não cumprimento de dezenas de deliberações da própria Câmara sobre coisas tão importantes como saúde pública, ensino, transportes, cultura, urbanismo, habitação, segurança social, etc, enquanto continuam por alojar vítimas das temporais de Novembro de 83, por aplicar o plano de emergência resultante das inundações, por resolver os problemas das lixeiras e dos esgotos a céu aberto que correm no Concelho, por abrir ou reparar simples acessos a povoações literalmente isoladas?

Como explicar, enfim, que um município de área relativamente pequena e verbas próprias a puxar para o rico continue a exibir, no seu interior, a miséria social e infra-estrutural mais chocante, enquanto se consomem rios de dinheiro em obras de fachada como a do hotel Baía ou empreendimentos privados como o autódromo do Estoril, e se prevê, em nome de um turismo de costas largas, a construção de clínicas e complexos de ténis, pistas de ciclismo e piscinas atlânticas?

Como referimos, a APU de Cascais, nas pessoas dos três vereadores na Câmara (José Carlos Vanzeller, Manuel Pacheco Maduro e Manuela Barreto), do porta-voz da APU na Assembleia Municipal (Alberto Branco) e do presidente e um representante das duas Juntas de Freguesia de maioria APU no Concelho (respectivamente António Paixão, da JF de Alcibideche, e Jacinto Vital, da JF de S. Domingos de Rana) deram na passada semana uma conferência de Imprensa onde, em documento cuidado, passaram a pente fino a situação do município de Cascais e da sua gestão PPD/PSD sob a batuta palavroso/absentista de Helena Roseta (ver texto ao lado). Depois foi uma breve visita pelo interior do Concelho onde se viu «claramente visto», como dizia o outro, um pouco do muito que havia sido denunciado.

Logo à saída dos paços do Concelho se deu de caras com três si-

tuações que se arrastam há anos e já mereceram de Helena Roseta umas bem necessárias demagogias (e nada mais, pois claro): o edifício municipal da Gandarilha onde 30 famílias vivem há anos em condições infra-humanas; o museu municipal do Mar encerradíssimo em terra, e o pavilhão do Dramático de Cascais, também propriedade da Câmara, com tectos abatidos e chão levantado. Evidentes bagatelas num município que anda mesmo precisadinho de umas piscinas atlânticas...

A Guia, a Protecção e a Circular

A paragem seguinte foi no bairro da Guia, que encontramos na mesma degradação de há um ano, quando a Roseta prometia em campanha eleitoral o que, entretanto, achou também desnecessário fazer: dar simples seguimento a um contrato assinado desde 1981 com a Misericórdia e onde

esta, a troco de uma urbanização que pretende fazer neste terreno municipal, se compromete a construir 1000 fogos para o realojamento das 800 famílias que ali vivem há anos em barracas miseráveis, paredes meias com o luxo da Quinta da Marinha. E a Guia é apenas um entre os vários bairros de barracas que há no Concelho, nomeadamente em Barrouce, Marianas, Tainha e Matarraque...

Dali à Quinta da Marinha é um pulo. A área queimada no incêndio de há dois anos está em franca «recuperação»: tudo a postos para receber novas vivendas superluxuosas. E a área bem protegida: tanto ou tão pouco que o arquitecto Ribeiro Teles, quando ministro da Qualidade de Vida, a integrou por decreto-lei numa coisa chamada «Paisagem Protegida de Sintra/Cascais» abrangendo a Quinta da Marinha, Oitavos e a Serra de Sintra. A partir daí qualquer construção na área tem de ser autorizada pelo ministro da Qualidade de Vida em pessoa, e a coisa torna-se mais clara ao sabermos que, primeiro: durante o «reinado» de Ribeiro Teles no minis-

tério da Qualidade de Vida vários projectos de construções para aquela área, nomeadamente na Quinta da Marinha, foram elaborados pelo próprio Ribeiro Teles e um arquitecto que com ele trabalha; segundo: o actual titular da Qualidade de Vida, Sousa Tavares, foi advogado de António Champalimaud, que é proprietário da grande parte da área protegida. Entretanto a Câmara de Cascais está há vários meses para promover umas prometidas jornadas que esclareçam a situação, mas as datas têm vindo a ser sucessivamente proteladas. Provavelmente Helena Roseta também não vê, aqui, necessidade de fazer nada. O certo é que na tal área protegida já há zonas verdes que são, neste momento, campos de ténis e de golfe.

O acesso ao interior do concelho fez-se por uma chamada «Terceira Circular», que só vista: menos de um quilómetro de extensão, duas curvas apertadas e tão mal concebidas que o primeiro desastre lá ocorrido se deu, precisamente, com o engenheiro que dirigiu as obras...

Percebe-se também aqui por que a presidente Roseta achou desnece-



O jardim municipal da quinta da Alagoa, em Carcavelos, é bem o resumo da actividade do executivo PSD/PS sob batuta palavroso/absentista de Helena Roseta: doado à Câmara num negócio leonino com um construtor civil, que já nem interessa esmiuçar, constitui, de qualquer modo, um património valioso numa zona tão carenciada de espaços verdes e de lazer. A Câmara «conserva-o» no estado calamitoso que a foto documenta, de embrulhão com um palacete depredado e cada vez mais em ruínas. Entretanto investe 150 000 contos no Autódromo do Estoril para uma corrida de Fórmula 1 que nada trouxe (de bom) ao Concelho...

sário responder às acusações de incompetência, inoperância e negligência formuladas pela APU ao executivo que chefia.

O luxo e o lixo

Mas foi no interior do-concelho que as coisas se mostraram mais graves,

pela sua extensão e profundidade. Há zonas, como o Carrascal do Alvide, onde os carros pura e simplesmente não entram; os seus habitantes deslocam-se pelos próprios meios, enquanto a abertura de uma estrada até à povoação está aprovada desde Junho de 1983 e está preparada, na Rodoviária Nacional e por diligências da vereação da APU, uma carreira que apenas aguarda que... haja caminho para transitar. Na Adroana também

não há transportes públicos porque se continua a aguardar o alargamento de uma curva, enquanto os esgotos a céu aberto escorrem por ali abaixo com tudo o que isso significa. Tal como acontece em Carrascal de Manique. É ali também o «coração» das construções clandestinas (há bairros e bairros construídos assim), vários sem iluminação pública, esgotos, água ou electricidade. Mas o que o concelho necessita urgentemente é de clínicas e campos de ténis...

E a viagem do incrível continua: de um lado o aeródromo de Tires para o qual o Plano da Câmara de 85 prevê uma verba de 56 500 contos para reparação das pistas enquanto as populações à volta não têm ruas para ir de carro ou autocarro para casa; o pontão das Varandas, a ameaçar ruína desde os temporais de 83 e a sua reparação não está prevista nem no Plano de Emergência para os temporais nem no Plano de Actividades para este ano; as diversas ribeiras e pontões que atravessam e atravancam o concelho em caso de temporais e que continuam na mesma desde a calamidade de Novembro de 83, prontas a repetir a desgraça com qualquer chuva que para aí venha: urbanizações como a implantada sobre a ribeira das Marianas, ali mesmo à beira da catástrofe e sendo licenciadas sem que se lhes exija o mínimo indispensável de equipamentos.

Finalmente, e para não sermos exaustivos, enquanto a Câmara investe milhares e milhares de contos na recuperação junto ao Hotel Baía, deixa degradar um palacete e um vasto jardim na Quinta da Alagoa, em Carcavelos, doados à Câmara por um construtor como contrapartida, há três anos, de uma urbanização (que, aliás, foi erguida sem que se lhe exigisse a colocação dos equipamentos mínimos previstos). Foi aí que terminou a visita. Não sendo necessário, pela nossa parte, ver mais nada para compreender porque Helena Roseta achou desnecessário responder às acusações da APU à palavrosa inoperância da sua gestão na Câmara Municipal de Cascais.

O luxo e o lixo andam por lá de mãos dadas: o primeiro ao serviço da minoria abastada do Concelho e ajeitado em imagem de marca; o segundo impondo a uma grande parte dos seus 50 000 habitantes um quotidiano sombrio e reflectindo a realidade de uma gestão camarária que cada vez fala mais, porque cada vez faz menos. Até um dia. ■

A análise da APU

É-nos impossível resumir com algum detalhe a completa análise feita pela APU de Cascais à actuação da Câmara Municipal PSD/PS e apresentada aos jornalistas num documento, como já dissemos, excelentemente elaborado. Assim passaremos pela rama sobre alguns aspectos que consideramos mais significativos.

A análise da APU desenvolveu-se ao longo de seis temas: 1.º — Planos e Orçamentos; 2.º — Plano de Emergência resultante das inundações de Novembro de 83 e a sua total inaplicação; 3.º — Paisagem protegida Sintra/Cascais; 4.º — Autódromo do Estoril/Autodril; 5.º — A Câmara de Cascais paralisada por incompetência, inoperância e negligência; 6.º — A Gestão APU nos pelouros da Câmara e nas Freguesias de maioria APU (Alcibideche e S. Domingos de Rana).

Quanto aos Planos e Orçamentos, a análise que a APU faz da gestão PSD/PS da Câmara considera que estes não têm respondido aos inúmeros problemas e carências com que se debatem as populações de Cascais (escolas, defesa do património cultural e paisagístico, habitação e urbanismo, saneamento, etc), como as opções definidas pelo executivo, além de erradas, não têm sido cumpridas nem correspondem aos interesses e aspirações da população do Concelho. Lá se criticam os gastos incriveis em empreendimentos privados como o autódromo do Estoril ou projectos elitistas pseudo-turísticos (campos e clínicas de ténis, pistas de ciclismo e campos de rãquebi, etc), enquanto grande parte da população não tem água, electricidade, esgotos e acessos para as suas casas.

O Plano de Emergência resultante das inundações de Novembro/83 continua praticamente por cumprir: as ribeiras não foram limpas (e são muitas), os pontões e a rede viária não foi recuperada (a excepção comprova a regra), 40 das 60 famílias desalojadas continuam por realojadas.

A «Área de Paisagem Protegida Sintra/Cascais» (a cujo «imbróglio» já aludimos) resultou de um decreto-lei vivamente contestado pela APU «por se tratar de um acto ditatorial que contraria o Poder Local democrático e, por isso mesmo, não respeita a própria Constituição», negando às Câmaras directamente envolvidas (Sintra e Cascais) a autonomia e competência para gerir e defender o seu território. A maioria PSD/PS na Câmara de Cascais não só tem assumido uma posição passiva nesta questão, como adia sistematicamente a prometida discussão do problema.

O Autódromo do Estoril é, segundo a APU, a maior construção clandestina do Concelho, facto agravado pela ocupação que faz de 49 000 m² de património do município (a administração da Autodril reivindicada a sua «legalidade» porque... Américo Tomás assistiu à inauguração!). Pois além de ser uma construção clandestina que está a ocupar uma vasta área do município e que cortou quatro dos cinco acessos à povoação



Momento da conferência de Imprensa da APU dada nas ex-guas instalações que a gestão PSD entendeu dar à segunda maior força política do concelho...

Pontão das Varandas: ficou em ruínas após as chelas de Novembro/83 e a sua reparação não está prevista nem no Plano de Emergência nem no de Actividades para 1985. A ribeira que lhe passa por baixo não foi limpa, é claro. E há uma multiplicação alarmante de casos semelhantes por todo o Concelho



O pavilhão municipal onde está instalado (?) o Dramático de Cascais encontra-se neste lindo estado: tectos a abater e chão levantado. Quem quiser, vá ver. Helena Roseta, perante esta e outras acusações factuais da APU, afirma que é «desnecessário» responder...

EL SALVADOR

Intensificar a luta para garantir o diálogo

Com um terço do território salvadorenho sob controlo, possuindo um exército experimentado, tendo a iniciativa militar e contando com o reconhecimento internacional, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR) comemoraram o quarto aniversário do início da luta armada em El Salvador com uma importante vitória política: o início das conversações com o governo de Napoleón Duarte.

A necessidade de chegar a um acordo negociado para pôr fim ao confronto armado em El Salvador, que em quatro anos provocou cinquenta e cinco mil mortos, foi repetidamente afirma-

do pela FMLN-FDR desde a sua criação e sempre recusada pelo regime salvadorenho e pelo seu principal mentor, o imperialismo norte-americano. A primeira proposta para a procura de uma solução política foi apresentada pelas duas frentes em Dezembro de 1980, dois meses após a fundação da FMLN, e reiterada por todos os meios ao longo dos últimos quatro anos. Nunca nesse período as propostas de diálogo foram aceitas. A reacção salvadorenha e a administração Reagan apostaram decisivamente na via militar, confiantes que o poderosíssimo apoio norte-americano seria bastante para vencer a vontade do povo em armas. Tal não sucedeu. E tornou-se

cada vez mais claro que as propostas de solução política das forças revolucionárias salvadoreñas não constituem uma manifestação de fraqueza no campo militar, antes eram o reflexo do profundo desejo de evitar sacrifícios inúteis para a população na certeza de que a vitória seria sempre uma questão de tempo.

A proposta demagógica do presidente Napoleón Duarte na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Outubro passado, para o início de conversações com os guerrilheiros, não deixou

dúvidas a ninguém: confrontado com o crescente isolamento do próprio regime, incapaz de conseguir a pretendida vitória militar, Duarte jogou a carta viciada do diálogo à americana confiante que nas condições em que o fazia ele seria recusado.

A pronta resposta da FMLN-FDR subverteu as regras do jogo e o diálogo que se cria impossível começou.

Que esperanças se podem colocar nesse processo iniciado em 15 de Outubro, na localidade de La Palma em El Salvador?

Para Herbert Mengivar, representante da FMLN-FDR, as esperanças de que, pese embora todas as dificuldades, as forças patrióticas têm força bastante para evitar o rompimento das negociações e forçar o regime a aceitar a importância e o papel decisivo das forças revolucionárias na resolução da crise nacional. O sentar à mesa das negociações foi um reconhecimento implícito desta realidade.

É certo, afirma Mengivar, que enquanto as duas frentes se

batem pela proposta global que visa acabar com os esquadões da morte, as prisões ilegais, as torturas, os desaparecidos; defender os interesses populares, a justa distribuição das riquezas, a instalação de um regime democrático, Duarte bate-se, sobretudo, para conseguir a rendição dos guerrilheiros, condição de que faz depender todos os restantes acordos.

Poder-se-á pensar que se trata de um diálogo de surdos... Mas a realidade mostra que não

é bem assim. Os guerrilheiros não se rendem e o regime ressentido já com o prosseguimento das conversações. A direita mais reaccionária manifesta-se contra Napoleón Duarte, o imperialismo norte-americano intensifica as suas intervenções militares, os militares salvadoreños dividem-se quanto ao caminho a seguir.

Ao contrário do que se poderia esperar, a iniciativa não esteve nem está do lado do regime. As conversações para uma saída política não favorecem os intere-

ses da oligarquia, mas constituem ao mesmo tempo a via possível para os tentar defender; são as contradições de um sistema condenado a morrer na luta pela sobrevivência... A recente visita do dirigente da extrema direita, Roberto D'Aubuisson, a Washington, visou recolher apoios para conseguir a rotura das conversações, numa altura em que a democracia-cristã, de Napoleón Duarte, se arrisca a ser ultrapassada pela direita.

E os EUA, para quem o domínio em El Salvador é fundamental para a sua política intervencionista na América Central, jogam nas várias frentes na esperança de conseguir ainda uma vitória militar sobre os guerrilheiros sem perder por completo a imagem dialogante para consumo da opinião pública. Como afirma o camarada Mengivar, é uma situação delicada, que exige do comando geral das duas frentes revolu-

cionárias a maior capacidade de manobra política possível. Para prosseguir a luta e manter o diálogo.

O apoio e a solidariedade internacional são neste contexto da máxima importância. As pos-

sibilidades de uma intervenção directa norte-americana na América Central continuam no horizonte, como uma gigantesca nuvem negra. Basta olhar para o mapa que hoje publicamos para o compreender, sem margem para dúvidas ■

- ▲ Electricidade
- ▲ Quartéis, cantinas e serviços administrativos
- ▲ Estradas
- ▲ Instalações médicas
- XXXX Barreiras antitanque (11-13 milhas)
- ▲ Estação aero-naval

Os símbolos marcados de 1 a 6 indicam construções que estão previstas: aumento de abastecimentos no Centro de Treino Militar Regional das Honduras, Key West, Guantanamo Bay, em Cuba, no Panamá e Porto Rico, e compra de terrenos em St. Croix; proposta para o ano fiscal de 1985.

Tropas dos EUA e abastecimentos

- A 1500 homens do Comando de Intervenção Imediata, da Base da Força Aérea (AFB) MacDill, FL, para a Força de Intervenção Conjunta da Base Aérea de Palmerola (AB), nas Honduras
- B Milhares de tropas das bases dos EUA para exercícios militares nas Honduras
- C Dezenas de milhares de tropas e centenas de barcos do Comando do Atlântico, Norfolk, VA, para manobras navais no Oceano Atlântico e Mar das Caraíbas
- D Carregamentos de armas transportados de Howard AFB, no Panamá, para as Honduras e El Salvador

Treinos pelos EUA

- E Tropas da América Central e das Caraíbas para a Escola do Exército dos EUA, no Panamá
- F Tropas de El Salvador e Honduras para o Centro de Treino Militar Regional, nas Honduras
- G Tropas das Caraíbas para o Campo Nacional de Salinas, em Porto Rico
- H Tropas da América Central das Caraíbas para treino (pelo FBI) na Escola da Polícia do Caraibe, em Porto Rico
- I Forças Especiais dos EUA (Equipes Móveis de Treino) do Comando Sul, no Panamá, para El Salvador, Honduras e Costa Rica
- J 150 homens das Forças Especiais dos EUA do Forte Bragg, NC, para o Centro de Treino Militar Regional, nas Honduras
- K Forças Especiais dos EUA do Forte Bragg, NC, para os países do Caraibe

Voos de espionagem dos EUA

- L Voos de reconhecimento em OV-10A-HAWKS a partir de Palmerola AB, nas Honduras, sobre El Salvador
- M Voos de reconhecimento em AC-130 a partir de Howard AFB, no Panamá, sobre El Salvador e Nicarágua
- N Voos de reconhecimento em AWAC a partir dos EUA sobre El Salvador

Actividade da CIA

- O Abastecimentos da CIA a partir de Ilopango AB, em El Salvador, para os contra-revolucionários no norte da Nicarágua
- P Abastecimentos da CIA a partir dos EUA para Palmerola, AB, nas Honduras
- Q Abastecimentos da CIA a partir de Palmerola AB, nas Honduras, para Aguacate, Honduras, e Porto Lempira, nas Honduras
- R Abastecimentos da CIA a partir de Aguacate, nas Honduras, para os contra-revolucionários no norte da Nicarágua
- S Abastecimentos da CIA a partir do norte da Costa Rica para os contra-revolucionários no sul da Nicarágua

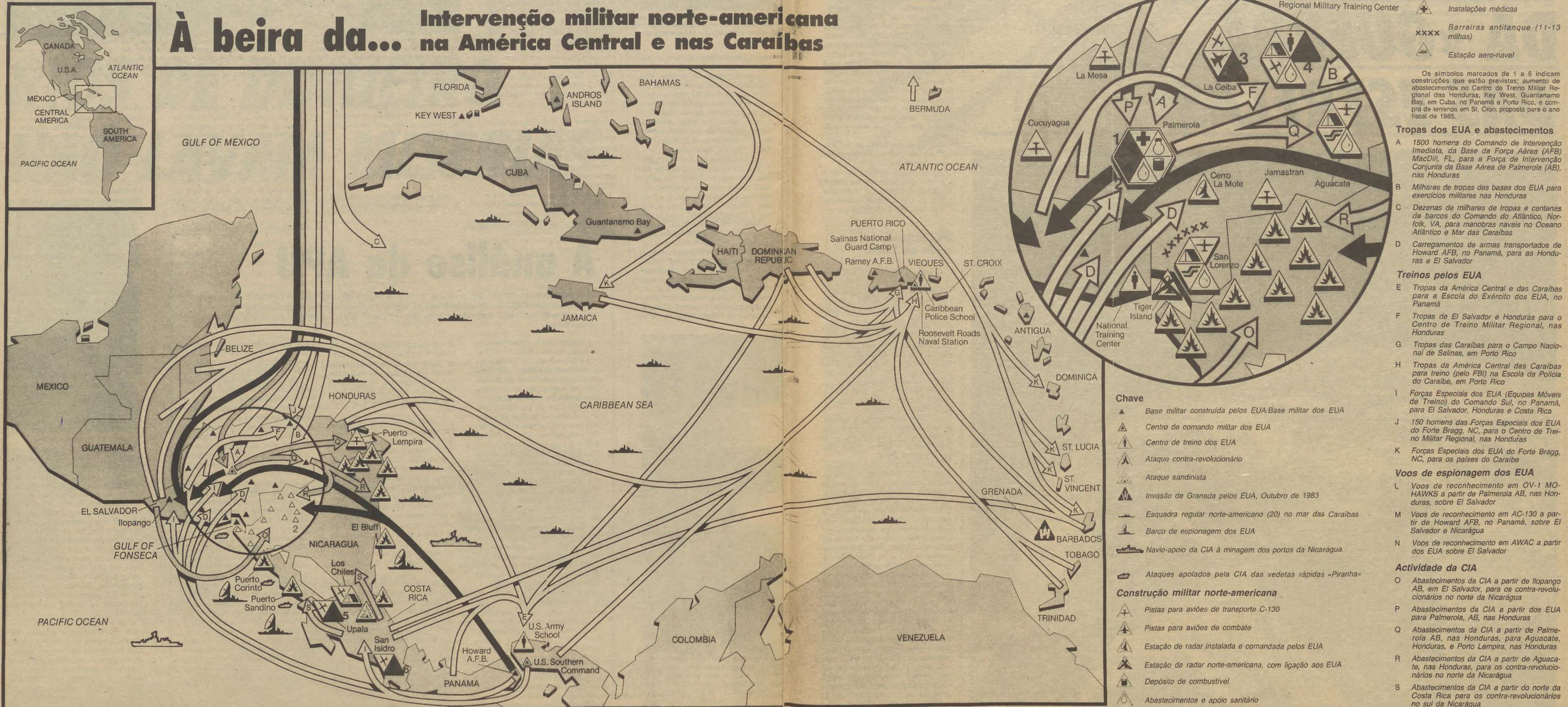
Chave

- ▲ Base militar construída pelos EUA/Base militar dos EUA
- ▲ Centro de comando militar dos EUA
- ▲ Centro de treino dos EUA
- ▲ Ataque contra-revolucionário
- ▲ Ataque sandinista
- ▲ Invasão de Granada pelos EUA, Outubro de 1983
- ▲ Esquadra regular norte-americana (20) no mar das Caraíbas
- ▲ Barco de espionagem dos EUA
- ▲ Navio-apoio da CIA à minagem dos portos da Nicarágua

Construção militar norte-americana

- ▲ Pistas para aviões de transporte C-130
- ▲ Pistas para aviões de combate
- ▲ Estação de radar instalada e comandada pelos EUA
- ▲ Estação de radar norte-americana, com ligação aos EUA
- ▲ Depósito de combustível
- ▲ Abastecimentos e apoio sanitário

À beira da... Intervenção militar norte-americana na América Central e nas Caraíbas



Fala-se agora quotidianamente de «guerra das estrelas» como se de coisa banal se tratasse. Banal e longínqua. Algo que se poderia colocar em paralelo com as inqualificáveis séries de pseudo-ficção-científica elaboradas nos Estados Unidos e destinadas à juventude. Ou mesmo identificável, nas mentes que tal propaganda pretende intoxicar, com os simples jogos de computador que se não entram ainda pelas nossas casas, fazem em qualquer dos casos parte da vida comum, doméstica, do nosso dia-a-dia. Lado a lado com os aumentos constantes de preços, do pão aos transportes, lado a lado com a elevadíssima taxa de insucesso escolar, com a falta de casa, com o desemprego, e com outros problemas sociais, alguns de gravíssimas dimensões. Mas na verdade parte do mesmo mundo e da mesma realidade. Flagrante contraste entre as imensas capacidades adquiridas pela ciência e a técnica e as potencialidades a nível social. Um contraste que se pretende esbater, e cujo profundo significado se cala. Porque é uma afirmação de que as possibilidades de um futuro diferente existem. E ainda de que o desenvolvimento técnico-científico

tanto pode apontar para esse futuro como negar definitivamente a perspectiva de qualquer futuro. É isto mesmo que se pretende ocultar. Apresentar tanto a famosa «crise», como a corrida aos armamentos, como universais, inevitáveis. Um dado da natureza que não cabe aos homens transformar. Uma fatalidade. Ou então, dando mais uns passos neste caminho, as responsabilidades de tal evolução caberiam ao socialismo.

O mundo «livre» estaria simplesmente a defender-se. Mais — teríamos atingido um outro estádio — a projecção dessa «defesa» no Espaço. livrar-nos-ia das sequelas do combate inevitável entre os impérios do «bem» e do «mal», ou, noutra linguagem, entre duas «superpotências» cujas querelas nada teriam a ver com a nossa vida quotidiana. À boa e velha maneira de «a minha política é o trabalho».

Tudo vale para justificar o injustificável, para que esmoreça a luta pela paz retirando-lhe significado e perspectiva. Tal como se intenta roubar à luta dos trabalhadores a perspectiva do socialismo, com o mito da crise universal. São as mesmas as razões. A mesma a política. E a mesma a falsificação dos factos.

A TERRA É O ALVO DA «GUERRA DAS ESTRELAS»



Esforços não têm sido poupados para apresentar cada nova arma, cada novo degrau na corrida aos armamentos, como uma arma mais «limpa», menos mortífera para as populações, ou mais estritamente ligada a golpes e contra-golpes que diriam respeito apenas a tropas em presença. Basta recordar o que foi dito em torno da bomba de neutrões, «arma humana». Há também, como sabemos, quem defenda a alternativa de guerra química, contra a qual seriam simplesmente necessárias uma capa de plástico e uma máscara (!). Quanto à crescente precisão do armamento nuclear, seria também para nosso bem... pois iria circunscrever os seus efeitos terríveis às tropas adversárias. De resto bastariam alguns quantos abrigos atômicos para resolver a situação...

Pobres e cínicos «argumentos» que além do mais constituem um insulto à inteligência humana.

Agora, pretende-se apresentar a «guerra das estrelas» como a alternativa ideal. Por isso — e enquanto é tempo — a sua desmistificação impõe-se com toda a premência.

As vítimas estão na Terra

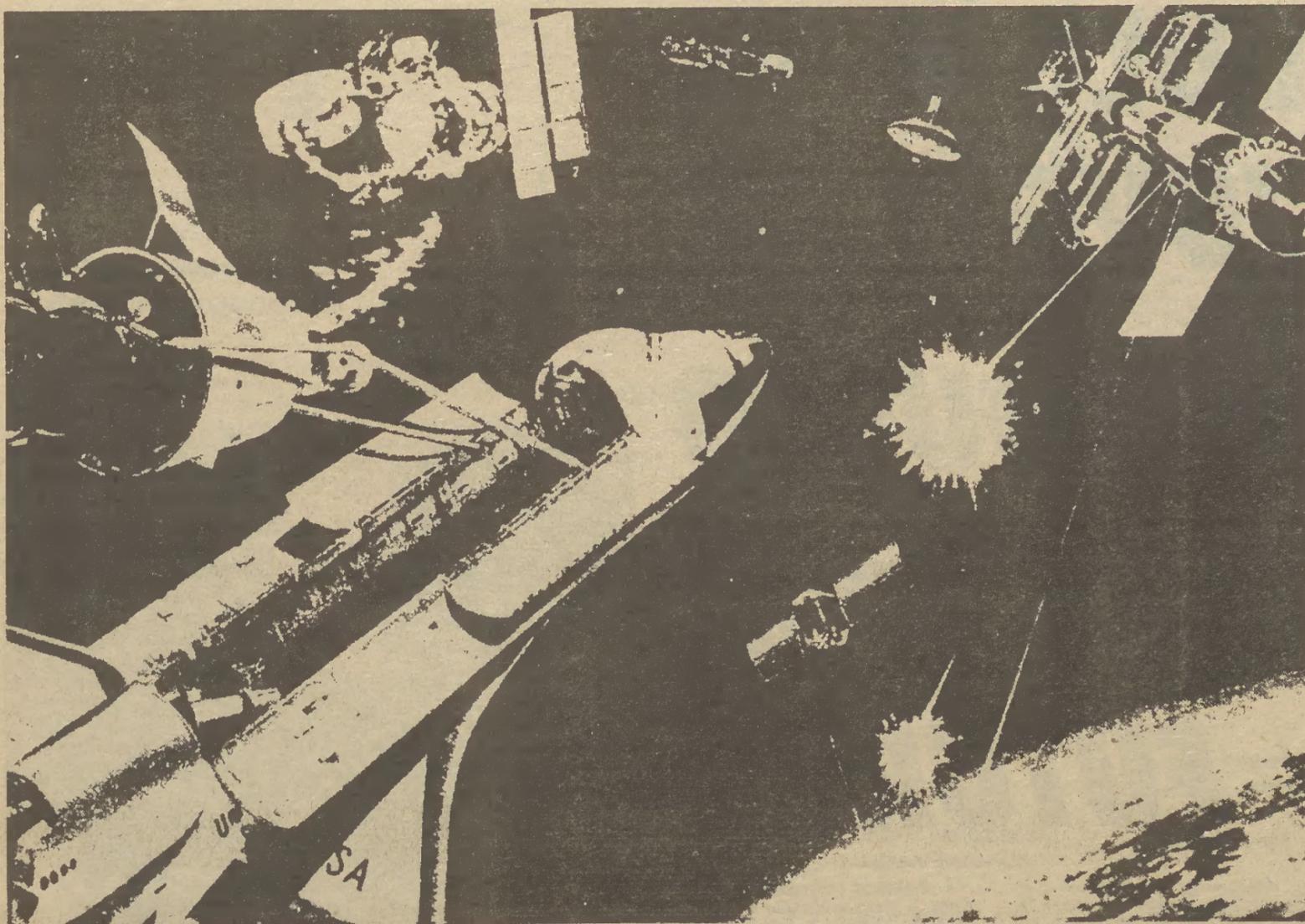
O primeiro equívoco — deliberado — está em que a militarização do Cosmos não significa, de forma alguma, a transmutação de uma guerra do nosso planeta para o longínquo espaço cósmico.

O armamento espacial, para além de representar muito objectivamente uma escalada na corrida aos armamentos, visa criar um escudo defensivo ao agressor, que a coberto da impunidade adquirida, poderia desferir golpes militares, nomeadamente nucleares na Terra. Por outro lado, o planeta passaria a ser alvo enquanto tal, e a partir do Cosmos.

Os factos teslemunham, à saciedade, que o objectivo muito claro é obter a impunidade. E só a pretende quem visa iniciar uma guerra, ou seja, desferir o primeiro golpe.

Assim, enquanto desenvolvem no plano técnico e científico a militarização do espaço (que seria meramente defensiva...), prossegue a militarização em todos os outros planos.

No comunicado final dos chefes da diplomacia da NATO, na sessão realizada em Dezembro passado, exprime-se a determinação dos Aliados em prosseguir a instalação dos mísseis norte-americanos na Europa. As recentes reacções de países da NATO, nomeadamente da Grã-Bretanha, ao aviso de Gromiko, quanto aos reflexos, nas negociações, do prosseguimento da instalação dos novos mísseis na Europa e ainda as afirmações de Washington, mesmo na sequência do acidente com um Pershing-2 na RFA — apontando, todas elas, para o prosseguimento do projecto de agravamento da militarização da Europa — confirmam que foi decidido na reunião da NATO. No mesmo sentido vão as pressões exercidas sobre os governos da Bélgica e da Holanda para que, contra a vontade claríssima



da população de ambos os países (aliás à semelhança do que se passa nos outros países da Europa capitalista) acedam à instalação dos mísseis no seu território.

O mesmo se pode dizer em relação a todos os outros projectos inseridos na lógica da corrida aos armamentos.

Um ano decorrido desde o início da instalação dos novos mísseis nucleares, a NATO põe a tónica também no aperfeiçoamento qualitativo das forças armadas convencionais. Para o próximo exercício financeiro, os Estados Unidos planeiam gastar quase 100 mil milhões de dólares na aquisição de armas e de material de guerra. O mesmo se passa em relação aos países europeus da NATO. De acordo com dados oficiais, o sector europeu da NATO tenciona armar-se com mais 740 carros de combate, 600 veículos blindados, 350 aviões, duas dezenas de navios de guerra, incluindo um porta-aviões e muito outro material de guerra. Os ministros de Defesa da NATO aprovaram, em Dezembro passado, um plano para seis anos de financiamento e desenvolvimento da infra-estrutura do bloco, que prevê a construção e a modernização de aerodromos, abrigos para aviões, docas, depósitos militares, etc., que conta, para a sua concretização, com 8 mil milhões de dólares, o que corresponde ao dobro do atribuído ao anterior período de seis anos.

Prosseguem paralelamente todos os planos referentes a armas químicas e às armas estratégicas norte-americanas.

Sintetizando — nenhum plano militar foi abandonado. Não se pretende, de forma alguma, poupar a terra, passando à militarização do Espaço. O objectivo é outro: dar um outro passo na militarização, na vã corrida a uma superioridade que garantiria o domínio impune do mundo.

Isso mesmo é afirmado algumas vezes por responsáveis da política desenvolvida pelos EUA. Weinberger, por exemplo, diz de forma particularmente clara: «Só uma superioridade militar semelhante à que os EUA tinham nos anos 50 e 60 é capaz de manter a paz». A paz das multinacio-

nais, entenda-se. Ou seja, o domínio do mundo através da superioridade militar.

A estratégia não é nova nova é a realidade

Diga-se em abono da verdade: esta política do imperialismo não é nova. Antes mesmo de utilizar a bomba atómica — e nunca é demais frisar que os EUA foram o único país a utilizá-la — já a Casa Branca elaborava planos no sentido de se assegurar o monopólio desta arma de extermínio em massa (à imagem e semelhança do que hoje se intenta com a militarização do Cosmos). Tal monopólio, na óptica imperialista, permitiria manter o domínio mundial, e pela diferença imensa de potencial militar, a impunidade de facto no desencadear de

qualquer guerra. Um pouco à semelhança de uma pequena Granada esmagada por forças do Pentágono. Assim, por exemplo, em Junho de 1945, em Chicago, o «comité para as consequências sociais e políticas» referindo-se à questão da energia atómica, defendia que o seu desenvolvimento noutros países deveria cessar imediatamente ou, em alternativa, ficar sob o controlo de uma organização internacional em que os Estados Unidos tivessem garantida uma permanente maioria. Nem mais!

Sabemos que não foi possível a concretização de tão absurdo objectivo. Mas nem por isso pararam as tentativas para o obter. Citando palavras do ex-embaixador norte-americano na URSS, G. Kenan (que, entenda-se, nada tem de «pró-soviético»): «Fomos nós, os norte-americanos, que sempre demos o primeiro passo para desenvolver esta categoria de armamentos (nucleares), fomos nós os primeiros a

produzir e a ensaiar esta arma; fomos nós os primeiros a elevar o seu poder destrutivo a um novo nível, ao criar a bomba de hidrogénio; somos nós que recusamos qualquer proposta para renunciar à utilização em primeiro lugar da arma nuclear; finalmente fomos nós que utilizámos esta arma contra dezenas de milhares de habitantes civis indefesos».

O mesmo pode ser dito em relação a todo o tipo de armamento. Prática que decorre paralelamente à não aceitação de compromissos que a possam limitar (ou sua posterior violação). E que só pode ter um sentido: a busca da superioridade. Aliás isso é dito também aqui, em Portugal, em termos despuadoradamente elogiosos, na Assembleia da República. Citando Acácio Barreiros do PS, quando declara: «Os países membros da NATO não só prosseguiram a instalação dos euromísseis visando repôr minimamente o equilíbrio nuclear na Europa

mas, para além disso, sobretudo por parte dos Estados Unidos, foi empreendido um grande esforço de investigação científica em Armas Estratégicas Defensivas e nas chamadas Tecnologias Emergentes que colocam a União Soviética em risco de, dentro de alguns anos, se ver confrontada com uma situação de relativa inferioridade».

O capital nada aprendeu com a história. Mas se se compreende que um sistema condenado não capte a radical mudança da realidade sociopolítica e técnico-científica que entretanto se operou no mundo, igualmente se compreende que esse carácter novo na evolução da realidade em que vivemos se impõe à consciência das grandes massas. Por isso, de par com grandes lutas operárias, com a luta de libertação, com o processo de desenvolvimento do socialismo, temos um movimento pela paz e objectivamente contra a política imperialista mundial nas suas várias formas — com proporções e um peso inédito.

Pesem embora todos os esforços de esterilizar as conversações possíveis, é devido a essa consciência dos povos e ao peso do socialismo, que os Estados Unidos se viram forçados a voltar à mesa de conversações. A rigor só essa luta, reforçada, poderá impor uma alteração da política internacional do capital. Poderá impor relações mais conformes com uma etapa de evolução da humanidade em que a alternativa que se coloca é a do «desenvolvimento progressivo de tudo o que há de mais valioso na civilização contemporânea», como dizia Lênine, ou a destruição dessa civilização e da própria humanidade, do planeta terra — que agora se pretende transformar também em alvo do espaço. De armas que se dizem destinadas à «guerra nas estrelas» ■

■ L.C.

Paz no Cosmos uma única abstenção: os EUA

Por iniciativa da União Soviética, a 39.ª Assembleia Geral da ONU analisou, como questão urgente, a utilização do espaço cósmico com fins pacíficos e para bem da Humanidade. Depois do debate, a Assembleia Geral adoptou, em 12 de Dezembro, uma resolução que contou com o voto da maioria absoluta dos Estados membros da ONU — 150. Uma única abstenção: os Estados Unidos.

Para melhor compreendermos aquilo que é universalmente apoiado, até por governos de países na NATO e pelos sistemas mais reacçãoários (naturalmente em função da pressão dos povos), e o porquê do isolamento dos Estados Unidos, que política a sua abstenção necessariamente traduz — reproduzimos alguns pequenos extractos do texto aprovado.

*A Assembleia Geral,
Animada pelas grandiosas perspectivas que se abrem à Humanidade como resultado da penetração do Homem no espaço;
Reconhecendo o interesse geral*

de toda a Humanidade na exploração e utilização do espaço cósmico com fins pacíficos;

Reafirmando que a exploração e utilização do espaço cósmico, incluindo a Lua e os outros corpos ce-

lestes, devem efectuar-se pelo bem e no interesse de todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento económico ou científico, e devem ser apanágio de toda a Humanidade;
(...)

Recorda o compromisso de todos os Estados de se abster, na sua actividade espacial, da ameaça de recorrer à força e do uso da força;

Confirma que o desarmamento geral e completo sob um controlo internacional eficaz exige que o espaço cósmico seja exclusivamente utilizado com fins pacíficos, e que não se transforme em arena da corrida aos armamentos;

Sublinha que a comunidade internacional deve tomar novas medidas que passem por disposições eficazes relativamente ao controlo tendo em vista prevenir a corrida aos armamentos no espaço cósmico;

Apela a todos os Estados, em particular àqueles que detêm um potencial importante no domínio espacial, para que contribuam activamente para a utilização do espaço cósmico com fins pacíficos e no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas visando prevenir a corrida aos armamentos no espaço, no interesse da manutenção da paz e da segurança internacionais e do desenvolvimento da cooperação internacional e da compreensão mútua» ■

■ Jorge Montez

BULGÁRIA: JUVENTUDE + PRODUÇÃO + BEM-ESTAR = FUTURO!

Sempre que se diz a palavra «juventude» pensa-se em alegria, em amor, em confiança no futuro. Raramente se associa este termo a produção. Acontece porém que na Bulgária «juventude» é sinónimo de progresso e de inovação, bem como de alegria e divertimento.

Os jovens são de facto, com a sua criatividade, o grande motor deste país que há cerca de quarenta anos era dos mais pobres da Europa e que hoje é um dos maiores produtores mundiais de computadores. De um país em que a robótica floresce, bem como continuam a florescer as intermináveis florestas balcánicas.

Exemplo disso é o combinado científico para a robótica de Beroe, uma das 10 maiores fábricas do mundo em produção anual de *robots*, onde a maioria dos operários têm menos de trinta anos e cujo grande desenvolvimento «só foi possível — segundo nos diz o director — graças à grande participação da juventude»; outro exemplo é o complexo de metalurgia pesada agora em construção (o maior investimento do 8.º plano quinquenal), onde um terço dos quadros tem menos de trinta anos e em que a maioria dos operários são jovens que estão a introduzir «uma nova tecnologia, numa empresa de nível mundial. Uma empresa dinâmica virada também para a investigação».

O porquê da grande participação da juventude búlgara nos grandes empreendimentos industriais? A resposta é simples e foi-nos dada por um jovem que, entre duas goladas de café, nos disse: «no nosso país a produção não é o fim, é o meio para elevar o nível de vida da população».

Em Portugal usa-se dizer que os jovens são os homens de amanhã. Na Bulgária, a situação é bem diferente; os jovens são já os homens que constroem o seu amanhã. Juventude mais Produção mais bem-estar, igual a Futuro. Este o segredo do rápido desenvolvimento deste país há pouco subdesenvolvido e saído de uma guerra quarenta anos atrás.

Mas que não se pense que o fito da juventude búlgara é a produção. Nada disso... Já se disse aqui que é apenas um meio... por toda a parte existe um centro de juventude ou uma estância de férias, onde todas as fontes de interesse da juventude estão ao dispor dos jovens, desde o *atelier* de pintura ao centro de computadores, passando pelos campos de ténis e pistas de *ski*.

E depois do trabalho ou do estudo, qual é o jovem que não gosta de se sentar à mesa de um bar ou de um café e conversar com os amigos. Ou de dar um pulo até à discoteca mais próxima, ou aquela que se prefere. Não conheço um único, em nenhuma parte do mundo. Conheço, isso sim, jovens que o não podem fazer...

Mas quando se entra na discoteca de um grande hotel e não são as velhas turistas nórdicas à procura do *very typical* quem encontramos, mas sim a juventude, então vem-nos à memória o terceiro factor da equação que nos dá o futuro como resultado: o bem-estar.

De modo que, desde pequena, uma criança tem oportunidade de usu-

fruir de uma sã ocupação dos tempos livres. E então temos, desde o grupo de teatro ao *atelier* de aeromodelismo, passando pela construção e exibição de marionetas e os computadores, tudo em grandes centros especialmente vocacionados para a juventude ou para a infância, sob administração directa da Juventude Comunista.

Os inevitáveis computadores... Num país terceiro produtor mundial e onde a aplicação desta tecnologia à produção se desenvolve de dia para dia, desde cedo que os computadores se tornam prática constante no dia-a-dia da juventude e das crianças, não só como brinquedos, mas também como auxiliares no estudo.

De facto, «a técnica é o campo de laboração da juventude». Em finais de 1984 existiam 50 clubes de juventude «*Avant Garde*», essencialmente vocacionados para a informática e onde os jovens, além de conhecerem as múltiplas aplicações deste ramo, começam desde logo a trabalhar com ele e a aperfeiçoá-lo. Cada um destes clubes chega a ter mais de cem participantes de diversas idades, que desde logo se lançam na tarefa de construir um futuro ainda mais pleno. ■



«A técnica é o instrumento de trabalho da juventude»

Jovens inventores a caminho de Plovdiv

A Bulgária decidiu comemorar este Ano Internacional da Juventude de uma forma diferente, inovadora. Para tal, decidiu juntar no seu território largas dezenas de jovens que, um pouco por todo o globo, contribuem com os seus inventos para o progresso tecnológico.

É a Exposição Mundial de Jovens Inventores, que se realiza em Plovdiv de 12 a 17 de Novembro.

A iniciativa não é inédita, já se realizou por duas vezes no Japão, mas esta é a primeira vez que se realiza nos Balcãs, estando a entusiasmar os jovens técnicos búlgaros.

O que se pretende com esta exposição mundial? Antes de mais nada «incentivar o espírito criativo e a participação dos jovens na produção técnica» e, em segundo lugar, «incentivar as relações de amizade e de solidariedade entre os jovens, na luta internacional pela paz». Por fim, este certame pretende ainda ser uma ajuda para o progresso social e técnico, essencialmente no terceiro mundo.

Nesta Exposição Internacional de Jovens Inventores podem participar todos aqueles que tenham nascido depois de 1945, individual e colectivamente, devendo para tal inscrever-se até dia 31 de Maio.

A organização do certame, que para esta mostra convidou oficialmente todos os países do mundo, assegura o transporte do invento, o espaço de mostra, os direitos de autor e os serviços de apoio, cabendo aos jovens inventores... inventar.

Paralelamente à exposição, será organizado um programa cultural que incluirá um seminário sobre a actividade juvenil, um simpósio e toda uma gama de jornadas com os representantes e sobre os países estrangeiros ■



O bem-estar da população e dos jovens — condição indispensável para a construção de um país novo

a TV

A provocação dos aumentos ou o aumento das provocações

Bruscamente, como quem assalta segundo os processos terroristas, o governo anunciou o aumento do preço da gasolina para o fim desse mesmo dia.

Outros aumentos foram anunciados para muito breve. Trata-se de um dos maiores bombardeamentos efectuados nos últimos anos. E tudo leva a crer que ainda não chegámos ao fundo do saco: os aumentos serão ainda mais gravosos do que aparenta este primeiro anúncio...

Tudo indica uma provocação em larga escala. Sendo tudo já tão caro, esperava-se que, durante pelo menos alguns meses, parassem os ataques à bolsa do pobre, do trabalhador, do povo em geral. Engano. O machado PS/PSD vibrou mais um golpe...

A situação é tão dramática, tão pesada, que a própria informação da RTP consegue furar a espessa vigilância e dar-nos imagens de terrível expressão.

Assim, em muitas escolas do país, as crianças passam fome e são os professores que se quotizam (isto é, que desfalcam o seu já enfraquecido vencimento) para matar a fome a muitos alunos. Pensa-se que o governo deseja assim comemorar o Ano Mundial da Juventude...

No Telejornal de sábado passado pudemos assistir a uma reportagem de verdadeiro terror: o grande número de pessoas sem lar que passam as noites debaixo dos beirais, enrolados em jornais e com as pernas «protegidas» por cartões encontrados nos caixotes do lixo. São geralmente velhos sem qualquer reforma ou com reformas de seis mil escudos mensais.

Por que não dormem, por exemplo, num albergue? O velho respondeu: que, com a magra reforma que tinha, de duas, uma: ou comia e não dormia, ou dormia e não comia...

As dificuldades do nosso povo ainda não ficam completamente retratadas. Há que referir o número de desempregados que não cessa de aumentar, bem como a praga dos salários em atraso (de que o governo lava as mãos, como Pilatos...) e ainda os reformados, os pensionistas, os doentes sem assistência devida.

Pois é neste contexto que aparecem os novos aumentos, expressão terrorista de uma filosofia de governo totalmente desajustada às circunstâncias.

Resultado: mais carências, mais fome, mais doença. Este governo está a lançar Portugal no caminho para o abismo.

Há que travar-lhe o passo. Enquanto é tempo...

Televisão: o biombo do Soares

Estivesse a televisão portuguesa minimamente interessada numa informação correcta, promoveria debate público sobre a situação económica.

Neste caso, duas questões são de admitir: a equipa de Soares tem governado bem; a equipa de Soares tem governado mal...

Na primeira questão, óptimo: ficava provado, diante de todos os portugueses, que as medidas tomadas correspondiam ao interesse do país. Trunfo para Soares...

No segundo caso, provava-se a incorrecção, a má-fé, a inconsciência, o erro das medidas: derrota de Soares mas conseqüente lucro para a democracia, pois nenhuma democracia se fortalece escondendo erros.

Não havendo debate público, isso quer dizer que Soares tem medo. E não tem medo de não ter razão: tem medo que os portugueses saibam que ele não tem razão e o rejeitem. Ou seja: Soares coloca a sua ambição pessoal acima dos interesses da nossa pátria. Há que entender que é desta massa que se fazem os ditadores...

Em vez de promover o debate, o governo mandou Ferreira do Amaral explicar... o que não tinha explicação possível.

Ei-lo enrolado num discurso que oscilou entre a retórica, o lirismo, a confusão e a ameaça. Desmentiu que houvesse fracturas graves no governo. Claro, tinha havido discussão, mas... Aliás, não estava ali para falar em seu nome pessoal, mas... E que «o governo tem consciência dos efeitos negativos destas medidas», mas...

Uma coisa ele garante: as explicações que dá «são verdadeiras». Aceitemos que «as explicações» são verdadeiras. Com mil raios, então por que será que o governo tem medo de um debate? Por que é que, na televisão portuguesa, desde que a coligação PS/PSD está no poleiro ainda não houve na televisão um amplo debate sobre política e sobre economia?

Por que é que a dita e dura coligação precisa de um biombo electrónico?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O Governo aposta na fome

«O sem trabalho passou fome. Agora passa fome o que trabalha».

B. Brecht

Semana marcada por um novo e brutal aumento do custo de vida. A aprovação do novo imposto sobre consumo, que afectará especialmente os bens essenciais, prova também a orientação do Governo Soares/Pinto: pagam mais os que pior vivem! Há que demitir o Governo, há que inverter esta política.

Novos preços: quem aguenta?

● «Os novos preços das tarifas de correio, telefone e telex, cujo aumento médio é de 25 por cento, entram em vigor no dia 15 de Janeiro.

As tarifas aprovadas, e ainda não publicadas, são as seguintes: carta para o País 20 escudos, impulso telefónico 7 escudos, assinatura do telefone 1050 escudos, minuto do telex 10 escudos, assinatura do telex 10 500 escudos, taxa fixa de telegrama 75 escudos e cada palavra de telegrama 2,50 escudos. (...)

Ontem, um dia depois da intervenção do ministro do Comércio e Turismo na RTP, o «Diário da República» continua um suplemento com a publicação dos aumentos de preços dos bens e serviços essenciais.

(...)

O pão, cereais, açúcar e adubos aumentam a partir de domingo, enquanto o leite só terá novo preço no dia 16.

Quanto à electricidade e gás da cidade, o novo preço vai ser aplicado na primeira contagem realizada após a data de ontem.

O preço do pão (carcaça) passa a custar 3,90 escudos, enquanto o litro do leite pasteurizado nos postos de venda passa para 47 escudos e o ultrapasteurizado para 58 escudos o que correspondente a um aumento médio de 22 por cento.

Para os combustíveis líquidos os preços passam a ser os seguintes: gasolina super 109 escudos por litro, normal 105 escudos por litro, enquanto o petróleo iluminante custa agora 64 escudos por litro, e o gasóleo 66 escudos também por litro.

Os gases butano e propano custam a partir de ontem, nos estabelecimentos dos revendedores, respectivamente 72,50 escudos e 72 escudos por quilo-grama.

O preço máximo de venda ao público de gás da cidade é fixado em 24 escudos por metro cúbico.

Quanto aos transportes, o aumento médio será 20 por cento para a Carris, Metropolitano, Transportes Colectivos do Porto e para a Transtejo, sendo incluídos nesses novos acréscimos de preços dos bilhetes pré-comprados.

(...)

Relativamente aos transportes aéreos, os aumentos serão de

18,5 por cento, nos ferroviários, de 18 por cento, nos transportes interurbanos de 20 por cento e nos táxis o agravamento será também de 20 por cento.»

(«Correio da Manhã», 13 Janeiro)

Novo imposto: agravamento fiscal dos bens essenciais

● «Todos os operadores económicos estarão, em potência, envolvidos na sua liquidação mas o verdadeiro contribuinte será o consumidor final, isto é, qualquer um de nós. Trata-se do imposto sobre o Valor Acrescentado, a que a resignada ironia dos portugueses já cognominou de «IVA, o terrível»

A entrada na CEE só nos obrigaria a adoptá-lo três anos depois da cada vez mais esfumada data de adesão, tanto mais que em países como a Inglaterra e a Irlanda, com sistemas fiscais bastante mais sofisticados e um universo empresarial mais organizado e evoluído do que o nosso, a introdução do novo imposto causou sérias perturbações.

(...)

Os próprios serviços da admi-

nistração fiscal estão, de resto, conscientes dos efeitos que o «terrível» IVA vai produzir. Estudos realizados em 1983 pela Comissão do IVA e pelo Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (GEBEI), não deixam margens para dúvidas quanto a alguns desses efeitos, seja o impacto macroeconómico seja a incidência por classes de rendimento.

(...)

Dado o inevitável alargamento de base tributada na passagem do actual IT para o futuro IVA e na hipótese de manutenção do nível de receitas cobradas, a introdução do IVA vai implicar o desagravamento de bens hoje fortemente tributados, em contrapartida do agravamento fiscal de bens essenciais. Assim, «o IVA poderá ter efeitos nefastos sobre a distribuição do rendimento, a não ser que se concedam às classes de rendimentos mais modestos prestações directas como compensação pelo agravamento fiscal», concluiu um dos referidos estudos.»

(Madalena Martins, «Expresso», 12 Janeiro)

Fundação Luso-Americana: a ajuda interessada

● «A «ASSISTÊNCIA a colónias africanas ou outras actividades não permitidas ao abrigo da legislação americana de ajudas ao estrangeiro», será um dos objectivos da recém-criada Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), segundo consta de documentos americanos apresentados durante as negociações a que o «EXPRESSO» teve acesso. Os Estados Unidos pretendem que a Fundação venha também a receber fundos do governo português ou de outras origens, de forma a que a nova instituição possa contornar as restrições impostas pelo Congresso americano à utilização dos financiamentos que concede.

Ainda que isso não seja expressamente referido nos estatutos, a cooperação tripartida em África parece ser um dos principais objectivos da FLAD que, sob o estatuto jurídico de uma fundação, poderá reunir as van-

tagens do controlo por parte de ambos os governos que teria uma comissão mista, beneficiando simultaneamente de um controlo menos apertado por parte do Congresso americano por se tratar de uma instituição privada portuguesa.

O objectivo político está explicitamente referido nos mesmos documentos, onde se refere que «a missão da Fundação poderá alterar-se à medida que se forem alterando as políticas dos governos português e norte-americano».

A criação da FLAD foi um dos pontos que constituíram o último acordo das Lajes. No total, os EUA deverão financiar a Fundação com 280 milhões de dólares (cerca de 48 milhões de contos) distribuídos ao longo de sete anos.

Estas doações constituem as contrapartidas de Washington às facilidades militares concedidas pelas autoridades de Lisboa — os compromissos assumidos pelos EUA relativamente à Fundação terminam dentro de sete anos, altura em que o acordo das Lajes deverá ser renegociado — tratando-se assim de dinheiro português ainda que de origem americana. Por isso, causou alguma estranheza o facto de ao Conselho Directivo da Fundação — que terá a seu cargo a definição da sua política geral — pertencer um americano, que será o embaixador dos EUA no nosso país, além de dois portugueses.

Também o Conselho Executivo, encarregado da gestão, será constituído por dois membros portugueses e um americano, sendo provável que este seja um dos últimos representantes da Agency for International Development (AID) em Portugal.

Uma das tarefas da Fundação deverá ser precisamente a de assumir o papel que a AID tem vindo a desenvolver entre nós desde 1975 — e que se encontra actualmente numa fase de decréscimo, se não mesmo em vias de cessar a sua actividade no nosso país a breve prazo.

A nova forma encontrada parece servir melhor os objectivos dos americanos que estariam interessados em actuar mais activamente ao nível do sector privado, concedendo apoios a empresas, o que não é tão fácil através de uma agência governamental como a AID.»

(J.V.M., «Expresso», 12 Janeiro)

Otto Reinhold / Karl-Heinz Stiemerling

ECONOMIA POLITICA

Curso Básico

Contém uma análise detalhada da crise geral do capitalismo, incluindo o estudo da crise de 1974.

20ª edição

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTIFICO

Avante!

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

A sorrir e com bom rosto o governo tem o gosto (que mau gosto, que mau gosto!) do imposto sobre imposto. Lá vem ele descomposto a lamber o entrecosto e aos outros a dar desgosto.

É claro, à miséria exposto, com um tal governo lá posto, anda o povo mal disposto...



Como isto tudo vai mal e os custos sobem, sinistros, aumentam — é natural... — ordenados dos ministros...

Por causa da inflação e por causa da Função e da Representação e da Dignidade então do seu cargo de espavento!, tais aumentos subirão a cinquenta por cento...

Assim sendo, a gente vê quem se abotoa com a massa: PS e PSD não fazem nada de graça...



Esta é a realidade. Pregam a austeridade que logo muda de nome quando os ministros alcança: o povo que passe fome e eles que encham a pança...

E tanta injustiça assusta. Vejam, no tempo infeliz, governo a engordar à custa da miséria de um país!

Governo que ninguém quer — ou a gente o põe na rua ou, enquanto lá estiver, a miséria continua segundo a regra, a calhar, do ex-ministro Salazar...



Sobe a luz, sobe o transporte, pagamos mais caro o pão Isto não é um governo: é uma provocação.

Telefone, gasolina, muito mais caro serão. Isto não é um governo isto é uma provocação.

Vejam bem que até o leite vai sofrer condenação! Isto não é um governo é uma provocação.

Diante de tanta dureza diz o povo e com razão: Isto não é um governo isto é uma... maldição!

Pontos Cardeais

O fantasma

Há passeios muito instrutivos, mesmo que o que se vê nem sempre provoque a adesão do visitante. Reflectir é ainda uma grande coisa. Ou até ver e ouvir outros reflectirem. Alguns associados do Centro Nacional de Cultura tiveram, no passado domingo, matéria de reflexão e um espectáculo comovente: ouviram e viram o Primeiro-Ministro reflectir em voz alta, quando lhe visitaram a residência oficial.

Guiados, segundo notícias da imprensa, pelo próprio mordomo da residência, que ficou na casa desde os tempos do Salazar, os visitantes ocuparam-se mais dos fantasmas que povoam a residência do que da própria, aliás de pouco interesse arquitectónico, conforme a explicação de um dos intervenientes. De tal forma as paredes cheiram ainda aos tempos salazarentos que o próprio Primeiro-Ministro terá afirmado que o fantasma de Salazar «tem de ser esconjurado». Parece, no entanto, que Mário Soares ainda não contratou a equipa dos caça-fantasmas.

Saudoso, o Sr. Serra, mordomo do ditador, recordava que Salazar não gostava que lhe invadissem a casa, nem mesmo o jardim, onde o jardineiro é o mesmo. Que as senhoras, numa vez em que a fúria homenageante as levou a S. Bento, levaram as flores todas, nem um botão de cameleira ficou. Agora sabemos porque o actual Presidente do Conselho manda prender os trabalhadores à sua porta. Lá muito no íntimo, receia pela cameleira.

«Está vivo!»

No outro dia o telejornal desceu como um bálsamo sobre os nossos corações apertados de angústia. Eram prái oito e tal da noite e a notícia caiu — pumba! — como uma bomba no capim: Jonas Savimbi está vivo! Em telefone de Joanesburgo, a vez — outra vez! — e a voz de Jonas Savimbi, entrevistado pelo serviçal Ricardo Branco. Um belo diálogo, com o chefe dos bandidos a acalmar os portugueses: que não fora ferido, nem uma beliscadura, que o MPLA nunca atacara o santuário onde se recolhe. A montagem foi tão bem feita que o chefe disse ao correspondente da RTP que ele, correspondente, acabara de assistir a um grande comício da UNITA. Savimbi está vivo. A balões de oxigénio, talvez, mas vivo da costa. Os balões são fornecidos pela RTP, de colaboração com o apartheid.

Hidrofobia

Há alguém que odeia a água. Foi esta a conclusão que pudemos retirar da inteligente resposta de Sousa Tavares à reportagem da televisão. Sousa Tavares — que consta também não ser grande apreciador do

numa próxima lista ministerial, fuge com audácia para a frente e vem à tona acusar o seu rival, director do «Tempo» e eterno candidato a uma pasta qualquer. Em nota distribuída pela Direcção Geral da Comunicação Social, Tavares garante que «não existe qualquer intenção de extinguir o Ministério da Qualidade de Vida, embora isso represente para o sr. Nuno Rocha um elemento muito importante para a defesa dos seus interesses próprios». Tais interesses estariam ligados «a projectos hoteleiros que talvez não possam ser aceites pelo Ministério...»

A carrada de espiões

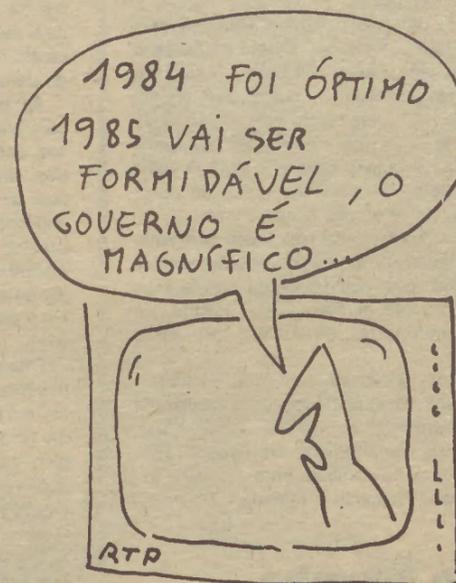
Há muita coisa que vem do Leste e do Leste vem para Portugal pelo menos o frio, que o resto precisa de laboriosos e burocráticos vistos que, pelos vistos, não são facilmente concedidos. No entanto, o pasquim «O Dia» alerta a «opinião pública» para os perigos orientais, não só a

opinião portuguesa mas toda a opinião ocidental.

É que andam por aí pelas estradas uns camiões suspeitos. Andam, ao que parece, disfarçados de... camiões de mercadorias. Mas não são.

Trata-se de terríveis máquinas «com a missão de recolher informações sobre o estado, qualidade e características das estradas e pontes». Assim os «países comunistas estão a introduzir no Ocidente camiões disfarçados de simples meios de transporte de mercadorias. Mais tarde», garante o pasquim, «virão os tanques do Pacto de Varsóvia»...

Assim, não se deixe o leitor enganar. Se vir um motorista de camião TIR a espreitar a estrada à procura de buracos, chame logo a polícia e o Dr. Jaime Gama, que se trata de um espião russo, pela certa. Que a gente não gosta que nos vejam os buracos. De qualquer modo, afinal, não há grande perigo. Há tanto buraco no País que os tanques do Pacto não se atreveriam a atravessar a fronteira...



Epilav